UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PPGEA

MAICON DOURADO BRAVO

RAÍZES NA PRAIA: SUBSÍDIOS DA EXPERIÊNCIA TRADICIONAL PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

RIO GRANDE - RS
2019

Maicon Dourado Bravo

Raízes na praia: subsídios da experiência tradicional para a Educação Ambiental

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - PPGEA da Universidade Federal do Rio Grande - FURG como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Educação Ambiental. Área de concentração: Educação Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. José Vicente de Freitas

Rio Grande - RS

2019

Ficha Catalográfica

B826r Bravo, Maicon Dourado.
Raízes na praia: subsídios da experiência tradicional para a Educação Ambiental / Maicon Dourado Bravo. – 2019.
172 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2019.
Orientador: Dr. José Vicente de Freitas.

1. Experiência 2. Pobreza de Experiência 3. Tradição 4. Crise 5. Progresso 6. Trabalho 7. Natureza 8. Educação Ambiental I. Freitas, José Vicente de II. Título.

CDU 504:37

Catalogação na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

DEDICATÓRIA

Esta tese é dedicada à memória do senhor Ely Gautério de Sá, comumente conhecido como Tio Lica, na comunidade de pescadores artesanais do Cocuruto. Referência comunitária e pescador satisfeito, vítima do desequilíbrio ambiental que atinge todo o globo, mas se faz sentir pelos mais pobres.

Esta tese é dedicada também à memória do professor André Luiz Portanova Laborde, mais do que um colega e um educador ambiental, um irmão que deixou uma enorme saudade e o ensinamento de que todos os momentos precisam ser vivenciados plenamente.

AGRADECIMENTOS

Este é um trabalho coletivo. Sendo assim, é necessário realizar todos os agradecimentos possíveis dentro deste espaço. Primeiramente agradeço ao professor José Vicente de Freitas, por não ter medido esforços durante o período em que orientou esta tese. Seu apoio foi fundamental para que não houvesse descaminho durante estes dois anos que envolveram a qualificação do projeto de tese e a redação desta pesquisa. Agradeço também aos bons momentos que pude compartilhar com os professores do PPGEA-FURG, imprescindíveis para a formação integral do sujeito.

Ao Centro de Estudos Ambientais, particularmente ao companheiro ACP Soler, que fraternalmente abriu uma série de portas para que eu pudesse me construir enquanto sujeito crítico e disposto à luta militante no campo ambiental.

Aos colegas do Sindicato dos Municipários de Pelotas, com os quais estou tendo a oportunidade de compreender a práxis sindical, a ação e reflexão indispensáveis para a luta que se faz junto aos trabalhadores.

Aos colegas da Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Antonio Leivas Leite, que por muitas vezes foram meus primeiros interlocutores a respeito de muitas ideias que povoavam a mente, mesmo que nem sempre estivessem cientes da contribuição que davam para a redação desta tese.

Ao senhor Nereu Pinheiro, pelas fotografias gentilmente cedidas para publicação nesta pesquisa.

À safra de jovens pesquisadores e educadores nortenses, que estejam onde estiverem, carregam consigo as raízes que fincaram na beira da praia: Bruno Xavier Silveira, Régis de Araujo Pinheiro, José Fernando da Silveira Costa, Rodrigo da Rocha Steglich e Robson dos Santos Oliveira.

Aos pescadores e pescadoras artesanais e habitantes das comunidades tradicionais de São José do Norte que abriram suas casas para que eu, com um gravador em mãos, pudesse registrar suas histórias de vida e compor este trabalho, acessando suas vivências e sua experiência.

A minha mãe, Eni Maria Dourado Bravo, que sempre insistiu que queria ver o filho doutor, e que, sem ela, nada disso seria possível.

A meu pai, Rony de Lemos Bravo, que teve um papel essencial no acesso às comunidades tradicionais de pescadores artesanais de São José do Norte.

A Fernanda Pinto Miranda, por estar sempre disposta à transformação e ser, ela própria, uma energia transformadora na vida de muitos sujeitos.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo identificar e compreender o processo de transmissão da experiência de comunidades tradicionais de pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos, buscando elementos capazes de oferecer à Educação Ambiental condições de integrá-la à sua práxis política e pedagógica, com vistas à sua qualificação crítica, transformadora e emancipatória. Para tanto, o recurso à História Oral e o trabalho com a memória destes sujeitos se apresenta como recurso metodológico por excelência para estudar as histórias de vida de pescadores e pescadoras. A hipótese com a qual se foi a campo buscar contato com os pescadores artesanais era de que a presença do estaleiro São José do Norte da empresa EBR interferia sobremaneira na reprodução da experiência dos pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos. Compreende-se que em uma conjuntura de crise estrutural do capitalismo, na qual se esgotam as duas maiores riquezas da humanidade, a dizer a natureza e o trabalho, a tradição dos oprimidos oferece subsídios para a superação do capitalismo, e a experiência na acepção de Walter Benjamin (*Erfahrung*) se constitui em um conceito central para a fundamentação de uma Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória. A construção de práticas políticas e pedagógicas que tenham como virtude a ação e a reflexão sobre contextos concretos torna-se prerrogativa fundamental da Educação Ambiental em proximidade com a experiência tradicional, e desta relação se constrói, por um lado, um saber ambiental integrado e integrador e, por outro lado, uma postura política atuante, elemento fundamental para o educador ambiental vinculado aos preceitos da crítica, da transformação e da emancipação.

Palavras-chave: Experiência. Pobreza de Experiência. Tradição. Crise. Progresso. Trabalho. Natureza. Educação Ambiental.

ABSTRACT

This research has for objective identify and understand the process of experience transference in traditional communities of artisanal fisherman in the Patos Lagoon estuary, seeking elements capable of offering to Environmental Education conditions to integrate to its political and pedagogic praxis, aiming the critic qualification, transforming and emancipating. Therefore, resorting to Oral History and the work with the memory of those subjects presents itself as a methodological resource for excellence to study the life history of fishermen and fisherwomen. The hypothesis with which went to contact the artisanal fishermen was that the presence of the EBR's São José do Norte shipyard greatly interfered in the reproduction of the artisanal fishermen's experience. It is understood that in a conjuncture of structural crisis of capitalism, which exhaust the two major wealth of mankind, nature and labour, the tradition of the oppressed offers subsidy to the overcome of capitalism, and the experience in the sense of Walter Benjamin (Erfahrung) composes itself in a central concept to the foundation of a critic, transforming and emancipating Environmental Education. The construction of political and pedagogic practices which have as virtue the act and the reasoning upon factual contexts becomes the fundamental prerogative of Environmental Education in proximity to the traditional experience, and from this relation is built, for one hand, an integrated and integrating environmental knowledge and, by the other hand, an acting political posture, primordial element to an environmental educator bound to the precepts of critic, of transformation and of emancipation.

Keywords: Experience. Experience Poverty. Tradition. Crisis. Progress. Labour. Nature. Environmental Education.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo identificar y comprender el proceso de transmisión de la experiencia de las comunidades tradicionales de pescadores artesanales del estuario de la Lagoa dos Patos, buscando elementos capaces de ofrecer condiciones de Educación Ambiental para integrarlos en su práctica política y pedagógica, con miras a calificación crítica, transformadora y emancipadora. Por lo tanto, el uso de la Historia Oral y el trabajo con la memoria de estos sujetos se presenta como un recurso metodológico por excelencia para estudiar las historias de vida de los pescadores. La hipótesis con la que fue el campo a buscar contacto con los pescadores artesanales fue que la presencia del astillero São José do Norte de la compañía EBR interfirió en gran medida en la reproducción de la experiencia de los pescadores artesanales del estuario Lagoa dos Patos. Se entiende que en un contexto de crisis estructural del capitalismo, en el que las dos mayores riquezas de la humanidad están agotadas, a saber, la naturaleza y el trabajo, la tradición de los oprimidos ofrece subsidios para superar el capitalismo y la experiencia. En el sentido de Walter Benjamin (Erfahrung) constituye un concepto central para la fundación de una Educación Ambiental crítica, transformadora y emancipadora. La construcción de prácticas políticas y pedagógicas basadas en la acción y la reflexión sobre contextos concretos se convierte en una prerrogativa fundamental de la Educación Ambiental en proximidad a la experiencia tradicional, y de esta relación, por un lado, se construye un conocimiento ambiental integrado e integrador. Y, por otro lado, una postura política activa, un elemento fundamental para el educador ambiental vinculado a los preceptos de crítica, transformación y emancipación.

Palabras clave: Experiencia. Pobreza de Experiencia. Tradición. Crisis. Progreso. Trabajo. Naturaleza. Educación Ambiental.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 – Estaleiro São José do Norte e plataforma P-74. 31
Fotografia 02 – Guindastes do estaleiro São José do Norte vistos da comunidade do Cocuruto. 34
Fotografia 03 – Praia do Norte com guindastes do estaleiro ao fundo. 42
Fotografia 04 – Pescadores trabalhando na comunidade do Cocuruto. 61
Fotografia 05 – Pescador dispondo redes nas andainas, São José do Norte ao fundo. 66
Fotografia 06 – Seu Lica remendando uma rede. 72
Fotografia 07 – Caminhões de atravessadores na comunidade do Cocuruto. 76
Fotografia 08 – Placa dentro da área do estaleiro, guindastes ao fundo. 94
Fotografia 09 – Pescadores recolhendo rede, com o porto do Rio Grande ao fundo. 106
Fotografia 10 – Seu Lica remendando uma de suas redes. 110
Fotografia 11 – Pescadores lanceando na lagoa. 117
Fotografia 12 – Pescadores retornando do lance com tainhas. 122
Fotografia 13 – Botes e trapiches em São José do Norte. 147
Fotografia 14 – Placa informativa em local de circulação no estaleiro São José do Norte. 154
Fotografia 15 – Guindaste do estaleiro São José do Norte. 161

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS 12

Aspectos metodológicos da pesquisa: História Oral 17

1 A CRISE DA CIVILIZAÇÃO CAPITALISTA 22

1.1 São José do Norte: lócus investigativo 23

1.1.1 Miragens de progresso em São José do Norte 23

1.1.2 Transformações e crise na pesca, ou o estaleiro como redenção 24

1.1.3 O estaleiro e a Praia do Norte 30

1.2 A crise em suas três dimensões 35

1.2.1 Progresso e crítica do progresso 35

1.2.2 As dimensões ecológica, econômica e política da crise 41

1.3 A emergência da Educação Ambiental no sistema em crise 49

1.3.1 A contracultura e os primeiros passos da contestação ecológica 50

1.3.2 Origens e rumos da Educação Ambiental 52

2 NATUREZA E TRABALHO 59

2.1 Natureza na pesca 59

2.1.1 A relação com a natureza enquanto harmonia 60

2.1.2 A relação com a natureza enquanto luta 65

2.2 O trabalho na pesca 68

2.2.1 Trabalho concreto 69

2.2.2 A pequena produção mercantil 73

2.3 Os atravessadores 75

2.4 A pesca e a sociedade capitalista 78

2.4.1 A natureza enquanto externalidade 79

2.4.2 O trabalho enquanto alienação 81

2.5 Natureza ameaçada 84

2.5.1 A alienação da natureza 85
2.5.2 A ruptura metabólica da sociedade capitalista 87
2.5.3 A natureza para o capital 90
2.6 Transformações no trabalho e o trabalho na EBR 93
2.6.1 O trabalho na era do trabalho abstrato 95
2.6.2 A vivência de trabalho no estaleiro 97
2.7 A natureza, o trabalho e o pessimismo organizado 101
3 EXPERIÊNCIA, TRADIÇÃO E SABEDORIA 105
3.1 Experiência 106
3.1.1 Vivência e experiência 107
3.1.2 Pobreza de experiência 111
3.1.3 A experiência dos pescadores artesanais 116
3.1.3.1 O trabalho do Conselho Pastoral dos Pescadores 123
3.2 Tradição 125
3.2.1 Tradição e tradicional na sociedade capitalista 126
3.2.2 Memória e tradição 130
3.2.2.1 O desenraizamento da Praia do Norte 131
3.2.3 A tradição das comunidades pesqueiras 134
3.3 Sabedoria 139
4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL 143
4.1 Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória 144
4.1.1 Crítica e conscientização 145
4.1.2 Crise e transformação 148
4.1.3 Emancipação 151
4.2 Educação Ambiental e experiência 153
4.2.1 Experiência, tradição e Educação Ambiental 155
4.2.2 Educação Ambiental e romantismo 160

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....164

REFERÊNCIAS 168

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A ascensão da modernidade trouxe consigo uma série de promessas para a humanidade: promessas de bem-aventurança, de fartura, de redenção, de infinita felicidade. Nas mentes dos homens e mulheres que imaginaram o futuro daquela época, o ser humano alcançaria um patamar tal em seu nível de domínio sobre a natureza e no trato com o próximo que se previa o ser humano pleno. O controle que se estabelecia sobre as variáveis que ofereciam risco à vida dos humanos, todas elas relacionadas à relação entre ser humano e natureza, através do desenvolvimento técnico e científico, anunciava à humanidade moderna uma vida de realização integral. As promessas, no entanto, não se cumpriram.

Hoje a questão ambiental se institui como uma prioridade de primeira grandeza no que diz respeito à manutenção de condições adequadas para a vida humana e não-humana no planeta. Para a criação de planos de longo prazo, é necessário antes solucionar os problemas concernentes à forma pela qual os seres humanos têm produzido e reproduzido sua vida. Na atual organização social e produtiva hegemônica global, existe uma profunda e insolúvel contradição que exige o empenho e a dedicação das melhores energias disponíveis para compreendê-lo e elaborar racionalidades alternativas para superá-la. A sociedade capitalista industrial moderna, inspirada pela ideologia do progresso, associou o bem-estar humano com a satisfação das necessidades do capital de produção *ad infinitum*, e como consequência, pelas próprias leis internas do capitalismo, gerou-se um quadro de alta concentração de riquezas nas mãos de poucos agentes privilegiados e de massiva socialização de problemas ecológicos, econômicos e sociais.

Os subprodutos da produção capitalista têm despertado, desde a década de 1960 com maior ênfase, a atenção de uma parcela da população. A superexploração da natureza e a produção descontrolada de resíduos para satisfazer as necessidades de acumulação tornaram-se alvos de críticas de sujeitos e grupos ligados à questão ambiental. Problemas como a destruição produzida pela mineração, o desmatamento e a monocultura, com sua carga abusiva de venenos no solo e na comida, a quantidade absurda de rejeitos sólidos, líquidos e gasosos da produção e do modo de vida atual, a opressão sobre grupos que não se integram à lógica capitalista e, talvez mais dramático, o aquecimento global e o mau uso da água, que ameaçam por completo a vida saudável no planeta, têm mobilizado diferentes pessoas em diferentes contextos a realizar uma luta de resistência à forma hegemônica de relacionar-se com o mundo.

Por mais que estes problemas se apresentem como prioritários no rol de preocupações humanas, não se tem a criação de alternativas radicais por parte dos líderes globais. O que se tem tentado são formas de conciliar a sociedade capitalista com a preocupação com a natureza, dando origem ao capitalismo verde. Pelas contradições internas da sociedade capitalista, que precisa cedo ou tarde destruir algo para atribuir-lhe valor, estas iniciativas têm o potencial de no máximo retardar o derradeiro momento em que os "freios de emergência" da locomotiva do progresso sejam acionados, sob o risco de não ser possível oferecer à vida humana e não-humana condições dignas de existência.

Entre a população, em particular os trabalhadores e filhos de trabalhadores, as ações do ambientalismo não andam em alta. Por mais que haja o entendimento de que ataques à natureza representem em alguma medida decréscimo na qualidade de vida, uma série de fatores têm impedido que o povo trabalhador tome o destino em suas mãos e faça, pela via revolucionária, a transição para um modo de vida ambientalmente sustentável e socialmente justo.

Um destes fatores, que aqui se julga ter importância fundamental na constituição do estado de coisas atual, é o isolamento imposto ao sujeito em sua vivência (*Erlebnis*). Como forma de construir a subjetividade na sociedade capitalista, é necessário que os vínculos que ligam o sujeito a elementos culturais que não tenham sido elaborados dentro dos marcos da sociedade capitalista industrial moderna sejam desfeitos, e novos sejam postos em seu lugar, referendando uma forma de compreender e estar no mundo particular desse modo de organização. A forma de relacionar-se com o outro e com a natureza é instituída tendo por base uma razão pragmática que avalia todos os momentos pela lógica de perdas e ganhos. E, no fim, com o poder que a sociedade capitalista tem de absolutizar o consumo, que é a forma pela qual o sujeito se afirma neste modelo, tudo se resume a questões de mercado: este ou aquele produto é buscado ou evitado baseando-se nos ideais do sujeito que consome, e ao fazer isso ele é convencido de que transforma o mundo.

Há, infelizmente, uma questão que salta aos olhos de quem observa a situação: estas medidas estão fadadas ao fracasso por permanecerem na superficialidade da consciência dos sujeitos. A questão ambiental não pode ser solucionada por uma mudança de comportamentos e hábitos, mas exige que os sujeitos rompam o isolamento no qual foram confinados e reatem os laços que os unem entre si e à natureza. Ao se compreender parte de um todo maior, a luta por uma natureza saudável não se dará como algo que chega ao sujeito vindo de fora, mas algo que é ele próprio, uma extensão de seu corpo orgânico.

Uma prática humana que reúne as condições necessárias para operar esta transformação nas consciências é a Educação e, particularmente preocupada com a forma pela qual sujeitos e grupos relacionam-se entre si e com a natureza, a Educação Ambiental. Práxis política e pedagógica dedicada a problematizar a realidade e fomentar a busca por alternativas, a Educação Ambiental conta com ferramentas que têm o potencial de construir junto aos trabalhadores e os filhos dos trabalhadores a transição para uma sociedade pós-capitalista pautada pela justiça social e sustentabilidade ambiental.

Necessariamente, como um produto da sociedade moderna no sentido de compreender suas limitações concernentes ao desenvolvimento técnico e econômico, a Educação Ambiental precisa estruturar suas propostas de superação da sociedade capitalista embasada em referenciais que consigam subsidiar a resistência ao avanço do progresso. Na conjuntura atual, resistir para não permitir maiores devastações por parte do capital é um primeiro passo fundamental para construir a via alternativa, o "outro mundo possível". Considerando que uma das principais causas para este estado de coisas é o isolamento imposto na vivência, a ruptura de laços e o apagamento de rastros, é necessário operar essa religação que inserirá o sujeito novamente ao grupo e, em definitivo, à natureza.

Para tal, a Educação Ambiental encontra subsídios para fundamentar sua práxis nos grupos tradicionais, que organizam as relações que estabelecem com a natureza inspirados por valores distintos aos valores hegemônicos da sociedade capitalista industrial moderna. Guardando traços de teorias e práticas pré-capitalistas, os grupos tradicionais trazem consigo as sementes que podem dar origem a outra sociedade. Estas sementes são a experiência (*Erfahrung*) de grupos tradicionais.

Sendo aquilo que fica na sucessão geracional de determinada comunidade, formada pelo trabalho e sedimento da tradição, a experiência foi objeto de uma série de ensaios do filósofo alemão Walter Benjamin, que a associou a grupos tradicionais, em que o caráter artesanal do trabalho apresentava um contraponto ao tempo do relógio, homogêneo e vazio, preponderante na sociedade capitalista industrial moderna. Comunicada pela narrativa oral na forma de sabedoria, a experiência é o elo que une o sujeito não apenas ao grupo, mas a um grupo portador de uma forma de relacionar-se com a natureza através do trabalho que não está completamente alinhado com a forma hegemônica da sociedade capitalista. Embora guarde especificidades de grupo para grupo, a experiência em seus contornos gerais serve de fundamento para uma Educação Ambiental que se organize na contramão do sistema, que se disponha a "escovar a história a contrapelo".

Esta pesquisa se propõe a encontrar estes subsídios que a experiência tem a oferecer à Educação Ambiental junto às comunidades de pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos, que estão vivendo um processo rápido de apagamento de raízes pela ideologia do progresso, tendo desorganizadas as relações que têm sido estabelecidas entre si e com a natureza para se reproduzir enquanto grupo, particularmente depois da instalação do estaleiro São José do Norte, da empresa Estaleiros do Brasil (EBR). Identifica-se este processo como pobreza de experiência, que culmina com o apagamento dos rastros deixados pelo grupo na história e a exposição das raízes vinculam os sujeitos ao grupo.

A escolha destes grupos se justifica pelo próprio pertencimento do pesquisador ao local, não na condição de pescador, mas enquanto sujeito que se construiu observando a vida, o trabalho, os dramas e as conquistas dos pescadores no trato com a lagoa. Na busca desta experiência tradicional foram encontrados alguns sujeitos que viabilizaram a pesquisa: os pescadores, pescadoras e habitantes do território tradicionalmente ocupado pelas comunidades.

Seu Lica, conhecido na comunidade do Cocuruto como tio Lica, era uma referência para os pescadores, sendo o mais velho a participar de pescas eventuais na comunidade. Muito embora não tivesse trabalhado no estaleiro, o fato de ser referência comunitária trazia-lhe o potencial de conhecer outras pessoas da comunidade que teriam deixado a pesca para trabalhar no estaleiro. Seu Lica foi vitimado pela picada de uma cobra cruzeira.

Mariza é uma referência comunitária para além do Cocuruto, que cedo em sua vida teve de se envolver com as atividades produtivas na pesca, e que descobriu no trabalho da Pastoral do Pescador uma forma de fortalecer o poder político das comunidades de pescadores.

Dona Deia foi uma das pessoas que tiveram de ser removidas do local que habitava na Praia do Norte para instalação da planta do estaleiro. Portadora de uma profunda mágoa com relação à remoção, Dona Deia carrega consigo uma experiência que com muita dificuldade consegue ser comunicada. Por sessenta anos ela viveu no mesmo local, criou os filhos, construiu e nutriu as raízes que a vinculam à terra, e hoje representa uma das figuras mais resistentes no enfrentamento com o estaleiro.

Mané, embora não se enquadre na categoria de velho, tem uma facilidade de transitar entre temas em sua narrativa, o que o caracteriza como um narrador tradicional. Pescador que teve de buscar cedo outras atividades, inclusive tendo vivenciado a rotina de trabalho no estaleiro, seus relatos mesclam o que se passou em sua vida com máximas a respeito da pesca

na lagoa e no oceano, expondo a possibilidade de se acessar a sabedoria, que se forma cedo em Mané.

Toco, que foi a primeira pessoa com quem se estabeleceu contato a fim de obter um quadro geral a respeito do trabalho no estaleiro, tem um grau de parentesco com o pesquisador, o que não deixa de ser benéfico para fins de pesquisa. Apesar de já não trabalhar na pesca há alguns anos, é um profundo conhecedor da pesca artesanal e consegue refletir os problemas relativos à prática pesqueira de um ponto de vista rico em perspectiva pelo distanciamento da atividade.

Ricardo, assim como Mané, teve experiências profissionais bastante heterogêneas: professor, funcionário público, operário, tendo participado também das atividades profissionais do estaleiro. Tendo começado cedo na pesca, Ricardo tem tentado se dedicar de forma mais ampla à prática pesqueira.

A tese está organizada em quatro capítulos, tratando o primeiro de uma contextualização da realidade de crise que a sociedade capitalista vivencia hoje. Parte-se do lócus investigativo – o município de São José do Norte –, considerando a evolução econômica em diferentes empreendimentos que buscaram se instalar, e alguns se instalaram, contribuindo para o fortalecimento da ideia de progresso como redentor de regiões consideradas atrasadas. Neste universo, inserem-se as comunidades tradicionais de pescadores artesanais do Cocuruto e do Pontal da Barra, que têm de conviver com o avanço do progresso sobre seus territórios. Atenta-se particularmente para o conceito crise, e se explicita suas três dimensões constitutivas: ecológica, econômica e política, bem como a organização de resistência ao avanço quase inexpugnável da ideologia do progresso sobre as comunidades.

No segundo capítulo se faz a discussão a respeito das duas maiores riquezas da humanidade, e que são atacadas pelo capitalismo na sua busca incessante pela produção do lucro: a natureza e o trabalho. Partindo disso, se busca uma concepção de natureza e de trabalho que venha das comunidades tradicionais, identificando quais são os aspectos que as diferenciam das concepções de natureza e de trabalho prevalecentes na sociedade capitalista.

No terceiro capítulo se esboça o que pode ser entendido por experiência e como ela existiria e se manifestaria entre os grupos tradicionais do estuário da Lagoa dos Patos. A tradição, a memória, a sabedoria e a narrativa são também trabalhadas para que se possa compreender que forma esta experiência tem e como ela pode servir de subsídio para uma proposta de Educação Ambiental.

Por fim, o quarto capítulo traz a perspectiva de Educação Ambiental defendida nesta tese, que se inscreve na vertente crítica, transformadora e emancipatória, e como efetivamente

a experiência de grupos tradicionais pode subsidiar a práxis política e pedagógica da Educação Ambiental com vistas a viabilizar a superação da sociedade capitalista industrial moderna e a transição para uma sociedade pautada por valores socialmente justos e ambientalmente sustentáveis.

Aspectos metodológicos da pesquisa: História Oral

A Educação Ambiental, convencida da potência crítica, transformadora e emancipatória da experiência e da tradição dos oprimidos para a sua práxis política e pedagógica precisa se aproximar das comunidades tradicionais e estabelecer com elas uma relação de integração e troca, capaz de fortalecê-la com a energia revolucionária e a sabedoria da tradição. Não é suficiente tomar as diretrizes gerais aqui elaboradas, mas permanecer em contato íntimo com a tradição dos oprimidos e fazer emergir dela novos referenciais que sirvam para subsidiar a práxis da Educação Ambiental.

O educador ambiental que deseja tomar os fundamentos da experiência de grupos tradicionais para embasar sua práxis deve compreender, primeiramente, que a experiência e a tradição lidam basicamente com o passado e com a memória. Um dos referenciais metodológicos aptos a realizar esta aproximação entre Educação Ambiental e experiência, e que foi utilizada nesta pesquisa, é a História Oral.

Academicamente, concebe-se que História Oral seja

> [...] um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. (DELGADO, 2006, p.15)

Importa para a Educação Ambiental em proximidade com a tradição dos oprimidos que se faça o registro das histórias de vida dos sujeitos para poder encontrar os indícios da experiência, mesmo que se saiba que a experiência em si não estará acessível ao educador ambiental. Dado que a experiência se forma no trabalho livre realizado na comunidade tradicional, o pertencimento a esta comunidade é prerrogativa para o contato com a experiência em si, com todo o significado que ela pode carregar consigo. No entanto, isto não impede que o pesquisador ou educador ambiental tome os indícios da experiência e consiga trabalhar com eles para enriquecer sua práxis política e pedagógica, apenas atesta que o educador ambiental pertencente a uma comunidade tradicional terá maior facilidade para fazer

essa aproximação e convergir as energias radicais e revolucionárias da Educação Ambiental e a ruptura com o *continuum* da opressão da tradição dos oprimidos.

Considerando que a experiência é o que permanece, seu repositório é a memória, no caso a memória coletiva da comunidade estudada. Esta memória compartilhada pelos sujeitos que pertencem ao grupo tradicional compõe a subjetividade de cada um deles e, por isso, torna-se acessível por meio da narrativa da história de vida. Compete ao educador ambiental dispor-se a ouvir, atentando tanto para os aspectos genéricos da narrativa quanto para seus aspectos específicos, pois

> [...] a memória coletiva tem uma dimensão individual ou mesmo singular, como resultante da elaboração subjetiva, que a distingue, de forma bastante específica, da história. [...] Embora parta do real, do fato, do acontecido, o processo de memória se descola e passa a operar através de uma dimensão onde as motivações inconscientes e subjetivas constituem o vetor determinante da construção desse quadro. (MONTENEGRO, 2003, p.19)

Tomando da vida dos sujeitos os fios que tramam a experiência, o educador ambiental acesso, mesmo que de forma tangencial e vinda de fora, os elementos que a comunidade considera relevantes. Ao dispor-se a ouvir, ele desempenha um importante papel na luta de resistência contra a tempestade do progresso, pois valoriza e alimenta a narrativa oral que, como foi exposto por Benjamin e retomado nesta tese, está em vias de extinção. Ao ouvir e ao replicar essas narrativas o educador ambiental passa a disseminar as sementes da tradição. Obviamente, estas sementes não florescerão a tradição idêntica de onde foram colhidas, mas necessariamente irão acrescentar novos elementos à sociedade capitalista industrial moderna, operando um "escovar a contrapelo" que traz consigo a potência revolucionária para superação da opressão.

O educador ambiental que participa deste modo da tradição tem a oportunidade de testemunhar um ponto de conexão entre o passado e o presente, na qual o sujeito, interpelado pelo pesquisador com o roteiro de perguntas, busca em sua memória o recurso para subsidiar sua narrativa. E pela natureza da narrativa, que funciona melhor para os velhos, lembrança evoca lembrança, e a participação do pesquisador na condução da entrevista é inversamente proporcional à idade do narrador.

A hipótese com a qual se foi a campo buscar contato com os pescadores artesanais era de que a presença do estaleiro São José do Norte da empresa EBR interferia sobremaneira na reprodução da experiência dos pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos. Em pouco tempo de pesquisa de campo foi possível compreender que este processo não teve início com a chegada do estaleiro, mas faz parte de um processo mais amplo, que toma forma

a partir da implementação da Lei da Pesca. Muito embora a hipótese tenha se mostrado inicialmente equivocada, serviu para entender que o processo de empobrecimento da experiência dos pescadores artesanais caminhava na contramão de uma proposta de Educação Ambiental em convergência com a experiência e a tradição dos oprimidos.

Particularmente para esta pesquisa, foram identificadas quatro comunidades de pescadores nas proximidades do estaleiro da EBR: Cocuruto, Pontal da Barra, Barra e Quinta Secção da Barra. Embora o interesse inicial fosse buscar sujeitos dessas comunidades pesqueiras que houvessem vivenciado o cotidiano de trabalho no estaleiro São José do Norte, aos poucos, no contato com pescadores e pescadoras da comunidade do Cocuruto demonstraram que seria necessário, para encontrar os fios que tecem a experiência das comunidades pesqueiras do estuário da Lagoa dos Patos, diversificar os sujeitos entrevistados. Foram redefinidas as redes dentro da colônia.

> O conceito de colônia está relacionado exclusivamente ao fundamento da identidade cultural do grupo; são os elementos amplos que marcam a identidade geral dos segmentos dispostos à análise. Classe social, gênero e etnia são pontos básicos do conceito de colônia.
> Rede é uma subdivisão da colônia que visa estabelecer parâmetros para decidir sobre quem se deve e quem não se deve entrevistar. Devem ser feitos cortes racionalizados, tais como: abordar só as mulheres ou só os homens; apenas os mais velhos; os que, nos casos de migração, saíram primeiro e receberam os outros. (MEIHY, 2005 p.177)

A colônia, dada a natureza da pesquisa, envolveu as comunidades de pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos, e as redes redefinidas passaram a envolver pescadores e pescadoras das comunidades mais próximas ao estaleiro: Cocuruto e Pontal da Barra. A primeira entrevista realizada, e que marcou o "ponto zero" da pesquisa, se deu com seu Lica. "Entende-se por ponto zero um depoente que conheça a história do grupo ou com quem se queira fazer a entrevista central" (MEIHY, 2005, p.178). Em grande medida, a partir da entrevista que marcou o ponto zero, a rede foi sendo autoconstruída com as sugestões dos próprios entrevistados.

As entrevistas foram todas gravadas digitalmente, utilizando como pergunta inicial quais teriam sido os impactos do estaleiro para a pesca artesanal. A partir daí a própria narrativa conduzia a sequência de perguntas, quando necessárias, na intenção de compreender como aquele sujeito se integrava à comunidade. A explicitação dos laços que uniam o sujeito ao grupo evoca a formação na experiência, e assim foi possível identificar os fios da tradição.

Transcritas e textualizadas, as entrevistas foram devolvidas aos sujeitos para que realizassem os cortes ou adições que julgassem necessários. Na etapa de textualização "[...]

suprime-se as eventuais perguntas já de certa forma fundidas nas respostas, que superam sua importância. O texto passa a ser dominantemente do narrador, que surge como figura única por assumir o exclusivismo da primeira pessoa" (MEIHY, 2005, p.184).

A retomada da memória, da narrativa e da sabedoria das comunidades tradicionais representa, para o educador ambiental, o momento em que há a maior proximidade com a experiência e a oportunidade de enriquecer a práxis política e pedagógica com a descontinuidade da tradição dos oprimidos sobre o *continuum* de opressão, trazendo para a Educação Ambiental seus momentos explosivos. Em última instância, esta aproximação se baseia na esperança.

Capítulo 1

MOVIMIENTO
Jorge Drexler

Apenas nos pusimos en dos pies
Comenzamos a migrar por la sabana
Siguiendo la manada de bisontes
Más allá del horizonte
A nuevas tierras, lejanas
Los niños a la espalda y expectantes
Los ojos en alerta, todo oídos
Olfateando aquel desconcertante paisaje nuevo, desconocido

Somos una especie en viaje
No tenemos pertenencias sino equipaje
Vamos con el polen en el viento
Estamos vivos porque estamos en movimiento
Nunca estamos quietos, somos trashumantes
Somos padres, hijos, nietos y bisnietos de inmigrantes
Es más mío le que sueño que lo que toco

Yo no soy de aquí
Pero tú tampoco
Yo no soy de aquí
Pero tú tampoco
De ningún lado del todo
De todos lados un poco

Atravesamos desiertos, glaciares, continentes
El mundo entero de extremo a extremo
Empecinados, supervivientes
El ojo en el viento y en las corrientes
La mano firme en el remo
Cargamos con nuestras guerras
Nuestras canciones de cuna
Nuestro rumbo hecho de versos
De migraciones, de hambrunas
Y así ha sido desde siempre, desde el infinito
Fuimos la gota de agua viajando en el meteorito
Cruzamos galaxias, vacío, milenios
Buscábamos oxígeno, encontramos sueños

Apenas nos pusimos en dos pies
Y nos vimos en la sombra de la hoguera
Escuchamos la voz del desafío
Siempre miramos el río
Pensando en la otra rivera

Lo mismo con las canciones, los pájaros, los alfabetos
Si quieres que algo se muera, déjalo quieto

1 A CRISE DA CIVILIZAÇÃO CAPITALISTA

A emergência de uma crise ecológica global[1] que, em última instância, compromete a quase totalidade da vida na Terra, é produto de uma série de relações que acaba por desconectar a ação humana de suas consequências ao meio ambiente, espaço no qual esta ação toma lugar. Por outro lado, e organizada como forma de intervir sobre este processo de avançada degradação ambiental resultante da produção econômica e do direcionamento político dominantes na segunda metade do século XX e início do XXI, a Educação Ambiental é construída como forma de produzir uma consciência integrada e integradora, preocupada com a reconexão entre ser humano e natureza, posicionando-se na contramão do sistema capitalista, responsável pelo surgimento e aprofundamento da crise.

A proposta inicialmente contestadora da Educação Ambiental encontra obstáculos e mimetizações em seu percurso, o que dá origem a versões "abrandadas" de Educação Ambiental, às quais faltariam profundidade e abrangência, não passando de um modismo (VELASCO, 2008, p.15). Esta suposta Educação Ambiental, integrada ao sistema que produz a crise a qual alega enfrentar concebe a realidade como fechada e a sociedade capitalista como o estágio mais avançado possível ao alcance da humanidade.

A suposta Educação Ambiental se nutre da mesma energia que alimenta a sociedade capitalista, a noção de progresso, linear e irrefreável, destino último da espécie humana e do planeta Terra, ignorando que este mesmo princípio é responsável pela destruição de biomas e ecossistemas, tragédias e catástrofes, miséria e fome. Nesse sentido, progresso e crise andam de mãos dadas, e a suposta Educação Ambiental entra em uma insolúvel contradição.

Nesse sentido, este primeiro capítulo objetiva apresentar o problema que se considera central para a Educação Ambiental, ao qual ela se dirige e que a origina, a dizer, a crise, tomada em suas três dimensões: ecológica, econômica e política. A análise desta crise, apesar de seu caráter global, parte do local no âmbito desta pesquisa, do município de São José do Norte e do processo de desenvolvimento econômico que experimentou recentemente, ao longo dos últimos dez anos.

Este processo, nominado progresso pelo poder público e por agentes do mercado[2], estabelece uma relação de inserção do município no mapa da exploração econômica mundial

---

[1] Existe uma grande disponibilidade de textos que tratam desta crise que, desde inícios da década de 1970, avança a passos largos por sobre o globo. Entre textos em periódicos e livros se pode apontar: FOLADORI, 2001; FOLADORI, 2005; FOLADORI, 2008; LÖWY, 2013; LÖWY, 2014; LEFF, 2002, LOUREIRO, 2009.

[2] O caráter redentor do progresso se apresenta tanto nos canais de comunicação da prefeitura de São José do Norte (www.saojosedonorte.rs.gov.br/sao-jose-do-norte/o-municipio/apresentacao-do-municipio), quanto no

ao mesmo tempo em que aprofunda sua imersão na crise global. Torna-se torna necessário divisar as dimensões da crise e sua consequência formadora da Educação Ambiental.

1.1 São José do Norte: lócus investigativo

O município de São José do Norte se localiza na planície costeira do Rio Grande do Sul, ocupando uma faixa de terra de aproximadamente 1.118 km^2 entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, contando com uma população estimada de 27.410 pessoas[3] para 2018. Historicamente, a base econômica do município esteve alicerçada na agricultura e na pesca, particularmente a produção de cebola e a pesca artesanal.

No que diz respeito particularmente a esta última atividade, é necessário compreender a formação da pesca artesanal em São José do Norte, desde o tempo das grandes parelhas que pontuavam a margem da Lagoa dos Patos até o período de ocaso da pesca artesanal e o retorno dos pescadores catarinenses ao seu estado após a implementação do Decreto-Lei 221/67[4]. Nesse momento cabe realizar um panorama do município com vistas a compreender como ele se encontra neste momento de agudização da crise.

1.1.1 Miragens de progresso em São José do Norte

São José do Norte tem despertado, desde meados da década de 1970, o interesse de empresas capitalistas ansiosas por explorar os recursos naturais da região[5]. A partir dos anos 70 se tem o investimento em dois setores que impulsionaram a economia local: a monocultura do Pinus, com a empresa Flopal (Florestadora Palmares) e a industrialização do pescado. O Decreto-Lei 221/67 possibilitou a instalação de indústrias frigoríficas no município, como a Frigoria e a Confrio (BRAVO, 2011, p.58), absorvendo parte da mão de obra formada entre as comunidades pesqueiras da região para a captura e beneficiamento do pescado.

Desta época data também a aproximação da empresa RTZ, que realizava estudos para estabelecer a exploração de minérios em solo nortense. Mané, além de trinta e dois anos de

---

Relatório de Impacto Ambiental do estaleiro São José do Norte da empresa EBR (www.ebrbrasil.com/download).

[3] De acordo com dados do IBGE (http://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-jose-do-norte/panorama).

[4] O Decreto-Lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, também conhecido como Lei da Pesca, implementado pelo governo militar no Brasil, oferecia subsídios e isenção fiscal a projetos voltados à pesca.

[5] Pesquisa fundamental para compreender este processo de tentativa e de desenvolvimento econômico na região é COSTA, 2017. Parte do que segue foi subsidiado por levantamentos da pesquisadora.

experiência na pesca, intercalou atividades profissionais em empresas que buscaram o município para se instalar. Uma dessas empresas foi a RTZ:

> Eu tenho trinta e dois [anos] com registro embarcado em pesca. Tenho três anos e oito meses na RTZ, naquela empresa que teve aqui de mineração, fazendo teste aqui. Naquela época era ali na Croa[6], depois foi para ali onde é a RTZ hoje, naqueles campos ali do Macuca [...] a gente fazia pesquisa na RTZ, eu trabalhava no laboratório, e olha: tem aqui no Retiro, na beirada da praia ali, tu entrou pelo beco do CTG e vai mais ou menos naqueles campos que dão na beira da praia. [...] Nós aqui trabalhávamos com bromofórmio[7], produto químico, tu entrava na peça ali tu sentia cheiro forte pra caramba, tinhas que estar de máscara, luva, e a gente quarteava, eu quarteava uma amostra ali, entregava pra Fatinha, a Fatinha ia lá e botava no bromofórmio lá e tal, fazer a separação toda.

O destino das indústrias pesqueiras no município, como boa parte das empresas que obtiveram subsídios e isenção fiscal com a Lei da Pesca, foi à falência (DIEGUES, 1983, p.139-141), enquanto que a monocultura de pinus se expandiu, e a iniciativa mineradora teve duas novas investidas: a tentativa de instalação da empresa Paranapanema, com seu Projeto Bujuru, e o atual Projeto Retiro, da empresa RGM. Na década de 1990, instalou-se a empresa Âmbar Florestal, responsável pela extração de resina da área monocultora de pinus. A parceria estabelecida entre Âmbar e Flopal (Ventos do Atlântico) para a disposição de um campo de captação de energia eólica, entra em colisão com o projeto da RGM, e a partir da década de 2010 tem início uma disputa pela exploração do local em dois projetos conflitantes.

A dependência econômica de atividades eminentemente extrativas e/ou monocultoras cria uma situação de aparente estagnação econômica, o que é tido pela população e pelos governantes locais como um problema a ser superado (COSTA, 2017, p.119). A falta ou incapacidade de investimentos nas potencialidades locais de forma organizada e sustentável leva o município a compreender a vinda de empreendimentos externos como a redenção econômica do local. Inseridos nessa lógica de negação local/exaltação externa, os pescadores artesanais se deparam com um processo de transformação da pesca.

1.1.2 Transformações e crise na pesca, ou o estaleiro como redenção

A localização do município de São José do Norte, entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, estabelecido às margens do estuário, torna o litoral propício à prática pesqueira.

---

[6] Croa é como é conhecida uma área com tradicional atividade pesqueira, ocupando a porção noroeste da cidade.
[7] Composto líquido incolor de cheiro agradável e gosto adocicado, outrora usado como anestésico local. Atualmente é usado principalmente na separação de metais; tribomometano (michaelis.uol.com.br).

Remontando às origens do povoamento do local por meados do século XIX, a pesca desde esse tempo foi uma das principais atividades econômicas da região, tendo na parelha de pesca[8] a forma dominante de organização da produção. A dinâmica populacional e as transformações do meio, bem como o domínio e o aprimoramento de técnicas mais eficazes na captura do pescado – o desenvolvimento das traineiras – promoveram, no litoral de Santa Catarina, um processo de deslocamento de pescadores para os litorais do Sudeste e do Rio Grande do Sul (DIEGUES, 1983, p.124), inclusive em São José do Norte.

Os pescadores catarinenses, que fogem de um contexto de pauperização motivado pela desorganização de suas formas de produção, buscam refúgio em São José do Norte, onde serão chamados de catarinas. São trabalhadores que contam com condições precárias de trabalho, tendo sua mão de obra explorada por proprietários de parelhas na localidade, não lhes permitindo realizar a poupança que lhes motivou a migrar.

Durante aproximadamente as décadas de 1930 e 1960 os catarinas compuseram o grosso das chamadas grandes parelhas (BRAVO, 2011, p.41-44), situação que sofreu transformações com a implementação da Lei da Pesca. O projeto desenvolvimentista no setor pesqueiro impulsionou a indústria da pesca em Santa Catarina, tornando-se "[...] um dos estados em que mais surgiram empresas com o dinheiro da SUDEPE [Superintendência do Desenvolvimento da Pesca], e foi também aí que ocorreu o maior número de falências" (DIEGUES, 1983, p.139). A partir deste momento, fins da década de 1960, os catarinas começam a dar início ao seu retorno ao estado de Santa Catarina, buscando se empregar na pungente indústria pesqueira, o que trará uma série de consequências para a produção pesqueira das parelhas em território nortense.

A escassez de mão de obra nas parelhas ocasionou um primeiro processo de falência das grandes parelhas, desestruturando-as e abrindo espaço para uma forma mais flexível de organização da produção. Às grandes parelhas, caracterizadas por uma equipe ampla de trabalhadores (proeiros) – entre vinte e vinte e cinco –, uma frota de seis ou sete botes, galpões para redes e galpões de repouso, propriedade de um único armador, o baixo desenvolvimento técnico, utilizando basicamente botes a vela e remo, redes de barbante, seguiram-se as pequenas parelhas, em que o proprietário também trabalhava como proeiro, com uma organização menos complexa e um processo de desenvolvimento técnico que

[8] Adomilli (2007, p.42) encontra três significados para a expressão parelha: "Primeiramente, considera-se pesca de parelha, quando duas embarcações utilizam uma mesma rede, que é arrastada. Porém, muitos pescadores locais quando dizem: 'Eu tenho uma parelha', estão se referindo ao fato de serem proprietários de um bote/canoa e disporem de um galpão, no qual reparam suas redes. Um terceiro significado [...] consiste em denominar de 'parelha' um conjunto de botes ou canoas, cada qual com suas redes, mas que pescam para um mesmo dono".

passava a substituir o trabalho por maquinário, velas e remos por motores, o algodão por plástico na confecção das redes.

Mariza vivenciou este período de fragmentação das grandes parelhas.

> A minha entrada na pesca coincidiu com o casamento, porque a gente começou a ver a necessidade, de já estar diminuindo a questão de ter proeiros para trabalhar, faltou proeiro, não veio, aquele já tá meio que saindo.

Casamento e atuação na pesca coincidiram na vida de Mariza, muito embora seu esposo à época não fosse originalmente pescador.

> Aprendi a pescar depois de casada, porque era uma época em que poucas mulheres iam para grandes parelhas. Como meu pai sempre teve parelha de pesca [...] então ele colocava muita gente para trabalhar, muitos homens, então as mulheres, filhas mulheres, nem chegavam perto.
> [...] A gente começou a pensar em ajudar o marido, ajudar os pais, a estar indo para a pesca, a estar aprendendo alguma coisa também no sentido de agregar valor ao pescado pra poder sustentar a família.

Com a evasão dos catarinas e o desenvolvimento técnico que se operou a partir da promulgação da Lei da Pesca, foi possível a pequenos pescadores organizarem-se de forma mais autônoma, ampliando o número de pequenas parelhas e aumentando a capacidade de predação individual por pescador. Se no tempo das grandes parelhas havia uma preocupação em realizar uma abordagem tangencial e periférica ao cardume de tainha (BRAVO, 2011, p.44), por exemplo, com as pequenas parelhas mecanizadas o ataque aos cardumes foi mais direto, e a força de uma dezena de homens foi substituída por dois ou três proeiros, um motor e uma rede de náilon. Isso representou, em uma escala de vinte anos de expansão das pequenas parelhas, o esgotamento de cardumes e da piscosidade da lagoa. O desenvolvimento da pesca embarcada também representou um impacto na sobrevivência das comunidades de pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos. A relação entre oceano e estuário é fundamental para a reprodução de cardumes, e o controle da pesca no oceano influi na pesca na lagoa. Para Mané

> [...] [o espaço de interdição da pesca embarcada no oceano] não pode ser três mil metros da beira da praia, ou três milhas. Tem que ser dez, quinze milhas pra fora pra ele poder trabalhar, porque aquele peixe que tá ali vai retornar e vai entrar dentro da Boca da Barra. Antigamente a gente matava corvina em cima do baixo aí, de carregar a embarcação. Hoje não se mata nada de corvina em cima do baixo. Quando se mata – quando se mata – é no canal.

O esforço de pesca que se intensificou a partir dos investimentos e isenções do governo federal criou uma situação comprometedora para a sobrevivência da pesca no

estuário. O superdimensionamento da capacidade de captura aumentou o esforço sobre os cardumes. Muito embora a população pesqueira houvesse diminuído com a volta dos catarinas para o seu estado, o desenvolvimento técnico da pesca esgotou os cardumes, dando início a um processo de crise da pesca[9]. Com a fragmentação das grandes parelhas e a multiplicação das pequenas parelhas se acirra a competição pelos peixes, que começam a se tornar escassos.

Décadas de superexploração conduziram a pesca artesanal a uma situação-limite. A fragmentação das grandes parelhas e a tecnificação da pesca elevaram o grau de predação na lagoa. Ganhou destaque aquele pescador que conseguiu reunir as condições materiais para desenvolver sua capacidade de captura. Desenvolvimento técnico tornou-se uma necessidade para a pesca artesanal em expansão. Toco explica essa condição:

> [...] Aquele que foi à frente, o pescador que não ficou tão arcaico, que deu um pulinho mais à frente, o que ele botou? Botou um sonar. Aquele que deu um pulinho a mais, ele preparou uma rede [...] Ele vai lá fora buscar o peixinho na volta da costa com o botezinho dele, consegue se defender mais um pouquinho. O outro preparou um guincho, já preparou alguma coisa pra colher a rede pra não precisar depender de... porque a mão de obra tá curta, tá pouca, o pessoal foi abandonando, então tu tem que botar um guincho pra colher a rede, trabalhar com sistema mecânico, e aí por diante.

A capacidade de absorção do pescado por parte das plantas industriais instaladas em São José do Norte e Rio Grande representou um incremento no esforço de pesca e um mercado consumidor para o pescado artesanal, o que promoveu um aquecimento na economia pesqueira e fez multiplicar o número de pescadores no estuário. Esse incremento exigiu que houvesse uma adaptação técnica às novas exigências que a livre concorrência impunha à pesca. Esta disputa pelos cardumes conduziu a pesca artesanal a uma busca desenfreada por maiores capturas, o que necessariamente provocou o colapso da piscosidade na lagoa. Pescadores que conseguiram concentrar maiores recursos obtiveram melhor aparelhagem e conquistaram posição de destaque entre o conjunto de pescadores. Toco continua sua explicação sobre este contexto:

> Nem todo mundo tem dinheiro pra isso, nem todo mundo consegue se manter. Aqueles que investiram um pouquinho mais pegaram dum comprador, dum atravessador que injetou um dinheirinho nele, ele conseguiu produzir, conseguiu saldar a dívida dele, já pensou mais à frente, investiu

[9] Tratando da crise da pesca em nível nacional, MARRUL (2003, p.47) destaca que existe uma multiplicidade de fatores causais para a referida crise na atividade pesqueira, entre eles poderiam ser citados: "[...] a diminuição da abundância dos recursos pesqueiros; a diminuição da captura por unidade de esforço de pesca; a diminuição do tamanho médio dos indivíduos capturados; a maior participação de indivíduos de baixas classes etárias na composição das capturas etc. [...] o excesso de capacidade de pesca, além de ser a face mais visível da crise, é a mais ameaçadora da viabilidade da explotação dos recursos pesqueiros".

> mais em aparelhagem, esse aí sim, esse se destacou um pouquinho mais na pesca.

O testemunho que Toco dá traz de volta ao estuário a figura do catarina, agora não mais como imigrante precarizado, mas como atravessador. Ao mesmo tempo que o atravessador catarina absorve boa parte da produção pesqueira, ele também opera como financiador do desenvolvimento técnico das pequenas parelhas. Após o colapso das indústrias frigoríficas na região do estuário, os atravessadores catarinenses se tornaram os maiores compradores da produção pesqueira nortense. Mariza traz com bastante propriedade a relação de dependência que se estabelece com o atravessador e a lógica da competição quando se refere ao endividamento do pescador artesanal diante do atravessador.

> Não conseguia, porque precisava de uma rede, mais redes para trabalhar, porque o pescador tava muito com aquela ideia que tinha que comprar mais redes, mais metros de redes para colocar pro lance, para ter mais pescador, e que na verdade aquilo fazia mais gastos, ficavam atrelados aos atravessadores, e não tinha muito resultado, porque as dívidas eram grandes.

O desenvolvimento técnico, o superdimensionamento da absorção da captura, a substituição dos frigoríficos pelos atravessadores, o colapso da piscosidade e a crise da pesca no estuário levaram a uma situação em que a pesca se configura, em certa medida, como atividade complementar para muitos trabalhadores que abandonaram a vida nas comunidades e se empregaram nos setores da indústria e dos serviços em Rio Grande.

Paralelo à crise na pesca, a relação que se estabelece entre os fiscais do Ibama e os pescadores adiciona um grau de profundidade ao complexo de opressões que os pescadores sofrem. Toco é categórico em afirmar que

> A relação do pescador com o Ibama, como vou dizer assim, é uma guerra. Muita gente vê o Ibama como um inimigo. Ele era pra ser um órgão que defendesse mais toda a parte que zela a natureza, o meio ambiente. Fiscaliza e fiscaliza totalmente errado, às vezes com abuso de autoridade, e isso eu já vi acontecer.

A relação que se estabelece entre Ibama e pescadores se agrava justamente pela dificuldade que os pescadores encontram em se adaptar às restrições legais que se impõem à prática profissional, seja restrição de uso de equipamentos, seja restrição de períodos de pesca. Visto que a lógica competitiva[10] impelia os pescadores a estarem sempre em atividade,

[10] Milton Santos, ao realizar a crítica à globalização, auxilia na compreensão da competitividade como norma fundamental da sociedade capitalista atual: “Nos últimos cinco séculos de desenvolvimento e expansão geográfica do capitalismo, a concorrência se estabelece como regra. Agora, a competitividade toma o lugar da competição. A concorrência atual não é mais a velha concorrência, sobretudo porque chega eliminando toda

o respeito a essas restrições representa um obstáculo à sobrevivência de comunidades inteiras. Toco continua explicando que "A maioria não pesca dentro das normas porque não tem como pescar... Infelizmente, o que a gente sabe pescar é aquilo ali, um camarão de espera ou arrasto, a malha".

Diante das pressões econômicas por parte dos atravessadores, políticas por parte do Ibama, e ecológicas com o esgotamento dos cardumes, o abandono da pesca se apresenta como alternativa viável para muitos pescadores das comunidades de São José do Norte. A busca por outras formas de obtenção de renda desponta como uma necessidade[11] para as comunidades de pescadores, fato evidenciado por Seu Lica antes mesmo da vinda do estaleiro da EBR:

> Saiu um bocado de gente, muita gente saiu da pesca antes desse EBR tá aí. Saíram e não voltaram mais. Há muitos anos atrás já vem saindo, e não voltando. Tem alguns que saem mas voltam para trabalhar quando é férias, é dia de folga, que tão empregados.

Mané, por ter uma dinâmica circulação entre a pesca e a indústria, entrou em contato com diversas pessoas que viram como melhor saída para a crise na pesca, abandoná-la. Particularmente após a instalação da EBR, pescadores artesanais passaram a relegar à prática pesqueira um papel de segundo plano.

> Teve colegas meus que venderam o que tinham pra se empregar na EBR achando que ia se aposentar na EBR. Só que da EBR ficou esse projeto aí, disse que tinha mais duas plataformas pra fazer, e a gente se empolgou nessa aí.
> Eu conheço várias pessoas que trabalhavam na pescaria, largaram a pescaria, como a gente assiste hoje mesmo, tem várias, várias parelhas aí tão precisando de proeiro pra trabalhar na pesca e não tem, porque os caras se jogaram.

O anúncio de redenção econômica para o município, particularmente para os pescadores artesanais e suas famílias, que enfrentavam uma situação de crise econômica motivada por uma crise ecológica, sintetizada na crise da pesca na lagoa, é recebido com muita esperança. As promessas de progresso para São José do Norte finalmente seriam cumpridas e o município despontaria para o mundo montando plataformas de petróleo.

---

forma de compaixão. A competitividade tem a guerra como norma. Há, a todo custo, que vencer o outro, esmagando-o, para tomar seu lugar" (SANTOS, 2009, p.46).

[11] Em outra pesquisa (BRAVO, 2011, p.87), um dos velhos pescadores-narradores aponta a necessidade de criação de alternativas de emprego para os pescadores como medida para manutenção da sustentabilidade da pesca.

A certeza de sucesso financeiro trabalhando na EBR era tamanha que muitos dos pescadores abandonaram suas atividades, se desfazendo de suas parelhas de pesca, para se dedicar exclusivamente ao trabalho de carteira assinada no estaleiro. Diante de uma conjuntura hostil, sofrendo nas mãos de atravessadores, tendo de enfrentar a fiscalização por vezes truculenta do Ibama, e tendo de lidar com uma lagoa cada vez mais e mais devastada, o emprego como operário se apresentava como a saída para uma situação de crise.

No que dizia respeito às tarefas relacionadas à marinharia (amarração de plataformas, operação de veículos marinhos), Ricardo destaca que os pescadores artesanais, além de surpreenderem suas chefias, eram valorizados na hora da contratação:

> Como que nem disse o comandante lá da Quip[12]: não esperava muito da marinharia, pelo papel, no caso, que era pescador, isso e aquilo, e ele disse que foi uma baita surpresa que ele teve, foi uma das melhores marinharias que ele teve... quem ele não confiava, que no caso eram os pescador, ele achava que não tinha estudo, e isso e aquilo, foi os que surpreenderam ele, que levantaram a marinharia. E tenho certeza que qualquer tipo de serviço que tiver de marinharia e em algum projeto, tenho certeza que eles vão chamar e procurar o pessoal do Norte e o pessoal que já foi pescador, porque tem mais experiência e conhece mais do mar. Conhece mais do mar, que tenha mais experiência com correnteza de água, com vento, com isso, com aquilo, até com a amarração da plataforma.

A surpresa e a valorização dos pescadores no trabalho de marinharia se deram principalmente pela possibilidade de utilização de uma mão de obra qualificada no trato com a lagoa com a qual a empresa não teve de se preocupar em formar. A experiência dos pescadores artesanais serviu muito bem aos interesses da empresa, e puderam utilizar seus conhecimentos práticos em uma atividade profissional alternativa.

1.1.3 O estaleiro e a Praia do Norte

A relação da EBR com as comunidades pesqueiras, no entanto, não se deu apenas no vínculo patrão-empregado. Mais dramático foi o processo de instalação da planta.

A área ocupada pelo estaleiro São José do Norte, chamada de Praia do Norte, era anteriormente um espaço dedicado à pesca, e contava com uma população de pescadores artesanais residentes há várias gerações. Estas pessoas, de certo modo, representavam um obstáculo à instalação do empreendimento, e Mariza relata a reação inicial frente a sua chegada:

---

[12] Empresa componente do polo naval de Rio Grande, responsável pela montagem da plataforma P-58.

> Os que saíram sofreram uma pressão enorme, sabe. A princípio a grande maioria não queria sair, porque eles tinham o porto deles ali, eles tinham tudo, eles tinham uma vida ali, uma história deles ali, construída, a cada dia, a criação dos filhos, o porto que eles tinham, não sabiam... com dinheiro, mas para onde iriam? Eles tiveram até que fazer tipo uma associação, um grupo, com ajuda, pra poder, com a promotoria ali em São José do Norte ajudando, pra eles poderem fazer, tentaram de início tudo que fosse possível para não sair, mas viram que não tinha mais jeito. Aí sofreram aquela pressão, muitos.

Fotografia 01 – Estaleiro São José do Norte e plataforma P-74.

Fonte: Nereu Pinheiro

Guardadas as singularidades e especificidades de cada caso, pode-se dizer que os pescadores da Praia do Norte passaram por um processo de desterritorialização assim como os pescadores do Pontal da Barra, município de Pelotas, analisados por Nebel (2014). No caso da Praia do Norte, foi oferecida aos pescadores uma quantia de dinheiro para que entregassem suas propriedades à empresa. Este processo representou uma ruptura para muitas pessoas que

viviam no local há décadas, pois todas as referências físicas de suas vivências e suas experiências foram destruídas e transformadas pelo estaleiro. Mariza continua relatando o drama dos pescadores removidos:

> Eu sei que um dos meus tios que veio para cá, ele disse que já não dormia mais, de ver os vizinhos dele, os amigos dele de pesca, que cederam naquela negociação, e aí quando cediam, que eles pagavam, davam aquela indenização, ele ia lá, eu acho que aquilo era proposital, eu disse para o meu tio: "Isso é proposital". Eles iam lá com uma máquina [retroescavadeira] e demoliam tudo, então ficava ali na frente, do lado da casa, e vendo a casa do amigo pescador sendo demolida, aí via tudo só escombros, tudo demolido, eles ficavam olhando, e eles indo embora. O dinheiro que iam receber não ia compensar. Tinham noção de que não era dinheiro que ia resolver.

A destruição das casas dos pescadores não se tratou apenas da destruição física de suas antigas moradias, mas da tentativa de apagamento de suas memórias e de suas subjetividades. Eclea Bosi, a esse respeito, destaca que

> Destruída a parte de um bairro onde se prendiam lembranças da infância do seu morador, algo de si morre junto com as paredes destruídas, os jardins cimentados. Mas a tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas: só o grupo pode resistir e recompor os traços de sua vida passada. Só a inteligência e o trabalho de um grupo [...] podem reconquistar as coisas preciosas que se perderam, enquanto estas são reconquistáveis. Quando não há resistência coletiva os indivíduos se dispersam e são lançados longe, as raízes partidas. (BOSI, 2006, p.452)

O necessário empenho da empresa em remover os pescadores que moravam na Praia do Norte para a concreção de seus objetivos expôs o caráter reificador da sociedade capitalista, que precifica todas as coisas e feitos humanos, inclusive suas histórias. Ao destruir o lar, os laços feitos pela memória e lastreados nas ruínas se desfazem, e unicamente a integração e coesão comunitária conseguem mantê-los vivos, muito embora esta mantenha a memória viva enquanto viva o último que lembra. No caso em questão, na Praia do Norte, a coesão é mantida com dificuldades e limitações, pois a comunidade se dispersou. Mariza diz que

> A gente vê até hoje, ficaram uns lá, outros cá, uns foram pro Passinho e pras Capivaras[13], amigos de uma vida toda, e outros vieram para cá, outros ficaram mais aqui, que a gente chama que é uma comunidade de África, que é bem aqui entre Cocuruto e Pontal, outros ficaram pra ali. A família, a casa, comprou e foi morar lá no Canastreiro[14], no Norte, mas ele [o tio] tem aqui, ele tem que vir todos os dias para cá, vem de bicicleta, agora não pode mais

[13] Comunidades pesqueiras do interior de São José do Norte.
[14] Bairro periférico, localizado próximo às margens da BR-101.

> de bicicleta, aí vem de carro, ou vem de carona para cuidar da embarcação para pescar.

A dispersão da comunidade atingida pelo empreendimento representa o enfraquecimento de uma memória coletiva, a memória que nomina aquele espaço em seu uso pelos pescadores artesanais, pois ao deixar de ser reforçada na narrativa dos pescadores, ela vai deixando de reverberar entre os membros mais novos da antiga comunidade. Ao deixar de ser narrada, a memória passa a sofrer o efeito corrosivo do esquecimento (BRAVO, 2011, p.49).

A dificuldade em ouvir e ser ouvido pelos membros da comunidade coloca a reminiscência em xeque. Ao observador novato é impossível reconstruir a paisagem anterior à vinda do estaleiro sem o auxílio de um membro da comunidade. Possivelmente uma das pessoas mais capacidades a tal orientação seja Dona Deia.

Com mais de oitenta anos, sessenta dos quais viveu na Praia do Norte e conduziu um pequeno comércio que atendia aos pescadores artesanais e suas famílias, Dona Deia empreende uma luta de resistência contra a energia reificadora da sociedade capitalista. Tendo sido referência e ponto de encontro para inúmeros pescadores desde os tempos das grandes parelhas, o comércio de Dona Deia abria suas portas em direção à praia, que foi durante muito tempo a rota mais segura que conectava por terra as comunidades da Quinta Secção da Barra, Barra, Pontal, Cocuruto e Praia do Norte à cidade de São José do Norte.

Por mais que Dona Deia tenha sofrido pressão semelhante à destinada a outros moradores do local, sua resistência em manter-se vinculada ao local onde mais de meio século passou construindo sua vida, de sua família e a da comunidade da Praia do Norte a torna um expoente na reconstrução da memória local, resistindo à força das retroescavadeiras e dos guindastes do estaleiro.

O impacto da vinda do estaleiro para São José do Norte não se fez sentir apenas sobre os negócios de Dona Deia, mas também sobre a vida dos filhos que vivem da pesca. A relação com o estaleiro é uma relação de sofrimento: “Eu sofri muito, sofri muito, sofri muito. Eu estou aqui mas não estou contente. Trancaram tudo a rede, como quem diz assim: ‘Agora a senhora não vai entrar aqui’”.

O processo de remoção de Dona Deia, além de romper com os laços mnemônicos construídos por ela ao longo de sessenta anos, também desorganizou a vida dos filhos pescadores. O novo espaço agora ocupado por Dona Deia não oferece abrigo aos botes dos filhos, e em dia de tempestade é muito provável que se perca as embarcações.

> Meu guri fez um trapichezinho mas embaixo é tudo pedra, não dá de botar embarcação ali. Se dá a marola com o bote ali, a água bate também traz pedra. Volta e meia quando dá temporal, a canoa, no trapiche mesmo, vai ao fundo.

Ao ser removida de um lugar apto à prática da pesca artesanal com uma praia na qual se podia puxar o bote para o seco, e ocupar uma área em que se fez uma parede de pedras para permitir a construção junto à linha de água, Dona Deia não conseguiu garantir aos filhos um local para adequada disposição para suas embarcações. Muito embora com a sobra do dinheiro da venda de sua propriedade à EBR tenha comprado um bote novo para um dos filhos, a falta de um lugar apto para atracá-lo, tendo inclusive de entrar na água, em verão e em inverno, para poder utilizá-lo, o fez ir ao fundo, perdendo a embarcação.

Fotografia 02 – Guindastes do estaleiro São José do Norte
vistos da comunidade do Cocuruto.

Fonte: produzida pelo autor.

Em dias de mal tempo, os filhos pescadores ficam preocupados com a integridade de seus equipamentos, e isso também deixa Dona Deia aflita. Uma de suas maiores preocupações é garantir o bem-estar dos filhos, e isso não está sendo alcançado desde a remoção. O que

Dona Deia considera como falta de preocupação para com os pescadores é a tradução para o concreto da desimportância que as comunidades pesqueiras têm para a reprodução do grande capital. Além da precificação de suas histórias de vida e de suas lembranças, a garantia de seu sustento futuro não é preocupação, nem para os governantes locais, visto que não foi oferecida nenhuma forma de replicar nos novos locais em que os moradores da Praia do Norte se instalaram, como o caso dos filhos de Dona Deia exemplifica, muito menos pelos agentes do mercado e representantes dos investidores, para os quais a remoção aparece como uma necessidade e a compensação financeira aparece como justa.

"Para me tirar como me tiraram de lá, não era qualquer tostão, não. Eu saí bem magoada de lá", explica Dona Deia para se referir ao que resultou da vinda do progresso para São José do Norte. A promessa de redenção econômica não se concretizou após seis anos de início das obras no local[15]. O progresso que se sinalizava desde a década de 1970 chegou e desestruturou parte da população que entrou em contato com ele. Mote do poder público e dos representantes do grande capital, esse mantra deixa de ser problematizado e criticado, e se impõe como necessidade às comunidades e pessoas em períodos de crise. No entanto, o progresso é parte constitutiva desta crise, e por onde quer que vá, a dissemina.

1.2 A crise em suas três dimensões

A instalação do estaleiro da empresa EBR em São José do Norte, ao mesmo tempo que representa a realização da promessa de progresso e redenção econômica para o município, também se insere, integralmente, no contexto de crise vivenciado pela civilização capitalista industrial moderna[16] em suas três dimensões: ecológica, econômica e política.

Progresso e crise andam juntos, e a redenção econômica é uma miragem, uma ilusão alimentada pela pobreza material e espiritual do atual estágio da sociedade capitalista. Portanto, para compreender este período histórico que também é uma crise (SANTOS, 2009, p.34), é necessário compreender o motor do desenvolvimento desta crise: o progresso.

1.2.1 Progresso e crítica do progresso

[15] As obras no estaleiro São José do Norte tiveram início em 1º de abril de 2013. (www.ebrbrasil.com/noticia/comunidade/1-ano)

[16] Remete-se à nomenclatura utilizada por Löwy (2013, p.80) para referir-se à sociedade contemporânea que, guardadas as vicissitudes e avanços tecnológicos, mantém seu espírito desde meados do século XIX.

A expressão “Progresso” compõe o léxico da Prefeitura Municipal de São José do Norte[17] e da empresa Estaleiros do Brasil[18], destacando sua centralidade tanto para os representantes públicos quanto para os agentes privados. Historicamente, como foi pontuado anteriormente, o progresso foi sinalizado como uma promessa para o futuro que nunca se concretizou até a instalação do estaleiro. Desde mineração de titânio, plantas frigoríficas, plantas de celulose, instalações portuárias, parque eólico e, por fim, o estaleiro, o progresso foi o motor que pôs em movimento o ideário econômico de São José do Norte. A dificuldade de integração a este progresso colocou o município à margem do desenvolvimento, associando-o a aspectos economicamente atrasados, preso a um passado eterno, reiteradamente presente.

A ideia de progresso ganha corpo e se torna hegemônica com o Iluminismo, buscando uma ruptura com a história e com a tradição que emerge com a modernidade (HARVEY, 2013, p.23). Apontando para cima e para adiante, a flecha do progresso nega quaisquer valores que sejam solidificados pelo tempo para apostar no sempre novo, na mudança eterna e desprendida, o avanço por meio da criatividade e da ciência e o infinito aperfeiçoamento humano. O otimismo moderno na ideologia do progresso se expressa nas promessas que a burguesia faz e nas críticas que tece a respeito do período obscuro e primitivo do qual ela emerge, conforme coloca Walter Benjamin:

> A burguesia iniciou-se com as promessas mais radicais e com a crítica mais radical das mazelas humanas já feitas até agora em toda a história universal. Ela começou com as teses do cosmopolitismo, do “império da razão”, da infinita educabilidade do gênero humano, da paz eterna, do equilíbrio pacífico entre os poderes materiais e imateriais antagônicos numa graduação infinitamente elástica e automaticamente mutável das camadas sociais mediante a “livre concorrência”, que ela contrapôs à hierarquia rígida da antiga constituição estamental. (BENJAMIN, 2013b, p.77)

A classe ascendente se fundamentava em promessas verdadeiramente otimistas a respeito do futuro, e compreende na negação integral do passado uma necessidade para sua vitória. A ideologia burguesa do progresso percebe a história como a passagem imediata de um período “pior” para um período “melhor” através, principalmente, do avanço técnico-científico. A noção de progresso, nesse sentido, sempre foi “[...] acompanhada de um determinismo caracterizado por uma série unilinear, em que cada incremento técnico-histórico

---

[17] O material publicitário da prefeitura em seu site encerra a “Apresentação do Município” conclamando turistas e investidores: “Fica um derradeiro e especial convite: ‘Venha participar deste progresso’”.

[18] Em seu Relatório de Impacto Ambiental, a empresa aponta que “São José do Norte e Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, estão formando o maior polo naval do Brasil, que já conta com três estaleiros e um terminal de celulose. O empreendimento irá contribuir com esse progresso” (EBR, p.15).

nos conduzia a um otimismo fundado num futuro mais feliz para o ser humano" (SILVA, 2010, p.102).

A história enquanto passagem imediata do pior para o melhor segue uma linha reta ou em espiral, e sempre avança se desvencilhando do passado e da tradição, que se movem como redivivos se agarrando à jovialidade moderna e modernizante. O motor do progresso tende a reduzir todos os momentos da história da humanidade ao denominador comum da cultura ocidental, à razão instrumental que rege o pensamento moderno (BENJAMIN, 2013a, p.179). Assim, quaisquer resquícios que existam de passado ou tradição são considerados pejorativos e depreciativos, e são a causa do fracasso ou da falência.

No que diz respeito à pesca artesanal e seu caráter de competitividade atual, os pescadores que por um motivo ou outro não conseguiram modernizar seus apetrechos, que não conseguiram acompanhar o trem do progresso, encontraram um obstáculo definitivo à sua sobrevivência enquanto profissionais, e tiveram de buscar formas de empregabilidade que os afastaram da pesca. Ou os fez parecerem malsucedidos em comparação àqueles que modernizaram seus equipamentos.

O próprio fato do município de São José do Norte depender, basicamente, de atividades econômicas que não envolvem diretamente um grau avançado de conhecimento tecnológico, cria a percepção de que não se participa do progresso.

Para a ideologia do progresso, tal situação é contraditória, visto que o progresso é tido como "[...] um fenômeno 'natural', regido pelas leis da natureza e, como tal, inevitável, irresistível" (LÖWY, 2005, p.93). Assim, a não integração à linha do progresso seria associada ao primitivo, ao sem cultura e, necessariamente, deveria desaparecer, pois ao progresso não se pode resistir nem evitar. O primitivo, menos dotado de avanço técnico e tecnológico, se aproxima mais da natureza, que assume tons pejorativos e depreciativos. A própria noção de natureza na ideologia do progresso é algo que tende a desaparecer por seu caráter primitivo.

O progresso se constitui em um dos princípios basilares da sociedade. Conforme o positivismo de Augusto Comte, encontrando na ordem sua contraparte, esta tomada essencialmente como "estática social", e aquele como "dinâmica social". Para Comte, "[...] a ordem 'é a condição do progresso' e 'todo progresso tende, em última instância a consolidar a ordem'" (PINASSI, 2007, p.92). Ganha destaque, conforme a teoria positivista, o caráter conservador do progresso e, mais do que isso, seu caráter catastrófico, denunciado por Walter Benjamin.

Em seu trabalho das Passagens, Benjamin aponta explicitamente que “O conceito de progresso deve ser fundamentado na ideia de catástrofe. Que ‘as coisas continuem assim’ – eis a catástrofe. Ela não consiste naquilo que está por acontecer em cada situação, e sim naquilo que é dado em cada situação” (BENJAMIN, 2006, p.515).

Benjamin compreende a sucessão linear da história, a sucessão de um período pior para um período melhor como sendo ilusório, pois esta sucessão é uma miragem, tratando-se na verdade da repetição do “sempre igual”. Por onde quer que avance, o progresso não realiza as promessas originais da burguesia, mas espalha opressão e destruição. Em toda a história da modernidade não houve período algum em que aquelas promessas tenham sido concretizadas, mas acabaram por se tornar o seu contrário: o cosmopolitismo anunciado pela burguesia assumiu a forma da globalização imperialista e a via de mão única estabelecida por este processo; o império da razão aprofundou-se no império do pensamento único da era global, passando a aniquilar e dizimar razões diversas, pensamentos não-hegemônicos e não redutíveis ao fator da absoluta eficiência econômica; a infinita educabilidade deu espaço à domesticação promovida por uma educação “bancária”, que impede a vocação ontológica do ser humano de ser mais (FREIRE, 2015b, p.58), e o adestra a tornar-se um autômato; a paz eterna passou a negar a relação conflitiva da relação entre as classes antagônicas fundada na alienação; e a livre concorrência que, além de não reconhecer como injustas as relações de desigualdade social e não instituir um panorama justo de competição, dá lugar à competitividade, postura que está interessada e disposta a eliminar o adversário.

Benjamin contrapõe, assim, duas concepções de História: a doutrina otimista do progresso, calcada nas promessas burguesas e instituída a partir da visão conformista das classes dominantes, e aquela da qual toma partido, “[...] situada do ponto de vista da tradição dos oprimidos, para a qual a norma, a regra da história é, ao contrário, a opressão, a barbárie, a violência dos vencedores” (LÖWY, 2005, p.83).

A perspectiva de progresso enquanto catástrofe pode ser confirmada ao se conhecer, por exemplo, o histórico da instalação do estaleiro EBR e o caso das pessoas que foram removidas de seus locais de moradia em detrimento da construção da planta. Aquilo que se apresenta como progresso por entes públicos e agentes privados do grande capital significou a catástrofe para aquelas pessoas em suas práticas profissionais. A expulsão de seu território e o impedimento da reprodução de seu modo de vida teve impactos irreversíveis para várias famílias. O abandono da prática pesqueira e a confiança nas promessas de redenção econômica trouxeram insegurança a muitas outras famílias. Os problemas sociais que

acompanham o progresso também tiveram um escalonamento, com o aumento do índice de criminalidade no município[19].

O avanço da flecha do progresso que nivela todas as distintas razões à razão instrumental ocidental percorre um tempo homogêneo e vazio que uniformiza a humanidade. Em sua trajetória inevitável e irresistível, o progresso destrói e automatiza natureza e humanidade, seja em tragédias ambientais, seja na infernal reprodução da vida destituída de sentido do trabalhador assalariado. No entanto, como o próprio Benjamin destaca, "a salvação se apega à pequena fissura na catástrofe contínua" (BENJAMIN, 1994b, p.174).

Em sua mais contundente crítica à modernidade, as teses "Sobre o conceito de história" (BENJAMIN, 1994a, p.222-232; BENJAMIN, 2013a, p.9-20; LÖWY, 2005), Benjamin apresenta, na tese IX, o Anjo da História:

> Existe um quadro de [Paul] Klee intitulado "Angelus Novus". Nele está representado um anjo, que parece estar a ponto de afastar-se de algo em que crava o seu olhar. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão estiradas. O Anjo da História tem de parecer assim. Ele tem seu rosto voltado para o passado. Onde uma cadeia de eventos aparece diante de *nós*, *ele* enxerga uma única catástrofe, que sem cessar amontoa escombros sobre escombros e os arremessa a seus pés. Ele bem que gostaria de demorar-se, de despertar os mortos e juntar os destroços. Mas do Paraíso sopra uma tempestade que se emaranhou em suas asas e é tão forte que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce até o céu. O que nós chamamos de progresso é *essa* tempestade.

Michael Löwy destaca que "essa tese resume 'como em um foco' o conjunto do documento" (LÖWY, 2005, p.87). A cadeia de eventos que constituiria a história universal nivelada a partir da razão instrumental ocidental moderna é vista pelo anjo como uma única catástrofe, da qual fazem parte as mais diversas formas de destruição e opressão, desde a poluição de mares e rios, ar e terra, a migração forçada e as catástrofes ambientais atuais, passando por todas as guerras, o holocausto e as bombas atômicas, o genocídio e a escravidão, a automatização e a alienação dos trabalhadores, na forma de escombros que se amontoam aos seus pés. A tempestade do progresso sopra o anjo em direção ao futuro, caminho irresistível, enquanto vai reproduzindo os escombros. O estaleiro sendo mais um deles.

---

[19] De acordo com dados da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul (https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-criminais), São José do Norte registrou nos anos de 2012 e 2013 3 homicídios em cada, nenhum homicídio em 2014, 5 homicídios em 2015 e 2016, e um acréscimo considerável em 2017, 22, e em 2018, 15 homicídios. O número de assaltos também registra aumento durante o período de funcionamento do estaleiro, registrando em 2012 22 assaltos, em 2013 32, em 2014 34, em 2015 49, saltando para 80 em 2016, 137 em 2017 e caindo em 2018 para 74. Delitos relacionados a armas de fogo durante o período de 2015 a 2018 tiveram um aumento de 300% em comparação aos 4 anos anteriores.

A alegoria utilizada por Benjamin não oferece alternativa à visão pessimista de sociedade capitalista industrial moderna cultivada pelo romantismo revolucionário utópico de recorte marxista (LÖWY e SAYRE, 2015, p.111-113), compartilhada pelo filósofo alemão. Evocando a experiência dos surrealistas, ele aponta um caminho para lidar com a ilusão instituída pela ideologia do progresso. Denunciando este aspecto ilusório da sociedade burguesa, Benjamin declara que

> [...] o socialista vê "o futuro mais belo de nossos filhos e netos" no fato de que todos agem "como se fossem anjos", todos possuem tanto "como se fossem ricos" e todos vivem "como se fossem livres". Não há nenhum vestígio real, bem entendido, de anjos, de riqueza e de liberdade. Apenas imagens. (BENJAMIN, 1994a, p.24)

A medida de precaução para essa ilusão institucionalizada, que avalia o bem-estar da população pelas oscilações da bolsa de valores e pelo preço do dólar, enquanto famílias continuam sendo removidas para dar lugar a grandes empreendimentos capitalistas, seria o pessimismo integral a respeito de todas as promessas feitas no sentido de oferecer redenção econômica para as comunidades e regiões. O pessimismo de Benjamin não é um sentimento contemplativo, mas ativo e organizado, preparado para a irrevogável catástrofe que acompanha o anúncio de progresso.

Tal postura se apresenta, dentro da atual conjuntura de ataque às duas maiores riquezas da humanidade, a natureza e o trabalho, como necessária para impedir o advento do pior (LÖWY, 2005, p.24). As diferentes promessas de redenção feitas para a região de São José do Norte evocavam a desconfiança a respeito das consequências de sua possível concretização: a exploração de minério e a devastação de solo e águas, os frigoríficos e a superexploração da pesca na lagoa, os pinus e a desertificação do interior, a produção de celulose e a contaminação do ar e o estaleiro e os impactos sobre a pesca.

Em termos humanos, o advento do progresso serve mais ao crescimento infinito na produção de bens do que à redução das jornadas de trabalho e aumento do tempo livre para o crescimento espiritual (LÖWY, 2014, p.25), motivo pelo qual também se justifica a postura pessimista. Com a equivalência do progresso à catástrofe, é impossível ao sujeito crítico ser inspirado pelo otimismo burguês; e uma série de vozes têm se levantado contra esses grandes projetos poluidores, seja após um momento de grande comoção e perda, como nos casos de Brumadinho e Mariana, ou a destruição da floresta amazônica pelo fogo, seja prevendo tal destino, como nos casos da mineração no rio Camaquã e em São José do Norte.

O progresso, nestes projetos e em outros, tem sido evocado como um argumento irrefutável, inevitável e irresistível, apto a menosprezar os agentes sociais atingidos (ALMEIDA, 2004, p.37), rotulando-os como “primitivos” ou “atrasados”, nutrindo a lógica da competitividade irrestrita. No caso da EBR, a resistência de Dona Deia é um exemplo desse pessimismo organizado que, embora declaradamente descontente, se nega a abandonar a vida que construiu por quase um século.

A pleno vapor, o progresso adapta-se aqui e ali, mais ou menos explícito, encontrando alguns obstáculos e a outros vencendo na atualidade. Porto-Gonçalves remete a crítica do desenvolvimento, “versão mais atual do progresso”, associando-o à dominação da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.61), lembrando que por algum tempo, e ainda hoje, dentro do ambientalismo se faça a defesa do desenvolvimento sustentável (LEFF, 2002, p.61-108).

Eduardo Galeano, em seu “As veias abertas da América Latina”, denuncia o uso da bandeira do progresso para a instauração da barbárie em solo latino-americano:

> [...] em nome da modernização e do progresso, os bosques industriais, as explorações mineiras e as plantações gigantescas arrasam os bosques naturais, envenenam a terra, esgotam a água e aniquilam pequenos plantios e as hortas familiares. [...] os expulsos da terra vegetam nos subúrbios das grandes cidades, tentando consumir o que antes produziam. (GALEANO, 2015, p.6)

A promessa de progresso, assim, traz consigo a semente da crise. Enquanto catástrofe, o progresso semeia a devastação e a exploração. Progresso e crise andam juntos, e esta se apresenta em suas três dimensões.

1.2.2 As dimensões ecológica, econômica e política da crise

O sistema capitalista enfrenta periodicamente crises para as quais, dentro de seus marcos, acaba encontrando formas de superá-las. Desde o século XIX, como a grande depressão capitalista ocorrida entre 1873 e 1896 (POCHMANN, 2010, p.34), a grande depressão e a crise do liberalismo em 1929 (ARCARY, 2004, p.155), a crise da década de 1970 e a reestruturação do capitalismo, e a crise do capitalismo globalizado iniciada em 2008 (ANTUNES, 2018, p.138).

Por sua natureza, o sistema capitalista tem sua expansão orientada e dirigida pela acumulação (MÉSZÁROS, 2000, p.10) e a satisfação das necessidades do próprio capital, em detrimento das necessidades humanas. Ocupa o primeiro plano deste modo de produção, para alcançar seu objetivo, o desperdício e a destrutividade com a redução da capacidade de

realização do valor de uso das coisas. As contradições inerentes ao sistema dão origem à crise estrutural do capital que, diferente das crises cíclicas, não encontra soluções dentro dos marcos do próprio sistema.

Fotografia 03 – Praia do Norte com guindastes do estaleiro ao fundo.

Fonte: produzida pelo autor.

O teórico que melhor desenvolveu estudos a respeito da crise estrutural do capital foi o húngaro István Mészáros, que aponta suas características definidoras:

> (1) Seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular [...];
> (2) Seu alcance é verdadeiramente global [...] em lugar de limitado a um conjunto particular de países [...];
> (3) Sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;
> (4) [...] seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na "administração da crise" e no "deslocamento" mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia. (MÉSZÁROS, 2011b, p.795)

Em sua essência, o sistema capitalista é antagônico devido à subordinação estrutural do trabalho ao capital, o que o torna irreformável e incontrolável. O poder de tomar decisões é usurpado, e o sistema segue se reproduzindo sem considerar nem aceitar limites à acumulação. Por atender eminentemente às necessidades do capital, quaisquer obstáculos, humanos ou naturais, devem ser destruídos.

O método para alcançar seu objetivo é a devastação da natureza e a submissão do trabalho, e a expansão do sistema do capital a todo o globo se torna uma importante premissa para sua plena realização. Nesse ponto se consegue compreender o progresso enquanto catástrofe, que de alternativa se torna imposição (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.64). Qualquer coisa que se interponha em seu caminho deve ser destruída, para a saúde do sistema – e isso inclui formas de organização social que não se alinhem à sua lógica.

A determinação da crise estrutural do capitalismo é o sintoma da irracionalidade de um sistema econômico baseado "[...] na mercantilização de tudo, na especulação desenfreada, no totalitarismo dos mercados financeiros e na globalização neoliberal a serviço exclusivo do lucro capitalista" (LÖWY, 2013, p.79).

Embora tenha o potencial catastrófico para a natureza humana e não-humana, esta crise estrutural não coloca o capitalismo em xeque, em uma contradição fatal, e Harvey (2016, p.229) destaca quatro razões fundamentais que embasam esta postura. Em síntese, se pode apontar que:

1º) O capital tem sucesso na resolução de seus problemas ambientais;
2º) A "natureza" está interiorizada na circulação e na acumulação de capitais;
3º) O capital transformou a questão ambiental em um grande negócio;
4º) O capital pode continuar a circular e se acumular sob condições de catástrofe.

A resolução dos problemas ambientais pelo sistema capitalista, dentro de seus marcos, origina novos problemas, pois por se originarem de forma estrutural no seio do próprio sistema, quaisquer formas de tratamento serão meros paliativos. Muito embora houvessem anúncios no passado de que o crescimento populacional comprometeria a vida na Terra (FOSTER, 2011, p.133), e se acreditando que o mesmo valeria para a pesca na lagoa, relatos de velhos pescadores apontam para uma maior dedicação de pessoas a atividades pesqueiras na época das grandes parelhas, e o relato de Mariza, contando o que a levou a participar da pesca na parelha de seu pai, indicam que embora tenha decrescido o número de pescadores, seu potencial impacto sobre a lagoa aumentou devido à tecnificação da pesca. Hoje os

resultados das pescarias têm sido exíguos, mas diversas famílias ainda têm na pesca sua principal fonte de renda.

As transformações que a sociedade capitalista impõe à natureza atendem às necessidades do capital, e a satisfação das necessidades humanas é um subproduto da atividade humana dentro deste modo de produção. A seleção desta ou daquela espécie, dotada de valor de troca, será priorizada em detrimento da biodiversidade, espécies cujo valor de troca não supere as escolhidas pelo sistema, mas que possivelmente tenham um maior valor de uso. Esta prática fica explícita, por exemplo, no caso dos pescadores artesanais, no que diz respeito às espécies de pescados que são desejados pelo mercado e a fauna acompanhante[20], sem valor de troca, mas dotados de valor de uso tal qual a espécie-alvo da pescaria.

Além do mais, a criação de espécies que tenham um alto valor de troca (o camarão-rosa, por exemplo) em ambientes artificiais denota a seleção que o sistema aplica à natureza, conduzindo, não sem impactos – por vezes muito intensos – a uma intervenção direta sobre o desenvolvimento destas espécies.

Este mesmo exemplo pode servir para compreender a transformação e o "esverdeamento" da produção e seus impactos sobre a natureza, pois sob a justificativa de diminuir o esforço de pesca e trabalhar pela recuperação da lagoa, a piscicultura e a carcinocultura apostam exclusivamente na criação de espécies exóticas. Um grande negócio pode se valer do slogan da preservação das espécies em uma produção alternativa para se promover economicamente, mas que apresenta um potencial de desequilíbrio ecológico com a liberação ou escape acidental das espécies exóticas, com a "[...] competição por nicho ecológico e/ou a predação direta de ovos, larvas, organismos juvenis e adultos, alterando a dinâmica das populações e ocasionando efeitos negativos sobre a biodiversidade" (LOPES, 2012, p.8).

Embora não se tenha em definitivo a condição catastrófica plena realizada na lagoa dos patos, o capital tem se dedicado a trazer ao município de São José do Norte iniciativas com alto grau potencial de intervenção negativa, cujos projetos não se efetivaram ou não se efetivaram ainda (celulose, mineração) e aquelas que se efetivaram (frigoríficos, monocultura de pinus, estaleiro). A potencial devastação ambiental contraposta à realidade de não realização do desejado progresso cria o que se tem por alternativas infernais.

[20] Captura acessória, acidental ou incidental, ou ainda colateral, à captura de espécies diferentes da espécie-alvo de uma pescaria.

> [...] situações que não parecem deixar outra escolha além da resignação ou da denúncia impotente ante a guerra econômica incontornável. [...] as "alternativas infernais" impõem-se como norma, mecanismo de disciplinamento e controle, que faz com que os indivíduos se aprisionem nos imperativos da "competitividade", nos requisitos de serem capazes de atrair sobre si e suas localidades os investimentos disponíveis no mercado. (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009, p.135)

Benjamin declara em suas Passagens: "A experiência de nossa geração: o capitalismo não morrerá de morte natural" (BENJAMIN, 2006, p.708). Esta crise, inerente ao próprio sistema, não necessariamente levará o capitalismo à derrocada de forma automática. O limite absoluto do sistema do capital é a extinção da vida. A crise oferece oportunidades revolucionárias, mas também impõe agruras à população trabalhadora e à natureza. Ela se apresenta em suas três dimensões constitutivas: ecológica, econômica e política.

A dimensão ecológica da crise se manifesta particularmente pelo desperdício, a produção cada vez mais rápida de rejeitos. Sejam eles resíduos do consumo, sejam eles produtos cujo valor de uso tornou-se obsoleto ou ultrapassado, os rejeitos amontoam-se no litoral e às margens da Lagoa dos Patos, como nas praias de todo o mundo.

Foladori aponta que "[...] quando a extração de recursos ou a geração de dejetos é maior do que a capacidade do ecossistema de reproduzi-los ou recriá-los, estamos frente à depredação e/ou poluição, as duas manifestações de uma crise ambiental" (FOLADORI, 2001, p.117). Depredação e poluição são os desdobramentos prévios e posteriores da lógica do desperdício. Como o tempo de vida útil das mercadorias tende a se reduzir, o que Mészáros chama de "tendência decrescente do valor de uso" (MÉSZÁROS, 2011a, p.12), a produção de resíduos aumenta.

Essencialmente, este processo de extração de recursos e produção de rejeitos de forma desordenada e insustentável é nominado por Foster (2011, p.219) como uma "falha metabólica", problematizando a forma pela qual o trabalho é compreendido e realizado, e que tipo de relações se estabelece entre trabalho e natureza. Este tópico será melhor abordado no segundo capítulo. Por ora basta compreender que os ritmos naturais foram violados pelo industrialismo, que acabou por submeter a natureza ao ritmo do relógio mecânico. Os resultados dessa submissão são desastrosos, na medida em que para alimentar um mercado abstrato a velocidade de produção, dentro competitividade capitalista tardia apontada por Santos, deve aumentar. Para valorizar o valor em seu ciclo reprodutivo, a velocidade é imprescindível, e na pesca isto assume ares de tragédia.

Ao submeter os cardumes ao tempo do relógio, que é o tempo da lucratividade, cada pescador deveria impactar cada vez mais e mais forte a lagoa para se realizar dentro da lógica

competitiva, pois o sucesso do outro significaria o seu fracasso. E Toco é bem elucidativo ao trazer a contextualização da pesca dentro destes marcos, em que a capacidade de predação da lagoa é tomada como símbolo de sucesso.

A limitação técnica da época das grandes parelhas impedia que os pescadores enfrentassem um cardume, tendo de limitar-se a margeá-lo para poder fazer o lance. O desenvolvimento técnico proporcionado em meados da década de 1970 dotou as parelhas com o poder de submeter os cardumes ao tempo do relógio, e aqui, pode-se dizer, se encontra a falha metabólica na pesca. Ao capturar uma quantidade muitas vezes superior à capacidade de reprodução dos cardumes para atender às necessidades do mercado, os pescadores operaram uma ruptura na antiga mediação do metabolismo entre eles e a lagoa. Este processo teve consequências imediatas e de longo prazo. Hoje, os pescadores passam por um período de agravamento da dimensão econômica da crise.

A aceleração dos ritmos de realização do capital, com o decrescimento do valor de uso das mercadorias, esbarra em limites naturais, e explicita o caráter destrutivo do sistema capitalista. Com a flexibilização da economia que surge como resultado da reestruturação do capitalismo durante a agudização da crise estrutural do capital em fins da década de 1960, se funda um novo momento na história recente em que os direitos conquistados pela classe trabalhadora são contestados e a eles se atribui a pecha da rigidez. Sob os ventos arrasadores do progresso, o ataque ao estado de bem-estar social, ao salário real e ao poder sindical organizado (HARVEY, 2013, p.158) surgiram como o remédio amargo a ser adotado para superar a crise.

Ao mesmo tempo em que a natureza surge como um tema a ser seriamente debatido em âmbito global, a sociedade capitalista avançada adentra em seu estágio de dissolução de garantias e ruptura de pactos. E essa transformação se justifica pelos limites econômicos encontrados pelo sistema para a sua realização. Sendo um modelo produtivo orientado para o crescimento, o capitalismo precisa garantir o crescimento dos lucros e sustentar a acumulação de capital, quando não há crescimento, há crise. No entanto, esta falta de crescimento se apresenta como consequência de um movimento inverso, a superacumulação indicada “[...] por capacidade produtiva ociosa, um excesso de mercadorias e de estoques, um excedente de capital-dinheiro (talvez mantido como entesouramento) e grande desemprego” (HARVEY, 2013, p.170).

Estes elementos críticos da economia capitalista podem ser explicitamente observados no desenvolvimento histórico dos frigoríficos em São José do Norte, com a construção superdimensionada das plantas industriais, o esforço de pesca intensivo na lagoa e no oceano,

e o desemprego gerado após a declaração de falência das empresas frigoríficas. A superacumulação se realiza ao ponto do insustentável, comprometendo a capacidade de reprodução e reposição dos estoques na lagoa. A forma frigorífico acabou substituída pela figura dos atravessadores individuais como investidores da atividade pesqueira, flexibilizando a produção que entrava em crise.

Por se tratar de uma atividade extrativa, os limites do desenvolvimento e crescimento da pesca são entabulados pelos limites impostos pela natureza dos cardumes, o que denuncia a impossibilidade de realização de um sistema que tende ao infinito em um ambiente finito. Cedo ou tarde este limite ao desenvolvimento tende a ser alcançado, o que demonstra que sob a lógica capitalista, não há empreendimento produtivo que resista ao tempo, que perdure e seja sustentável.

A política perde seu potencial transformador no sistema capitalista em crise, e se torna uma dimensão dela. A política fica condenada...

> [...] a seguir um padrão de movimento reativo e de curto prazo, em resposta às crises desconcertantes que necessariamente irrompem, numa frequência crescente, na base socioeconômica da produção autossaturante de commodities e da acumulação do capital que se autoinvalida. (MÉSZÁROS, 2011a, p.65)

... o que explica a incapacidade dos agentes políticos de propor medidas que possam se refletir em ações que revertam alguns dos impactos mais desastrosos da crise estrutural do capital.

A adoção do slogan do progresso por diferentes agentes políticos em São José do Norte, com distintas orientações partidárias, demonstra que a ideologia do progresso atravessa espectros da política tradicional e oferece pouca ou nenhuma resistência à catástrofe. O aporte do grande capital na localidade, anunciado como a salvação econômica, na verdade comprometeu a ação política aos interesses dos grandes investidores[21]. Neste sentido, a política convencional local pouco pode fazer, se realmente pode fazer algo, diante de grandes empreendimentos que se aproximam do município em seu contexto de estagnação econômica, justamente por estarem condicionados pelas alternativas infernais: ou os agentes políticos se submetem aos interesses dos grandes investidores, ou serão responsabilizados pela estagnação econômica e pelo "fracasso" administrativo de não conseguir manter um empreendimento atuando no local.

[21] O executivo municipal nortense encaminhou o Projeto de Lei nº 021/2013, garantindo incentivo fiscal na forma de isenção de IPTU e redução nas alíquotas de ISSQN às empresas do ramo do petróleo e gás e suas terceirizadas (ROIG e MACHADO, 2015, p.162).

Em um plano mais amplo, a dimensão política da crise estrutural do capital se apresenta como um de seus elementos constituintes de maior importância, e isso se deve

> [...] ao fato de o Estado moderno ser a estrutura totalizadora de comando político do capital, necessária (enquanto sobreviver e ordem reprodutiva estabelecida) para introduzir alguma espécie de coesão (ou unidade efetivamente funcional) [...] na multiplicidade dos elementos centrífugos (os "microcosmos" produtivos e distributivos) do sistema do capital. (MÉSZÁROS, 2007, p.108)

Caracteriza-se, assim, o Estado moderno como a salvaguarda do sistema capitalista, e em momentos em que as contradições sistêmicas emergem e conflitos fazem manifestar a luta de classes, medidas violentas são tomadas pelo Estado a fim de manter a coesão social e a narrativa hegemônica da sociedade capitalista. É o que ocorre, por exemplo, quando a fiscalização do Ibama assume uma postura agressiva diante dos pescadores. Elementos que possam representar a contestação do sistema do capital devem ser controlados e trazidos à "normalidade social".

Em última instância, o poder de tomar decisões se encontra alijado dos trabalhadores, que não conseguem fazer frente ao poder do capital. Ser escolhido para receber um grande empreendimento significa ter suspensa sua autodeterminação, essa situação alimentada pela contraposição que se faz entre as atividades dotadas com baixo desenvolvimento técnico, como a pesca artesanal e a agricultura familiar, e as causadoras de grandiosos impactos, como a montagem de plataformas exploradoras de petróleo, a mineração e os frigoríficos. Bauman problematiza os rumos que as grandes empresas tomam, apontando que

> [...] os empregados, os fornecedores e os porta-vozes da comunidade não têm voz nas decisões que os investidores podem tomar; e que os verdadeiros tomadores de decisão, as "pessoas que investem", têm o direito de descartar, de declarar irrelevante e inválido qualquer postulado que os demais possam fazer sobre a maneira como elas dirigem a companhia. (BAUMAN, 1999, p.13)

Esse mesmo raciocínio subsidia as ações de remoção dos moradores da Praia do Norte, que são vistos e tratados como obstáculos à realização do empreendimento. A história de vida de Dona Deia e de sua família perde peso diante da circulação de recursos que o estaleiro vai colocar em movimento. Em suma, a vida perde importância se comparada com o capital, e seria muito mais simples, em termos puramente financeiros, removê-la e a todos os moradores do local do que ter de procurar outro ponto para instalar o estaleiro. A decisão dos investidores se sobrepõe à das comunidades que ocupam aquele espaço há décadas.

A crise estrutural do capital, portanto, se apresenta em suas três dimensões: ecológica, econômica e política, se fazendo sentir de forma articulada e integrada em âmbito global. A superação desta crise passa pela elaboração de propostas que emerjam de uma racionalidade contra-hegemônica, que não reproduzam a estrutura de crise do capitalismo. Milton Santos destaca que "[...] quando se buscam soluções não estruturais [para uma crise que é estrutural], o resultado é a geração de mais crise" (SANTOS, 2009, p.35).

Löwy aponta para o mesmo sentido quando escreve que

> [...] as soluções que aceitam as regras do jogo capitalista, que se adaptam às regras do mercado, que aceitam a lógica de expansão infinita do capital, não são soluções, e são incapazes de enfrentar a crise ambiental – uma crise que se transforma, devido à mudança climática, numa crise de sobrevivência da espécie humana. (LÖWY, 2013, p.81)

Assim, são necessárias alternativas radicais, que vão à raiz do problema, que superem a ideologia do progresso, a lógica do lucro e da mercantilização universal. A Educação Ambiental se origina do processo de conscientização a respeito dessa crise e da necessidade de refletir soluções, algumas radicais, outras não. Sua caminhada, de sua origem até hoje, é marcada por posturas críticas ou complacentes, mais ou menos envolvidas com a efetiva transformação social e emancipação humana do sistema capitalista.

1.3 A emergência da Educação Ambiental no sistema em crise

A crise que se agudiza a partir de fins da década de 1960 provoca uma série de reações que passam a contestar a ordem vigente da sociedade capitalista. Emergem, no centro e na periferia do sistema, movimentos que passam a pontuar diversas opressões e apontar o caminho da resistência e da afirmação: movimentos de negros e negras, de mulheres, homossexuais, povos colonizados. Surge também neste período crítico uma contestação geral aos próprios ritmos do desenvolvimento e do progresso capitalista, na organização do movimento ecológico.

O quadro de acelerada degradação da natureza, com a contaminação do solo, da água e do ar, a crescente produção de resíduos que se acumulava nas grandes cidades, a devastação de espécies vivas em nome do avanço econômico sem limites representou uma grave ameaça à sobrevivência da humanidade como a conhecemos. A cultura, entendida como um conjunto de saberes e valores que empresta sentido às práticas sociais se via desafiada pela emergência de sua negação contracultural, buscando outros sentidos para a vida.

1.3.1 A contracultura e os primeiros passos da contestação ecológica

A contestação da contracultura em fins da década de 1960 acusava o "'[...] mal-estar da civilização capitalista', não pelo que o capitalismo em seu polo mais desenvolvido não oferecia, mas ao contrário, exatamente pelo que oferecia" (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.50). O consumismo, a superexploração da natureza e a desigual distribuição da riqueza entram na ordem do dia da crítica à sociedade capitalista pelas vias do ecologismo. O modo de vida construído pela rigidez fordista esbarra em suas próprias limitações e contradições.

Este período de contestação acompanha um período de transformações produtivas no centro do sistema capitalista, em que a expansão de multinacionais passou a deslocar vagas de empregos para a periferia do sistema, criando um ambiente de competição em que a fragilidade dos contatos sociais com o trabalho representava uma vantagem econômica para a economia periférica (HARVEY, 2013, p.135). Além disso, inflação e restrições de acesso a fontes energéticas impostas pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) engrossaram o coro da crítica à sociedade capitalista (THERBORN, 2007, p.118).

A contracultura emerge explorando o domínio da autorrealização individualizada instituindo uma política de "nova esquerda", que nega os rumos apontados pela sociedade capitalista, mas não se alinha ao socialismo de modelo soviético, incorporando em seu discurso posições antiautoritárias e a crítica da vida cotidiana com a realização pelo consumo. No entanto, no que diz respeito à pauta ecológica, o discurso científico e técnico hegemônico na sociedade capitalista acabou submetendo e desqualificando outros saberes e outros conhecimentos, e se vê a busca por instituição do discurso único também no campo ambiental nos princípios do movimento ecológico. Porto-Gonçalves destaca que "[...] o que se vê com o Relatório Meadows e seu Limites do Crescimento é o deslocamento da questão ambiental, enquanto questão cultural e política e sua assimilação por parte da lógica técnico-científica que estava sendo, ela mesma, criticada" (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.68).

Este relatório, encomendado por grandes dirigentes da indústria mundial reunidos no "Clube de Roma" a um grupo de técnicos do Massachussets Institut of Technology (MIT), aponta que é impossível o crescimento infinito de um sistema econômico em uma natureza finita. Apenas um estado de "equilíbrio global" poderia assegurar um futuro menos sombrio à humanidade, e isto se daria apenas "[...] pela cartelização completa da economia mundial e pelo aprofundamento das desigualdades entre os países centrais e os periféricos" (DUARTE, 1995, p.94).

A partir da elaboração do Relatório Meadows e a imposição da razão técnico-científica ao ecologismo se cria a tendência a romper a necessária conexão entre produtivismo e capitalismo, que acaba por originar o mito do "capitalismo limpo" ou reformas que sejam capazes de lhe controlar os "excessos" (LÖWY, 2014, p.43). Esta ecologia que desconecta o produtivismo da lógica do lucro está destinada ao fracasso na obtenção de seus objetivos.

Em paralelo a esse ecologismo aparelhado pelo capital, emergem escolas que mantêm o espírito de crítica à sociedade capitalista, organizadas principalmente em três categorias, conforme apresentado por Diegues (2008, p.46): a ecologia profunda, a ecologia social e o ecossocialismo.

A ecologia profunda (deep ecology) propõe a transcendência do simples nível factual da ecologia como ciência, rumando para um nível mais profundo de consciência ecológica. Os princípios básicos dessa linha de pensamento incluiriam: a existência de valores da vida humana e não-humana intrínsecos para além do utilitarismo; a interdição dos humanos em reduzir a biodiversidade, exceto para satisfazer suas necessidades vitais; a compatibilidade e necessidade da redução da população humana para o florescimento da vida humana e não-humana; a consideração dos excessos de intervenção humana na natureza. A ecologia profunda também considera a existência de direitos intrínsecos ao mundo natural, adere à liberação da natureza, e atribui grande importância aos princípios éticos que devem reger as relações ser humano-natureza. Em última instância, a ecologia profunda poderia se enquadrar como uma corrente neomalthusiana por ignorar as origens sociais dos problemas ecológicos, abrindo espaço, inclusive, para propostas "ecofascistas" com a justificação da ordem social pelas leis da natureza.

A ecologia social compreende a acumulação capitalista como força motriz da devastação da natureza. Os seres humanos são considerados nesta escola como seres sociais, não como uma espécie diferenciada, mas constituída por diferentes grupos. Critica a noção de Estado e propõe um modelo societário democrático, descentralizado, baseado na propriedade comunal dos meios de produção, aproximando-se dos anarquistas. O equilíbrio e a integralidade da biosfera seria um fim em si mesmo, não estando vinculado a questões pragmáticas.

O ecossocialismo é produto de um movimento de crítica interna do marxismo que se origina a partir da década de 1960. Teóricos desta corrente, como Gutelman e Skibberg (DIEGUES, 2008, p.49) propõem o conceito de forças produtivas da natureza e seu papel na composição da infraestrutura junto com as forças produtivas do trabalho e as relações sociais

de produção. Quando as forças produtivas da natureza não conseguem mais operar, se cria um impasse para a própria reprodução da sociedade.

A relação dialética entre ser humano e natureza dá origem a um novo naturalismo, inscrito na corrente ecossocialista, baseado em três princípios:

- O ser humano produz o meio que o cerca e é ao mesmo tempo produzido por ele;
- A natureza é parte da história humana;
- A coletividade, e não o indivíduo, se relaciona com a natureza.

O atual conjunto de relações estabelecidas entre seres humanos e natureza é essencialmente destrutivo por considerá-la uma externalidade à forma pela qual a sociedade produz e se reproduz, tornando necessário um novo pacto que substitua a dualidade ser humano/natureza pela unidade ser humano-natureza.

O vínculo das pautas do movimento ecológico à luta de classes inaugura um movimento singular na história do ecologismo, e exige um duplo movimento de ruptura radical, por parte dos marxistas, "[...] com a ideologia do progresso linear e com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna" (LÖWY, 2014, p.37) e de integração, por parte dos ecologistas, da crítica marxista do fetichismo da mercadoria para que se possa realizar a síntese ecossocialista em nível concreto.

1.3.2 Origens e rumos da Educação Ambiental

Na esteira da contracultura e do ecologismo na crítica à degradação de ecossistemas, à perda de biodiversidade, à reprodução de desigualdades de classe e à destruição de culturas tradicionais, emerge uma forma de viabilizar a transição para um modelo social que supere a sociedade capitalista e sua crise estrutural, ou que se proponha a realizar ajustes a esse modelo social com fins de alcançar uma sustentabilidade. A Educação Ambiental se constitui no centro do sistema como uma importante ferramenta para a fundamentação de

> [...] uma nova ética global e ecológica, vinculada aos processos de erradicação de problemas como fome, miséria, analfabetismo, poluição, degradação dos bens naturais e exploração humana, por meio de um novo modelo de desenvolvimento e do entendimento de que estes problemas estão estruturalmente relacionados. (LOUREIRO, 2009, p.70)

A Educação Ambiental, conforme pensada na década de 1970, teria condições de pôr em curso um processo educativo amplo, com potencial para operar transformações nos valores, atitudes e habilidades voltadas à sustentação da vida no planeta Terra. O histórico de

reuniões internacionais que se deram em mais de trinta anos e constituíram a Educação Ambiental enquanto um campo disciplinar fundamental para frear o avanço destrutivo do capitalismo global denota a importância do debate ambiental e a formação de sujeitos portadores de uma nova ética preocupada com a injustiça ambiental (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009, p.11).

A expressão Educação Ambiental é utilizada pela primeira vez em 1965, em um evento de educação organizado pela Universidade de Keele, no Reino Unido. Em Estocolmo, Suécia, na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em 1972, se destacou a importância de estabelecer o vínculo entre o ambiente e a educação, trazendo para a agenda oficial da ONU a discussão sobre o tema (LOUREIRO, 2009, p.69).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) se responsabilizaram, após a Conferência de Estocolmo, pela elaboração do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), que passou a promover uma série de encontros que discutiram a Educação Ambiental e passaram a lhe dar forma.

Em Belgrado, antiga Iugoslávia, atual Sérvia, em 1975, se realizou o I Seminário Internacional de Educação Ambiental, instituindo-a como campo disciplinar com competência para atuar na construção de novos valores, atitudes e habilidades para a sustentação da vida na Terra. Em 1976, Chocisa, no Peru, sediou o Taller Subregional de Educación Ambiental para Educación Secundaria, em que se apontou a necessidade metodológica da Educação Ambiental ser dotada de um caráter participativo, interdisciplinar e construída a partir da realidade cotidiana.

Em 1977 foi realizada em Tbilisi, na antiga União Soviética, atual Geórgia, a Conferência Intergovernamental, considerado um dos principais eventos de Educação Ambiental do planeta. Esta conferência apontou para "[...] a Educação Ambiental como o meio educativo pelo qual se podem compreender de modo articulado as dimensões ambiental e social, problematizar a realidade e buscar as raízes da crise civilizatória" (LOUREIRO, 2009, p.71).

A Costa Rica sediou o Seminário Educação Ambiental para a América Latina em 1979, e a Argentina o Seminário Latino-Americano de Educação Ambiental, em 1988, em que foi reforçada a preservação do patrimônio histórico-cultural e a função das mulheres na promoção do desenvolvimento e das culturas ecológicas.

No ano de 1987, em Moscou, na antiga União Soviética, foi realizado o Congresso Internacional de Educação e Formação Ambientais, que estimulou a organização de redes de

informação e comunicação entre profissionais da Educação Ambiental e a formação técnica que capacitasse uma intervenção instrumental sintonizada com os princípios da sustentabilidade.

O Rio de Janeiro sediou, em 1992, paralela à Conferência Rio-92, a Jornada Internacional de Educação Ambiental, em que se redigiu o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que expressou o pensamento global em relação à Educação Ambiental e estabeleceu uma série de compromissos para a construção de uma sociedade sustentável.

Em Tessalônica, na Grécia, em 1997, foi realizada a Conferência Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, em que evidenciou-se como prioritária a formação de professores, a produção de materiais didáticos e a realização de encontros para o intercâmbio de vivências entre os educadores ambientais.

Na sequência desses encontros e conferências, se concluiu que o debate ambiental e a Educação Ambiental são eminentemente políticos, uma vez que focam na emancipação e na transformação social, capacitando os sujeitos a retomarem o protagonismo nas relações sociais e construírem alternativas para a superação do sistema capitalista em crise. O caráter intersubjetivo e político da Educação Ambiental ganha peso na medida em que não se trata de elaborar métodos e atividades que objetificam os sujeitos envolvidos, pelo contrário: ao buscar a vida cotidiana e os problemas ambientais, com suas raízes sociais, a Educação Ambiental é mergulhada na concretude, seu ponto de partida é a vida vivida. Em suma, “a Educação Ambiental promove a conscientização e esta se dá na relação entre o ‘eu’ e o ‘outro’, pela prática social reflexiva e fundamentada teoricamente” (LOUREIRO, 2009, p.29).

Nesse sentido, a Educação Ambiental deve promover, simultaneamente (LOUREIRO, 2012a, p.84):

- A participação ativa das pessoas e grupos na melhoria do ambiente;
- A autonomia dos grupos sociais na construção de alternativas sustentáveis;
- O amplo direito à informação como condição para a tomada de decisão;
- A mudança de atitudes;
- A aquisição de habilidades específicas;
- A problematização da realidade ambiental.

Embora a Educação Ambiental se estruture sobre uma crítica básica à ideologia do progresso enquanto catástrofe e à crise que se desenvolve no sistema do capital, em suas três dimensões, existe o esforço de integrar esta crítica às premissas do capitalismo e destitui-la de

seu conteúdo potencialmente transformador e emancipatório. Enquanto campo disciplinar em disputa, a Educação Ambiental passa por uma história de vicissitudes, aproximações e afastamentos à ideologia do progresso. Layrargues e Lima (2014) realizam uma sistematização eloquente das macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira, tipificando três vertentes distintas de teoria e prática neste campo.

De acordo com esta sistematização, se organiza na Educação Ambiental uma macrotendência conservacionista, que

> [...] se expressa por meio das correntes conservacionista, comportamentalista, da Alfabetização Ecológica, do autoconhecimento e de atividades de senso-percepção ao ar livre, vincula-se aos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva em relação à natureza e na mudança do comportamento individual em relação ao ambiente baseada no pleito por uma mudança cultural que relativize o antropocentrismo. (LAYRARGUES e LIMA, 2014, p.30)

Esta é uma tendência de educação bem consolidada e forte, que vincula o debate da Educação Ambiental às discussões a respeito de biodiversidade, unidades de conservação, ecoturismo e experiências agroecológicas. No entanto, se pode apresentar como uma das principais limitações desta tendência a ausência de um questionamento da estrutura social em sua totalidade, pleiteando apenas reformas setoriais. Assim, a origem da crise estrutural da sociedade capitalista e sua dimensão ecológica permanecem incólumes, pois a desconexão das outras dimensões, econômica e política, opera uma impossibilidade de compreensão das raízes mesmas da crise. A questão ambiental, dentro da tendência conservacionista, focada no indivíduo, não toma em conta as responsabilidades e os impactos diferenciados entre sujeitos e grupos, como que consta no Relatório de Impacto Ambiental do Projeto Retiro da empresa Rio Grande Mineração, que coloca em pé de igualdade as transformações no meio produzidas por um projeto altamente impactante como a mineração e atividades de pequeno porte, como a agricultura familiar, pecuária de pequeno porte ou a criação de animais domésticos (RGM, 2014, p.61).

O conservacionismo na Educação Ambiental tende a reduzir a complexidade da questão ambiental a um problema que se resolve através do desenvolvimento tecnológico e acredita que os princípios reguladores do mercado são suficientes para promover uma transição para a sustentabilidade. Isso evidencia a inscrição desta macrotendência na ideologia da linearidade do progresso, que aposta na resolução da crise através do aprofundamento da lógica que a criou.

A segunda macrotendência apontada por Layrargues e Lima é denominada pragmática, e estaria voltada eminentemente para a educação para o desenvolvimento sustentável e para o consumo sustentável, expressando o ambientalismo de resultados, o pragmatismo contemporâneo e o ecologismo de mercado, que emergem com a onda neoliberal das décadas de 1980 e 1990. Como características desta tendência, Layrargues e Lima destacam:

> [...] a dominância da lógica do mercado sobre todas as outras esferas sociais, a ideologia do consumo como principal utopia, a preocupação com a produção crescente de resíduos sólidos, a revolução tecnológica como última fronteira do progresso e a inspiração privatista que se evidencia em termos como economia e consumo verde, responsabilidade socioambiental, certificações, mecanismos de desenvolvimento limpo e ecoeficiência produtiva. (LAYRARGUES e LIMA, 2014, p.31)

O pragmatismo ambiental encontra limitações em questionar a natureza e as origens dos problemas ambientais, tomando-os como dados. A urgência na resolução desses problemas é um obstáculo para a reflexão sobre transformações amplas na forma pela qual se organiza a produção da vida humana, por isso as soluções são circunscritas aos marcos da sociedade capitalista. As mudanças propostas por esta tendência são em sua maioria superficiais, tecnológicas, comportamentais, não se constituindo em uma alternativa radical, pois que não tem em vista a raiz sistêmica da questão ambiental.

O ambiente nesta perspectiva é desprovido de seus componentes humanos, e a natureza é compreendida como uma coleção de recursos naturais em processo de esgotamento, deixando de lado uma visão de totalidade para setorizar a sociedade. Nesse sentido, justificam-se as abordagens violentas do Estado aos pescadores artesanais, pois estes seriam vistos como os responsáveis pela depleção da lagoa e sobre eles deveriam recair sanções por estarem em interação direta com os cardumes. As soluções para os problemas ambientais se dariam principalmente pelas vias do mercado, estimulando determinado tipo de consumo e tolhendo determinados tipos de produção que não disporiam de certificação ambiental e não conseguiriam se sustentar economicamente em um contexto de competitividade pela apropriação dos recursos. A vertente pragmática da Educação Ambiental se delimita, assim, às regras do capitalismo de mercado e as mudanças possíveis devem se adequar a esses limites. Não sendo possível realizar a ruptura com a racionalidade catastrófica do progresso, esta tendência se torna incapaz de superar a crise estrutural da sociedade capitalista.

A terceira macrotendência que Layrargues e Lima identificam é a crítica, que aglutina as correntes da Educação Ambiental popular, emancipatória, transformadora e no processo de gestão ambiental, representantes de um contraponto às tendências conservadoras ao contextualizar e politizar o debate ambiental e problematizar as contradições dos modelos de desenvolvimento e de sociedade (LAYRARGUES e LIMA, 2014, p.33). Esta é a única tendência dentro do quadro elaborado para as macrotendências da Educação Ambiental brasileira que se propõe a questionar a ideologia do progresso e suas consequências de crise. A emergência de conceitos como cidadania, democracia, participação, emancipação, conflito, justiça ambiental e transformação social evidenciam o caráter sociológico e político da Educação Ambiental em seu viés crítico, servindo de elemento aglutinador que falta às duas outras tendências. Ao compreender que a crise está constituída de três dimensões, a perspectiva crítica da Educação Ambiental integra o ecológico ao econômico em uma postura que busca compreender e transformar a sociedade, apontando a superação do capitalismo como condição *sine qua non* para a resolução da crise que encaminha a vida humana e não-humana à catástrofe.

O próprio ato de educar se constitui em um ato político, e não raro se identifica a vinculação de educadores ambientais inseridos nessa macrotendência a vertentes críticas, transformadoras e emancipatórias, demarcando seu posicionamento específico dentro do campo da Educação Ambiental (LOUREIRO, 2009, p.34). Considerando a ideologia do progresso como o motor que anima a crise estrutural do capital e a superação da sociedade capitalista como uma necessidade para a construção de uma sociedade sustentável, se toma esta última como a mais adequada dentre as macrotendências identificadas, tanto por sua concepção de educação quanto por sua concepção de ambiente, não enquanto natureza intocada nem como coleção de recursos naturais, mas como espaço no qual se dão as relações dos seres humanos entre si e com a natureza para a construção de suas vidas, dotado de caráter dinâmico e disposto a transformações a partir da prática humana.

A teoria e a prática da tendência crítica da Educação Ambiental se apresentam, para os fins desta tese, como as mais adequadas para compreender e intervir na realidade, objetivando a conscientização, a transformação e a emancipação humana, operando uma ruptura com as relações de opressão inerentes à sociedade capitalista.

Capítulo 2

HARD SUN
Gordon Peterson

When I walk beside her
I am the better man
When I look to leave her
I always stagger back again
Once I built an ivory tower
So I could worship from above
And when I climbed down to be set free
She took me in again

There's a big
A big hard sun
Beaten on the big people
In the big hard world

When she comes to greet me
She is mercy at my feet
When I see her pin her charm
She just throws it back again
Once I dug an early grave
To find a better land
She just smiled and laughed at me
And took her blues back again

When I go to cross that river
She is comfort by my side
When I try to understand
She just opens up her eyes

Once I stood to lose her
When I saw what I had done
Bound down and flew away the hours
Of her garden and her sun
So I tried to warn her
I'll turn to see her weep
Forty days and forty nights
And it's still coming down on me

2 NATUREZA E TRABALHO

A relação dialética existente entre a natureza e o trabalho se configura como a relação ontológica da humanização do ser humano, como traço distinto da formação da espécie, e representa a formação e a transformação da própria natureza para a humanidade. Tanto que Marx aponta a inter-relação entre natureza e trabalho escrevendo na "Crítica ao Programa de Gotha":

> O trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!), tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana. (MARX, 2012, p.23)

Corrobora esta posição o início do texto de Engels, "Humanização do macaco pelo trabalho", com a seguinte afirmação:

> O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. E o é, de fato, ao lado da natureza, que lhe fornece a matéria por ele transformada em riqueza. Mas é infinitamente mais do que isso. É a condição fundamental de toda a vida humana; e o é num grau tão elevado que, num certo sentido, pode-se dizer: o trabalho, por si mesmo, criou o homem. (ENGELS, 1979, p.215)

Elemento que atribui sentido à existência humana, ele distingue, através da forma pela qual é organizado, os diferentes ofícios humanos, seja o pescador artesanal ou o embarcado, o operário do estaleiro ou da indústria de fertilizantes, muito embora estes três últimos tenham passado por um processo intensivo de proletarização que opera uma disjunção do trabalho e dos meios de realizá-lo.

Este capítulo se propõe a realizar uma breve reflexão a respeito das concepções de natureza e trabalho presentes entre os pescadores artesanais e as ameaças presentes na sociedade capitalista industrial moderna a este modo de organização da produção e de relação com o meio, abalados irremediavelmente desde a década de 1970 com a implementação da Lei da Pesca, inserindo a Lagoa dos Patos na conjuntura de crise estrutural do capitalismo. Se busca compreender a magnitude dos impactos que foram desferidos sobre a lagoa como resultado da ideologia do progresso aplicado à economia regional e as formas pelas quais se pode organizar a superação deste estado de crise.

2.1 Natureza na pesca

A concepção de natureza dentro da perspectiva teórica utilizada nesta pesquisa, tomada como corpo inorgânico do ser humano, com o qual ele deve estabelecer um processo contínuo para não morrer, sendo parte da própria natureza, se embasa em seu caráter ontológico e formativo da realidade existente, originário, anterior e independente do pensamento. Nesta concepção materialista da natureza, qualquer transformação operada por meio da atividade humana resulta, simultaneamente, em transformações no próprio ser humano. O simples fato de hoje a pesca artesanal se encontrar ameaçada e depauperizada é prova da validade desta concepção, resultado da ação humana no meio para se atingir determinados fins que acabam por impactar de forma integral toda a natureza.

O grupo de pescadores artesanais se constitui em uma categoria profissional de particular interesse para a realização de estudos no sentido de perceber a relação dialética entre natureza-ser humano, dada sua proximidade teórica e prática com a natureza. Como ficará explícito no desenvolvimento deste capítulo, a relação estabelecida pelos pescadores artesanais se caracteriza por um duplo movimento, baseado tanto pela harmonia quanto pela luta pela sobrevivência (FOSTER, 2011, p.287).

Este processo contínuo estabelecido pelos pescadores com a natureza é típico da relação da humanidade, enquanto gênero, com a natureza. Sua desconexão é impossível sem efeitos irremediavelmente negativos para o ser humano, o que acaba por afirmar, em última instância, que ser humano e natureza coincidem. E isto é de fundamental importância para a Educação Ambiental pois

> [...] A natureza é vista não somente como fonte de recursos, mas como ontologicamente prioritária para a existência humana, aquilo que nos antecede e que de nós independe, cuja dinâmica ecológica, mesmo que por nós mediada e transformada, precisa ser conhecida e respeitada a fim de que o modo de produção seja compatível com sua capacidade de suporte e de regeneração. (LOUREIRO, 2012a, p.29)

Acredita-se que a concepção de natureza construída pelos pescadores artesanais tenha o potencial de fomentar o conhecimento e o respeito aos ciclos da natureza, com vistas a fundamentar a construção de um modo de produção compatível com seus próprios ritmos naturais.

2.1.1 A relação com a natureza enquanto harmonia

A relação que os pescadores estabelecem com a natureza tem um caráter harmônico evidenciado pela compreensão dos ciclos naturais por parte destes pescadores, e estes ciclos

integram necessariamente a vida do grupo. Em pesquisa anterior (BRAVO, 2011, 46-49), se pôde verificar a existência dessa compreensão e da histórica adaptação aos ritmos naturais da lagoa, seja pela observação do comportamento dos cardumes, identificação de seus hábitos e seus ciclos de entrada, reprodução e saída da lagoa. O grau de intimidade que as comunidades pesqueiras estabeleceram com o estuário revela, antes de tudo, uma profunda sintonia com a natureza na qual estavam inseridos, evidência do caráter harmônico em sua relação com o meio.

Fotografia 04 – Pescadores trabalhando na comunidade do Cocuruto.

Fonte: produzida pelo autor.

A compreensão dos ritmos naturais extravasa o estuário e se estende à ação de outros sujeitos e grupos no trato com a lagoa e suas adjacências, o que permite a Mané compreender o caso da lama na praia do Cassino[22] de modo diverso ao que se tem veiculado nos meios de comunicação e nos debates acadêmicos a respeito do tema.

[22] https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2018/12/lama-reaparece-na-beira-da-praia-do-cassino-e-reacende-discussao-sobre-dragagem-cjpimsn2l0kcb01rxkmibmad0.html

> [...] Eu digo: “Pois é. E aí, sabe aqueles esqueminha que dá no Cassino que eles dizem que não é, é a natureza, que isso aí é coisa da natureza. Da natureza nada, cara. Aquilo ali é o que tiram de dentro do porto e largam lá no meio do oceano e o Cassino, como é que é a praia do Cassino? A praia do Cassino é de carinha, de frente pro sul, é o vento que mais dá pra nós aqui, é sul. Joga tudo pra praia. Vê se na praia do Norte dá... Não passa, a praia do Norte é ao correr, ao correr”.

O entendimento da dinâmica das marés, dos ventos e dos cardumes aproxima os pescadores artesanais de uma visão integrada de sua existência enquanto grupo de uma natureza necessariamente saudável para que possam se realizar enquanto sujeitos e grupos. A limitação técnica, ao invés de um obstáculo que se interpõe para a interpretação dos sinais da natureza, serviu como um reforço para que se construísse uma forma de compreendê-la sem a intermediação de aparatos tecnológicos. A fluidez das águas, a força dos ventos, a chuva e a seca são sinais os quais os pescadores utilizam para traçar seus planos e projetos, para prever uma safra boa ou uma safra ruim. Seu Lica foi testemunha do tempo em que a escassez de recursos permitiu que se entendesse o estuário de forma ampla e harmônica.

> [...] de primeiro nós não usava nada de sonda, nada de... assim, de primeiro era... quem fumava, o único fogo que o cara usava era o dos fósforos que acendiam o cigarro, ou faziam o cigarro, porque quem não fumava não usava. Não usava uma lanterna, não usava nada e saía mar afora, só céu e mar. A bússola do cara era sol... e de noite a lua ou as estrela, então por isso aí... Que o cara saía aí pra fora, tinha um certo ponto que tu só via mar e céu, mais nada.

Para além dessa compreensão ampla da natureza da lagoa, existe também a admiração e o respeito evocados pelo contato em proximidade com o estuário. Mariza aponta a natureza idílica dessa relação quando diz:

> [...] A gente que vive na área da pesca sente uma necessidade de levantar e olhar pro mar, e olhar pra lagoa, porque para nós aqui o mar é a lagoa. [...] Acabei casando com um rapaz que não vivia da pesca... mas acho que pelo amor que agente tinha pela pesca, ele acabou virando pescador.

A compreensão íntima dos ciclos e ritmos da lagoa e a admiração que ela desperta convergem para a concepção do caráter harmônico da relação dos pescadores com a natureza. Relação de interdependência, em que uma lagoa rica significa pujança na pescaria, e o ataque indiscriminado aos cardumes resulta em períodos de privação, evocando a necessidade de um equilíbrio na forma pela qual a pesca se realiza.

Mais do que espaço de trabalho e moradia, a lagoa, delimitação local da natureza com o qual o grupo de pescadores artesanais estabelece relações de produção e reprodução física e espiritual, é uma determinação que constitui sua subjetividade. Tratando das características do

que convencionou chamar de aura, ligada à relação que os sujeitos estabelecem com as coisas e com o ambiente que os rodeia, Walter Benjamin aponta que

> Se chamamos de aura às imagens que, sediadas na *mémoire involuntaire*, tendem a se agrupar em torno de um objeto de percepção, então esta aura em torno do objeto corresponde à própria experiência que se cristaliza em um objeto de uso sob a forma de exercício. (BENJAMIN, 1994b, p.137)

Os apetrechos de pesca estão todos impregnados com esta aura constituída na relação com a natureza. A compreensão mesma da impossibilidade de existência do ser humano sem uma natureza saudável se efetiva na declarada necessidade de Mariza estabelecer uma sintonia entre seu ser e o ambiente que a cerca. Embora a experiência na concepção benjaminiana seja abordada no próximo capítulo, cabe uma rápida menção ao conceito para elucidar a aura da natureza para o pescador.

Tomada, em poucas palavras, como a vivência individual matizada pelos tons do trabalho, a experiência é cristalizada nos objetos de trabalho utilizados na relação com a lagoa, tal qual às redes de seu Lica, que datam de tempos além da lembrança e que continuavam sendo usadas e remendadas até pouco antes de sua morte. Não o objeto em si, mas o objeto impregnado de trabalho é que remete à memória da lagoa. A permanência da natureza na vida dos pescadores é um traço necessário para a construção da categoria pescador artesanal, dando sentido prático a Marx, quando este diz que "o trabalho nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível. Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz" (MARX, 2010, p.81).

Estabelece-se um laço de dependência do pescador em relação à lagoa, ao mesmo tempo em que esta é constantemente alterada por aquele. Esta mútua transformação, influenciada pelas interferências da produção capitalista, legou à memória de seu Lica a fartura de uma relação harmônica com a natureza, quando foi relatada a quantidade de pescado abatido em tempos de limitação técnica. "[...] Dava dois, três lance, e vinha embora pra terra. Matava quatrocentos, quinhentos, mil quilos num lance só, de bagre, corvina. Dava, naquela época, muita quantidade de bagre, corvina, barbaridade, matava corvina".

A relação dialética entre os seres humanos e a natureza na sociedade capitalista industrial moderna, desprovida em grande parte do caráter harmônico presente entre os pescadores artesanais, colocou, sob a ideologia do progresso, os ritmos da natureza submetidos aos ritmos do relógio e da lucratividade. O trabalho e a subsistência dos pescadores ficam comprometidos, pois a sobreposição de formas de se relacionar com a

natureza consideradas harmônicas por outras formas que aceitam a disjunção ser humano/natureza coloca em xeque a sustentabilidade das atividades humanas a médio e longo prazo.

A ideia de dominação da natureza, como vista na sociedade capitalista, não se encontra presente entre os pescadores artesanais. Prestando legitimidade às palavras de Loureiro, a razão dos pescadores identifica uma interação com a natureza e na natureza (LOUREIRO, 2012b. p.25), e esta razão não se constitui de forma efêmera ou abstrata, mas de modo integrado à materialidade, levando em conta os intransponíveis limites da natureza para o desenvolvimento econômico infinito apregoado pela lógica capitalista.

Assim, Diegues propõe que

> [...] Não é simplesmente a natureza, as limitações geográfico-ambientais que motivam um tipo específico de exploração dos recursos naturais [...] mas sim as formas com que se configuram as relações sociais, suas racionalidades intencionais, seus objetivos de produção material e social. (DIEGUES, 2008, p.66)

Dito isso, a postura dos pescadores artesanais diante da natureza enquanto harmoniosa em suas relações não se dá de forma fortuita ou acidental, e não é produto do baixo desenvolvimento técnico, mas justamente seu causador: a relação dos pescadores artesanais com a natureza apresenta um caráter harmônico por este grupo compreender-se como parte da natureza, dotada de uma dinâmica que se contrapõe em certa medida à cisão presente na sociedade capitalista.

Obviamente não é possível transformar o grupo dos pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos nos guardiões absolutos das boas relações com a natureza. Por estarem em contato diuturno com os mecanismos e dispositivos da sociedade capitalista, sempre acaba por haver influências, sentidas prioritariamente pelo campo não-hegemônico desta relação. Os valores e a razão capitalista acabam penetrando o grupo de pescadores, fomentando a sua adoção. No entanto, por uma operação de exclusão de aspectos semelhantes, se percebe que o trato do pescador com a lagoa leva em consideração uma forma de relacionar-se que não parte do domínio da natureza. Toco ilustra este pensamento:

> [...] Eu sou um pescador que sempre pensei numa coisa só: não em quantidade, e sim qualidade. Se todo pescador fosse, há muitos anos atrás, pensando isso aí sempre, venderia o melhor produto, por isso que o produto hoje, as empresas caíram e virou só o atravessador.
> [...] Então se todo pescador pensasse na qualidade e não na quantidade, talvez até hoje teria pegando um preço melhor e as empresas tivessem se mantido mais. Mas eles pensavam muito em quantidade, como a de arrasto também, é quantidade, aí tu chega ali e tu vende o teu pescado, trinta por

> cento do teu pescado era aproveitável, o restante vai pra farinha. Isso eu tô falando sobre o arrasto lá de fora, é pra farinha, e o resto é descartável.

A diferenciação que Toco faz a respeito das grandezas priorizadas pelos pescadores traz consigo a compreensão da inseparabilidade de seres humanos e natureza, e do caráter dialético da relação estabelecida entre os dois. Ao dedicar-se à "qualidade" do pescado, Toco demonstra que o incremento para ampliar a "quantidade", embasado por uma racionalidade imediatista e exclusivamente abstrata resultará necessariamente em profundos impactos para a pesca na lagoa. Emerge o entendimento de que a reprodução social dos pescadores artesanais está imediatamente ligada à reprodução da natureza (DIEGUES, 1983, p.95).

O caráter harmônico da relação dos pescadores com a natureza emerge, portanto, pela compreensão integral de pertencimento à própria natureza, esta enquanto elemento constitutivo da subjetividade do grupo, que inspira, fundamenta e dá sentido à sua prática, e da interconexão entre a saúde da prática pesqueira e da própria natureza, destacando uma racionalidade diversa da razão hegemônica na sociedade capitalista industrial moderna, que prioriza o aspecto qualitativo da produção.

2.1.2 A relação com a natureza enquanto luta

A relação harmônica dos pescadores artesanais com a natureza é complementada por uma relação conflituosa, uma luta literal por sobrevivência, pois a natureza, o mar, representa por vezes uma séria ameaça que lhes exige prudência e bom senso no trato, particularmente nas pescarias que se davam ou se dão no oceano. A atenção aos sinais da natureza e às mudanças no clima são fundamentais para sobreviver à intempérie, característica que por vezes os mais jovens ainda não adquiriram, como aponta seu Lica:

> Por que tinha uns que eram mais teimosos, então não cuidavam muito o tempo, aquela coisa. Nós, por exemplo, cuidava, porque nós só ia em calma de rebojo, vento sul: dava aquele vento sul, dois, três dias, na calma a gente ia, a gente saía. Saía na calma, dava um, dois dias de monção, aí quando o tempo começava a ficar ruim, a gente parava. Isso é assim...
> Aí começou esses mais novo a sair e querer enfrentar o tempo... uma embarcaçãozinha daquelas pequena não tem condições de encostar aí no oceano.

Percebe-se, pela fala de seu Lica, que a opção de enfrentar o mar raramente se caracterizava como uma opção de sucesso. O respeito e mesmo o temor às forças da natureza constituem um traço distintivo, seja no trato direto com a lagoa, seja em suas vivências

cotidianas, quando uma tempestade poderia arruinar as embarcações, como no caso do bote do filho de dona Deia.

Fotografia 05 – Pescador dispondo redes nas andainas, São José do Norte ao fundo.

Fonte: produzida pelo autor.

Do mesmo modo que seu Lica recomenda a prudência, Mariza também destaca o temor que o mar inspira e as tragédias vivenciadas nas comunidades pesqueiras quando relata que por

> [...] um bom tempo os pescadores artesanais iam pescar lá no oceano, e isso me dava medo, muito medo, porque as embarcações do pescador são pequenas. Quando dá aqueles temporais que pega de repente, que eles dizem que fecha a Boca da Barra, e aí como é que fica? Quantos acidentes se ouviu falar, de se perder vidas. Isso dava medo porque eles iam pescar o peixe de fundo e a corvina, no início.

A Boca da Barra, o ponto de comunicação entre a Lagoa dos Patos e o oceano, representa, no depoimento de Mariza, a barreira limítrofe entre o “dentro” e o “fora”, entre a relativa segurança da lagoa e a intempérie absoluta para os pescadores artesanais e seu baixo desenvolvimento técnico. No entanto, o caráter de luta da relação dos pescadores com a

natureza não se resume à luta pela sobrevivência em caso de tempestades e acidentes climáticos, mas também na luta pela obtenção do pescado, na atividade produtiva e seus resultados.

Dado que a relação estabelecida é marcada pela transformação que o ser humano opera na natureza, o caráter de luta emerge da interpenetração entre natureza e sociedade, em que se torna possível, por meio da compreensão da dinâmica natural, intervir com possibilidade de obtenção de melhores resultados das andainas no canal, cravadas para disposição das redes de forma a interceptar os cardumes em curso. Se a natureza é o "[...] pressuposto por excelência para qualquer processo produtivo humano, e, portanto, para o próprio desenrolar da história" (DUARTE, 1995, p.67), também é verdade que, por mais dadivosa que a lagoa possa ser, já ter sido, ou voltar a ser, a realização da pesca se dá numa relação de enfrentamento do pescador com a natureza. Destaca-se, porém, que esse enfrentamento não implica o domínio sobre a natureza, pois o caráter harmônico sempre lembrará o pescador que a destruição da lagoa é equivalente à sua própria destruição.

Todos os instrumentos de pesca, ao mesmo tempo em que trazem inscritos neles a aura formada na relação com a lagoa, são os meios pelos quais os pescadores transformam seu meio, e nessa luta eles constroem sua relação histórica com a natureza: "[...] A natureza assim assume significado prático para a humanidade como o resultado da atividade de vida, a produção do meio de vida" (FOSTER, 2011, p.107). A lagoa se torna parte da vida das comunidades pesqueiras justamente na aquisição de sentido que se dá no embate pela subsistência, no confronto ao qual estão expostos os pescadores na realização de suas vidas. E, não sendo poucas as agruras que existem na relação de luta com a natureza, evidenciadas por Mané quando diz que "[...] a profissão do pescador, ela é ralada, ela judia, ela é muito, muito perigosa" destacando que já havia perdido um tio e um amigo na lagoa com um "rebojinho", os pescadores artesanais seguem em sua realização profissional tradicional, tendo de disputar os sentidos sobre a lagoa com outros grupos.

A luta com a natureza, hoje, é uma luta por uma natureza que vem sendo sobre-explotada. Envolve não só o embate com a natureza, mas de certo modo um embate pela natureza, na medida em que interesses diversos se fazem sentir sobre a lagoa e lhe dão diferentes usos, vários deles excludentes para os pescadores.

Seu Lica avalia a condição desta luta quando dizia que

> Hoje em dia a pescaria tá difícil, principalmente pra trabalhar de proeiro, porque não tem quase pescaria, esses barcos acabam com tudo aí na volta do oceano, não tem como. Tem caras que não notam isso, mas o cara nota que

> falta. Ainda agora quando mexeram com esse molhe, que aumentaram mais lá, ficou mais difícil. Aquele caminho dos peixes fica diferente.

O impacto e a sobre-explotação se dão pela conjunção de fatores como a pesca de arrasto oceânica, o desenvolvimento do porto de Rio Grande, as indústrias instaladas na Barra e com os arrozeiros que despejam águas represadas na lagoa (BRAVO, 2011, p.72). E este traço serve para compreender que o duplo caráter da relação dos pescadores artesanais com a natureza, relação histórica, não se dá através de uma abstração ou de forma efêmera, mas é construída cotidianamente através de sua experiência de vida e de trabalho na materialidade, na concretude. A relação harmônica e de luta dos pescadores com a lagoa é produto de décadas e séculos de interação direta, noção inequívoca de que a natureza antecede e fundamenta o gênero humano, é transformada por ele e acaba transformando-o em um processo dialético.

2.2 O trabalho na pesca

O trabalho é defino por Marx como,

> [...] Antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade [...] agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2013, p.255)

Por meio de suas forças intrínsecas, os seres humanos são capazes de, ao retirar da natureza seu sustento, transformá-la, e esta transformação acaba incidindo sobre a própria humanidade. Este caráter ontológico do trabalho pode ser exemplificado, para retomar um episódio já comentado no primeiro capítulo desta tese, pelos impactos sobre a pesca na lagoa advindos da implementação da Lei da Pesca e o surto desenvolvimentista da atividade pesqueira na região. A dinâmica particular da pesca na região do estuário e costa oceânica, devido à limitada capacidade técnica, até a década de 1970 tendia a limitar-se a abordagens periféricas dos cardumes, utilizando principalmente os sentidos e a força dos corpos humanos para realizar as pescarias. As lembranças desse período, como podem ser observadas em Bravo (2011), são matizadas pelo saudosismo em contraposição à escassez atual, produto do desenvolvimento da capacidade de predação das unidades produtoras, sejam as pequenas

parelhas, sejam as indústrias frigoríficas que se utilizaram amplamente de subsídios e isenções para se instalarem.

A atividade produtiva pesqueira impulsionada pelos recursos da Lei da Pesca representou um incremento imediato à renda e à industrialização no município de São José do Norte, vendo a chegada de duas indústrias frigoríficas em um primeiro momento – Frigoria e Confrio – e, posteriormente, a abertura do frigorífico Moura que, juntas, chegaram a empregar 1.200 pessoas (BRAVO, 2011, p.69). Esse breve período de progresso econômico resultou no colapso da lagoa, visto que o superdimensionamento da captura e industrialização do pescado, dada a desconsideração sobre os limites naturais de renovação dos cardumes, teve por principal consequência o comprometimento da realização da pesca por décadas até hoje. Por meio do trabalho, os operários e pescadores transforaram o meio e se transformaram no processo.

Evidentemente, esta autotransformação do gênero humano não se dá apenas por meio de consequências negativas do trabalho, mas na própria formação do trabalhador, que vinha se constituindo no momento mesmo em que produzia. Nesse sentido, pelo trabalho, o trabalhador produz e se produz, atuando junto à natureza para se realizar enquanto sujeito.

O sentido do trabalho para os pescadores artesanais se distancia da concepção do trabalho na sociedade capitalista, o trabalho abstrato, que converte o mundo humano "[...] em um mundo penoso, alienante, aprisionado e unilateralizado" (ANTUNES, 2018, p.25). Embora Mané destaque que a pesca seja uma profissão "ralada", que "judia", e que seja "muito perigosa", ainda assim ela traz satisfação a seus profissionais.

2.2.1 Trabalho concreto

Seu Lica demonstrou, desde cedo, uma particular aptidão para o trabalho na pesca. De doze para treze anos ele abandonou a educação formal e empregou-se como proeiro no caíco *Rio Tietê,* e aos dezesseis anos já havia escalado ao posto de patrão da parelha.

> Eu comecei costurando rede pro meu cunhado. Comecei como proeiro. Em seguida, não chegou quase nem um ano, o que era meu patrão, ele foi pra proeiro e eu fui pra patrão. Isso aconteceu. Ele até morreu há pouco tempo, ano passado [...] e ele era patrão do caíco, um caíco que chamava *Rio Tietê*. Por que a parelha que nós trabalhava do falecido meu cunhado ali, tudo tinha nome. Até quem pintava os letreiro, eles pintavam o zarcão, o verde e o branco, uma listra verde e uma bandeira brasileira na proa, ou uma estrela verde e amarela.

À época da entrada de seu Lica na atividade pesqueira, em meados da década de 1950, boa parte das atividades da parelha eram realizadas manualmente, com a produção e costura das redes, a construção dos galpões, a produção de embarcações. A primeira atividade de seu Lica numa parelha de pesca, a feitura e remendo de redes, se fazia a mão:

> [...] naquela época só se fazia a mão, era fiozinho de linha Ursa, que chamava o nome, uns novelinho de fio que o cara comprava naqueles pacote. Se prendia. Uma rede dava um quilo, mais ou menos, uma rede de umas trinta braça por aí. Pô, era um fio bom pra pescaria.

A polivalência do pescador artesanal à época de seu Lica representa uma tendência à compreensão integral, não parcializada, do trabalho na pesca. Não basta a existência de um emprego ou um empregado, é necessário compreender a pesca como um processo amplo e desempenhar tarefas neste âmbito amplo da profissão: seja o remendo da rede, a pintura da embarcação, ou a liderança no lance, o sujeito que trabalha na pesca deve ser polivalente, ocupar os vários espaços que a atividade oferece.

Iniciam por aqui as distinções que afastam o trabalho na pesca artesanal e o trabalho na sociedade capitalista, voltada integralmente para o trabalho abstrato. A disposição que o pescador deve ter para fazer um trabalho que é um trabalho de vida independe de jornada de trabalho e carga horária. É um trabalho sazonal, adaptado aos ritmos da natureza, em seu caráter harmônico, mas sempre lutando para sobreviver, em seu caráter conflituoso. Não se utiliza a exploração do sobretrabalho para a extração de um mais-valor entre os pescadores, além de ser um trabalho que traz satisfação.

Ao descrever a prática profissional dentro da parelha, seu Lica aponta:

> Comigo trabalhavam duas pessoas, e eu três. Botava sempre dois proeiro. Às vezes botava três, e eu quatro. E matava um bocado de peixe. Trabalhava noite e dia, gostava de trabalhar. Sempre, sempre. Só descansava um pouco, almoçava, jantava e ia pro mar. Tirava um descanso, chamava os proeiro: "Vamo sair", "Ué, mas...", "Vamo pro mar", e lá ia. Dava dois, três lance, e vinha embora pra terra.

Para além da necessidade de provir o sustento, a satisfação obtida na atividade pesqueira aponta para a afirmação através do trabalho, tanto que os filhos adolescentes dos pescadores artesanais aproveitavam esses breves momentos de folga dos pais para se iniciar na vida embarcada, como diz Ricardo:

> [...] E a gente ia pro mar e às vezes chegava na hora do meio dia, que o pai queria descansar alguma coisa, e a gente tava ali influindo: "O pai vai dormir agora na hora do meio dia, vamo pro mar, vamo pro mar", e o pai disse:

> "Não, já não é hora de ir pro mar". A gente era muito influído, e começou assim, desde pequeno.

Vê-se que o desejo dos jovens em participar das atividades produtivas dos pais, além de uma necessidade, pois representava um acréscimo de braços para a realização do trabalho, trazia a esses jovens o sentimento de pertencimento a um grupo que extravasava os limites da família nuclear. O trabalho na pesca criava o sentimento de comunidade, de existência para além do indivíduo, evidente na formação comunitária das parelhas, nas quais se contava com irmãos, cunhados e primos.

A parelha de pesca, espaço eminentemente masculino, passou por algumas transformações a partir da emigração dos catarinas, quando as mulheres tiveram de ocupar um maior destaque na prática da pesca propriamente dita, como aponta Mariza:

> Aprendi a pescar depois de casada, porque, bem antes, era uma época em que poucas mulheres iam pra parelhas grande, como meu pai sempre teve, parelha de pesca no oceano e parelhas aqui eram grandes, então ele colocava muita gente pra trabalhar, muitos homens, então as mulheres, filhas mulheres nem chegavam perto. Mas como começou depois essa diminuição [...] e começou a parar de vir tanta gente pra cá trabalhar, que vinha muito de Santa Catarina.

Os catarinas, que buscavam até meados da década de 1950 e 1960 a Lagoa dos Patos para se empregar, se tornando o símbolo do trabalho precarizado, oferecem um interessante contraponto a esta noção de trabalho integral e satisfatório que até agora se desenha para a pesca artesanal, pois se trata de sujeitos que, por falta de oportunidades em seu estado – como já explicitado no capítulo 1 – tiveram de empreender um movimento migratório não só para o sul do país, mas para diversas partes do litoral brasileiro (DIEGUES, 1983, p.124). Nesse contexto, os catarinas representam uma realidade de despossessão e desterritorialização, remediada com os investimentos na industrialização da pesca em litoral catarinense.

A comunidade pesqueira, conforme coloca Mariza, passou a integrar as mulheres de forma mais direta no processo produtivo, ampliando a reserva de força de trabalho disponível. Com a desestruturação das grandes parelhas e a reconfiguração das unidades produtivas, a inserção das mulheres acabou por representar uma ruptura na eminência masculina nas parelhas.

> [...] A gente começou a pensar em ajudar o marido, ajudar os pais a estar indo pra pesca, a estar aprendendo alguma coisa no sentido de agregar valor ao pescado pra poder sustentar a família. [...] Já quando a gente tava fazendo aquele trabalho da pastoral [Conselho Pastoral dos Pescadores]... alertando e mostrando que existiam formas de que a gente podia agregar valor e viver com menos pescado, e de formas como também a mulher poderia ter um

> papel importante, porque não só aquela que ia pescar, mas também aquela que fica em terra e que cuida de apetrechos, de remendar rede, além de beneficiar o pescado, a filetagem, o descasque do camarão, pra agregar valor.

Fotografia 06 – Seu Lica remendando uma rede.

Fonte: produzida pelo autor.

Longe de representar uma igualdade de gênero, a participação do trabalho feminino na pesca traz a tona o papel da mulher pescadora na atividade no estuário. Ao realizar a entrevista com seu Lica se teve a oportunidade de observar o trabalho de dona Vera, sua viúva, junto de suas companheiras descascando o camarão que havia sido capturado pelos pescadores na noite anterior. O valor agregado por essa atividade representa um acréscimo de até cem por cento ao valor do camarão sujo, e a conquista de um espaço essencial para as mulheres pescadoras e para as comunidades pesqueiras.

Além disso, o trabalho feminino na pesca, nos termos apresentados por Mariza, vai ao encontro da priorização da qualidade apontada por Toco anteriormente. Com o incremento de valor, se torna possível exercer uma menor pressão sobre os cardumes, preservando a piscosidade na lagoa que se encontra em queda.

Em síntese, os pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos executam um processo de mediação, regulação e controle em seu metabolismo com a natureza caracterizado, entre outros fatores, a) pelo aspecto polivalente da atividade, devendo compreender a totalidade da prática profissional, desde a produção dos apetrechos até as atividades de refino do pescado, como a filetagem e o descasque, passando pela compreensão da dinâmica da natureza, o que em certa medida unifica trabalho manual e trabalho intelectual; b) pela emergente participação das mulheres em diferentes estágios da produção, trazendo para a pesca a preocupação com o aumento da qualidade e a diminuição da quantidade de capturas; c) pelo caráter comunitário da atividade, contando com a convergência da família estendida na realização das tarefas da pesca; e d) pela satisfação advinda da prática pesqueira, fator inseparável de sua concepção da natureza, bem como da inexistência de uma exploração do sobretrabalho que seria apropriado pelo proprietário dos meios de produção, valorizando o tempo livre dos pescadores.

2.2.2 A pequena produção mercantil

A pesquisa a respeito da pesca realizada por Diegues (1983) é de importância fundamental para compreender as relações de trabalho estabelecidas pelos pescadores e trabalhadores da pesca, aí incluídos os pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos. Nesta pesquisa, Diegues identifica a pesca artesanal como inserida na tipificação de pequena produção mercantil e, nela, o trabalho

> [...] não entra como capital. Ele se identifica como uma das condições naturais da produção. Na medida em que o processo produtivo se dirige principalmente para a produção dos meios de subsistência, para a produção dos valores de uso, o trabalho não é considerado um custo de produção ou um valor de troca. Da mesma forma, o próprio pescado não aparece como fruto do trabalho, mas como uma dádiva da natureza. (DIEGUES, 1983, p.92)

O depoimento de seu Lica, que até próximo à morte continuava atuando de forma ocasional na captura, presta legitimidade ao texto de Diegues no que diz respeito à produção de valores de uso e à retribuição para a comunidade daquilo que a natureza forneceu. Seu Lica afirma que

> [...] às vezes jogava uma [rede], botava ali no costão, no baixo, no tempo da tainha pra matar algum peixe pra boia. Aí mato demais, vendo, dou, e assim vai. Não tô trabalhando diretamente, só ajudo os guris ali. E boto uma rede pra matar corvina pra comer, pra vender. Claro, às vezes eu boto, mato

> duzentos quilos. Que, vou comer os duzentos quilos? Tem que vender e tiro pra boia. Às vezes dou pro pessoal aí.

Obviamente se deve considerar que seu Lica, conforme ele próprio destaca, já não trabalhava profissionalmente na pesca. Porém, sua postura diante da partilha com a comunidade e o interesse em "tirar para a boia" demonstram que está presente entre os pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos a produção eminentemente de valores de uso. Sua produção, muito embora seja transformada em mercadoria, eventualmente serve como meio de subsistência não só para os pescadores envolvidos na captura, mas para a comunidade pesqueira como um todo.

A solidariedade de grupo, alimentada pelo processo de partilha do pescado, é um elemento indispensável para sua sobrevivência, dado que os resultados limitados da pesca, devido ao baixo desenvolvimento técnico, impossibilitam um acúmulo de excedente na produção. Esta característica, junto à organização do processo de trabalho dentro da unidade familiar ou grupo de vizinhança, e à restrição do nicho ecológico explorado, também constituem a pequena produção mercantil, em que o resultado da produção é dividido pelo sistema de partilha ou quinhão (DIEGUES, 1983, p.149).

Embora haja a distinção entre aqueles pescadores que são proprietários das canoas e das redes, se estabelece uma relação de parceria entre os pescadores na prática da pesca. A propriedade dos meios de produção se encontra, assim, na mão dos próprios pescadores de forma dispersa, sendo constituída a comunidade por vários proprietários, alguns deles, como já referido no capítulo 1, tendo se desfeito de suas canoas na aposta de emprego por um longo período na EBR. Essa organização implica uma reduzida divisão do trabalho, se constituindo uma parelha basicamente por um mestre e dois ou três proeiros, e em terra o pessoal dedicado ao beneficiamento do pescado, composto majoritariamente pelas mulheres pescadoras.

Mais uma vez seu Lica presta seu depoimento, agora a respeito de duas redes carregadas de décadas de história e portadoras de uma aura singular:

> [...] Eu comprei a andaina com as redes [que eram] do falecido Aníbal, um que tinha parelha de uns vinte e cinco a trinta homens. Tinha uma chacareira, tinha botes, uma carga de botes. Era catarina, ele morava ali na Praia do Norte, aonde tem a EBR. Tinha um bocado de gente naquela parelha, parelha muito antiga, eu não era nascido e ele já existia com a parelha. Ele vendeu para o Luizinho pra fazer outras novas, e depois eu comprei do Luizinho com andaina, com aquelas redes junto, e veio essas duas que eram dele ainda, e eu ainda tenho as duas até hoje. "Ah, me vende". Isso aí eu não vendo, de jeito nenhum, fica aí. De vez em quando eu arrumo ela direitinho, às vezes boto um pedaço, parte que arrebenta, rasga. Ela já foi até na hélice, o barco comeu, eu vim, agarrei um pedaço e coloquei e acertei. Aí fico ajeitando sempre ela.

Estas duas redes, considerando que seu Lica nasceu em 1942, devem ter, no mínimo setenta anos, e demonstram que para além do uso prático dos equipamentos de pesca, há o caráter simbólico dos apetrechos, desde redes até embarcações. Aníbal teria sido um proprietário das grandes parelhas do estuário, talvez um dos primeiros catarinas a realizar o movimento migratório para a região, provavelmente portador de um conhecimento pesqueiro ímpar, o que lhe oportunizou a passagem da condição de migrante para a de proprietário. Suas redes suportaram o tempo e constituíram a subjetividade de seu Lica, tornando-se verdadeiras relíquias para o finado pescador. Quando de sua morte, as redes passariam a um sobrinho, que daria seguimento à sua história.

Embora a obsolescência não seja uma prerrogativa da forma de organização da pequena produção mercantil, ela é uma constante na sociedade capitalista desde meados do século XX, e os pescadores que não conseguem acompanhar a marcha do progresso e do desenvolvimento técnico numa sociedade pautada na competitividade acabam sendo relegados a um segundo plano. Os promotores e financiadores desse processo de obsolescência na pesca artesanal na Lagoa dos Patos são, hoje, eminentemente, os atravessadores.

2.3 Os atravessadores

O atravessador é o comerciante que negocia o pescado com os pescadores, por vezes estabelecendo um valor muito abaixo do que aquele que chega ao consumidor final nos mercados das cidades de médio e grande porte. O atravessador é o conector das comunidades pesqueiras com o mercado no que diz respeito à comercialização de sua produção, bem como o financiador do desenvolvimento da força produtiva das parelhas.

A relação que os pescadores estabelecem com o atravessador é controversa, ao mesmo tempo uma relação de dependência e de rechaço. Mariza deixa transparecer esta característica quando lembra:

> [...] Fui parando mesmo de fazer pescaria quando comecei a trabalhar na filetagem ou descascando camarão, beneficiando pra deixar pronto pra vender direto para o consumidor, porque a gente saindo do atravessador era um grande passo, porque uma das coisas que a gente mais alertava o pescador é que ele pudesse se desvencilhar do atravessador. [...] vendia o pescado pra ele por qualquer preço que ele colocava, porque já tava em dívida com ele, tinha que entregar o pescado pra ele.

Fotografia 07 – Caminhões de atravessadores na comunidade do Cocuruto.

Fonte: produzida pela autor.

A estratégia dos atravessadores se encontra na disposição que eles têm para armazenar o pescado, produto altamente perecível após capturado. Contando com caminhões-frigorífico, os atravessadores se utilizam desta característica do pescado para forçar seus preços aos pescadores, aumentando sua margem de lucro sobre o trabalho dos pescadores. Utilizando a dinâmica entrópica do pescado e as leis de oferta e procura, o atravessador extrai uma espécie de mais-valor dos pescadores (DIEGUES, 1983, p.210). Toco expõe o drama dos pescadores com os atravessadores quando explica:

> [...] Tu pescou, tu tais sujeito às mãos do atravessador. Ele vai te pagar o que ele achou justo e tu vai ter que vender. [...] Eu não vi ainda um atravessador dizer que: “Bah, essa safra eu perdi dinheiro”. O pescador sim, o pescador perdeu, porque ele matou uma tonelada e vendeu a tonelada que ia vender a dez, vendeu a cinco, ou vendeu a três [reais o quilo], ele perdeu.

O que Toco apresenta é a relação inversa da quantidade de pescado produzido e o valor pago por quilo, que coloca os pescadores artesanais numa situação muito penosa, pois quanto mais seu trabalho apresenta resultados, menor é o valor pago pelo atravessador, que insere este pescado no mercado amplo a preços muito maiores, sendo ele, um não-pescador,

quem vai realmente ganhar com o trabalho dos pescadores. Diegues, ao relatar a experiência obtida através da pesquisa de 1983 no estado de São Paulo, traz a visão dos pescadores artesanais de Portinho a respeito do atravessador, caracterizando-o como o explorador, "[...] O 'tubarão', o único a ganhar dinheiro com a pesca" (DIEGUES, 1983, p.167).

De fato, a relação assimétrica que se estabelece entre o atravessador e os pescadores é algo inegável e que coloca-os em uma condição de subalternidade. Toco continua explicando esta condição e seus detalhes:

> [...] Muita quantidade, muita oferta, não tem pra onde se distribuir aqui, poucos compradores que levam esse camarão, que esse camarão não fica aqui mesmo. Esse camarão ele vai a maior parte para Santa Catarina, e aí o preço é uma vergonha. Esse ano [de 2018] deu na média de dez reais o quilo, mas tenho certeza, se a safra fosse boa, não sei se ia a cinco.
> O pescador não tem poder nenhum sobre o preço que ele vende o camarão dele. Normalmente tu pega assim: se a safra for uma safra pequena, pequena em quantidade, foi um ano que não foi um ano muito farto, foi um ano médio, o preço é bom, o preço é bom porque existe pouca quantidade, o pessoal vê muita procura. Então o preço é bom pro pescador.
> Mas em anos de fartura, de quantidade de camarão, aí sim, aí tu não consegue porque o comprador, tu chega com o teu produto, chegou com setecentos quilos, uma tonelada de camarão e o cara assim: "Olha, o que eu posso pagar pra ti é três reais. Tu vai botar fora?". Tu sabes que não tem onde estocar, tu não tens como manter aquilo ali e ele em três, quatro horas, vai se deteriorar, o camarão já não vai prestar mais pra nada, pro consumo humano já não presta mais, então tu tens que chegar e vender.

Tudo isto implica na manutenção das posições socioeconômicas de pescadores e atravessadores na medida que quanto maior a produção e mais distribuída se torna a captura, menos valor se obtém individualmente, socializando de forma mais ampla a exploração perpetrada pelo atravessador. Por outro lado, em momentos de pesca exígua, ou o total capturado de forma individual é reduzido, ou há a concentração de captura em poucas parelhas, representando ganho reduzido para o conjunto dos pescadores em suas comunidades.

Neste sentido, o atravessador representa o promotor do espírito de competição da sociedade capitalista no seio das comunidades pesqueiras, e isso as expõe a uma contradição com seus laços de solidariedade relatados anteriormente. Ao terem de lidar com um agente externo ao processo produtivo para comercializar sua produção, os pescadores necessariamente devem negociar nos termos do atravessador, detentor do capital que servirá para, entre outras coisas, realizar os reparos ou incrementar as parelhas com novas redes ou novos botes. Muitas vezes esses reparos e incrementos são realizados na forma de um adiantamento por parte do atravessador, que faz as vezes de agiota, prefixando os valores da

pesca futura e comprometendo os pescadores através de uma dívida. Mariza reproduz o depoimento de seus vizinhos pescadores a esse respeito:

> [...] Eu às vezes converso com os pescadores na beira da praia, e eles me falam ainda: "Não, eu tenho camarão, mas eu não posso vender, porque eu tô com uma dívida. Eu quis pintar o fundo do bote, porque é necessário, toda a pintura, tudo isso, eu pedi um dinheiro adiantado". [...] Não conseguia, porque precisava de uma rede, mais redes pra trabalhar, porque o pescador tava muito com aquela ideia que tinha que comprar mais redes, mais metros de rede pra colocar pro lance, pra ter mais pescado.

A lógica de valor agregado ao pescado trazida por Mariza é uma alternativa para escapar da dependência do atravessador, buscando formas de, ao mesmo tempo, transformar o pescado para incrementar seu valor de troca e estabelecer laços diretos com os consumidores. Naturalmente, esta medida pode trazer resultados para capturas pequenas e médias; mas para grandes capturas, a capacidade de acondicionamento e transporte que os atravessadores detêm lhes abre mercados consumidores mais amplos, expondo sua posição privilegiada no atual estado de coisas. Essa reflexão ganha mais profundidade quando se retoma Diegues:

> [...] Numa situação limite, a extinção dos atravessadores não fará desaparecer a exploração a que está submetido o pequeno produtor. É que o adversário dos pequenos produtores, como afirma Gutelman, não é este ou aquele comerciante ou financiador, mas o capital financeiro ou a formação econômico-social mercantil como um todo. (DIEGUES, 1983, p.241)

Certamente o que Toco denuncia e o que Mariza anuncia são contribuições para a superação de uma relação injusta, o combate à opressão produzida pelos atravessadores às comunidades pesqueiras e, para serem mais efetivas, elas precisam ganhar a consciência da totalidade dos pescadores. Seu esforço de denúncia e anúncio enfrenta um oponente poderoso, pois o trabalho, que, enquanto produz também produz o trabalhador que o realiza, acaba por produzir, também, um trabalhador alienado de si, do produto de seu trabalho, dos outros trabalhadores e da natureza.

2.4 A pesca e a sociedade capitalista

As relações que as comunidades pesqueiras estabelecem com o conjunto da sociedade capitalista, seja nas relações de trocas econômicas, nas interações culturais ou na política, introduzem elementos que condicionam a reprodução destes grupos. Desde a instalação do estaleiro, violentas perturbações passaram a afetar a vida e o trabalho destas pessoas,

representando algumas alterações na forma pela qual os pescadores artesanais compreendem seu trabalho e o espaço que ocupam.

Na sociedade capitalista, a natureza é tida como uma externalidade em relação ao processo produtivo, e o trabalho, da mesma forma, não é determinado pelo trabalhador, mas pelos proprietários dos meios de produção. Inescapavelmente, estas formas de compreender a natureza e o trabalho encontram-se em meio às comunidades pesqueiras, dadas as relações de troca estabelecidas.

A presença intensa do estaleiro EBR e os valores mais avançados da sociedade capitalista inserem uma nova dinâmica na forma de entender a natureza e o trabalho, separando aquilo que até então era considerado unido por laços irrompíveis.

2.4.1 A natureza enquanto externalidade

A proximidade do estaleiro com as comunidades pesqueiras e todo apelo realizado pela ideologia do progresso agudizam um processo de afastamento dos pescadores da lagoa enquanto natureza em seu imaginário. Por mais que os trabalhadores do estaleiro permaneçam em contato constante com a lagoa, as relações que são estabelecidas tendem a sofrer com a troca, não só na EBR, mas em qualquer setor produtivo em que os valores da sociedade capitalista sejam hegemônicos.

A relação que os pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos vêm construindo com a natureza pautada num duplo caráter, a dizer de harmonia e luta, começa a dar espaço a uma visão de exterioridade, da natureza não como um poder em si mesma, mas como um elemento portador de utilidade e passível de transformação em objeto de troca (DIEGUES, 1983, p.97).

A relação de dependência e respeito passa a ser substituída pelo pragmatismo, que toma a natureza como palco para o processo produtivo capitalista, como meio que é dado e de forma alguma entra na contabilidade das empresas capitalistas. A natureza é rebaixada de produtora e reprodutora de vida para assumir a forma de produtora de recursos a serem explorados, transformados e acumulados por um grupo reduzidíssimo de investidores.

Dentre as promessas conformadas nos anúncios dos representantes da ideologia do progresso, sejam eles governamentais ou empresariais, a liberdade das condições de escassez, necessidade e arbitrariedade que têm acompanhado a vida na pesca artesanal encontra apelo em meio às comunidades pesqueiras considerando a realidade de precarização da lagoa e da própria atividade da pesca nos últimos tempos, conforme o depoimento dos pescadores. A

oferta de empregos que recompensem os trabalhadores com condições mínimas de sobrevivência e de certo modo nuble a percepção da exploração nas mãos do atravessador é tida como uma alternativa viável para muitos pescadores.

Esta transição, que em algumas vezes é definitiva e que não tem início com a instalação do estaleiro, aprofunda a concepção da natureza como externalidade nas comunidades pesqueiras, o que estabelece em seu meio um choque entre a visão hegemônica da natureza e a visão da natureza dos pescadores artesanais, considerada aqui como uma perspectiva contra-hegemônica no sentido de posicionar-se na contramão da visão pragmática da natureza. Este choque origina os ruídos que são apontados por Toco quando denuncia os conflitos existentes dentro da própria comunidade.

> [...] [A união] não existe mais. O que eles fazem? Aquele que tem condições tira onda, vamos dizer assim, faz pouco daquele que não consegue produzir. Ele pega e diz assim: "Ei, investe como eu investi", mas como se ele não tem oportunidade de investir? Aí outro lá mata... aqui a Boca da Barra, a corvina ela chega, ela vem do norte, passa e entra a Barra, normalmente ela passa sul e vem com as enchentes, água de represas, ela entra, é o que fazia esse círculo ir embora, trabalhava nas Capivaras, todo lugar dava corvina. O que o pessoal faz? O pessoal, ela tá vindo, ela começa a vir em... final de agosto, princípio de setembro... pessoal já começa a pegar lá no norte, na beira da costa. Esse tipo de pescaria tá irregular, e começa a bater em cima, começa a pescar. Aí ele produz: cem toneladas de corvina, oitenta, setenta, esses tipos de pescador. Aí quando chega pra entrar a Barra, que aí tem aquele outro pescadorzinho que se preparou melhor, comprou um ecobatímetro, uma sonda, fez uma redinha melhor, tá esperando ela vir junta pra ele poder acusar na sonda, ele cercar, matar um pescado. Já não faz mais nada, porque já não tem mais cardume grande, o cardume que vem já é ralinho.

Este extenso depoimento dá conta desta transição em curso na concepção de natureza entre os pescadores, que veem solução para os problemas da pesca na adoção integral da lógica da competitividade, com um necessário sucesso para aquele pescador que realiza de forma adequada e racional, dentro dos marcos empresariais, os investimentos em sua parelha. Ao mesmo tempo, Toco aponta também para a ampliação da capacidade de captura de barcos na costa do oceano, que interceptam os cardumes antes que possam chegar na Boca da Barra e alcançar os limites mais ao norte do estuário. Muito melhor preparados tecnicamente, resultado de um maior acúmulo de capital e, consequentemente, maior reversão de investimentos nos meios de produção, os barcos pesqueiros da costa do oceano deixam passar uma fração do total dos cardumes que adentram a lagoa que, por sua vez, são capturados por aqueles pescadores que conseguiram realizar pequenos investimentos em suas parelhas, deixando realmente muito pouco àqueles pescadores que não conseguiram acompanhar a marcha do progresso técnico.

A natureza assume neste contexto a condição de depósito de recursos naturais que estão à disposição daquele que chegar primeiro e com mais força. Harmonia e luta assumem a forma de dominação, e a natureza como elemento concreto da vida e do trabalho dos pescadores, passa a ter um caráter externo à própria comunidade.

Cabe reiterar que esta transição, fruto do contato que as comunidades pesqueiras têm de estabelecer com o resto da sociedade capitalista, ainda não conseguiu eliminar por completo as relações tradicionais que os pescadores mantêm com a natureza. Muito embora Toco apresente uma visão crítica a respeito das novas formas de relacionar-se com a lagoa, sua própria existência enquanto um sujeito em sua comunidade é representativa desta energia de resistência ao avanço da ideologia do progresso e todas as desestruturações que ela traz consigo.

2.4.2 O trabalho enquanto alienação

Paralelo à expulsão da natureza da vida e do trabalho das comunidades pesqueiras com o fortalecimento da ideologia do progresso, e sua consequente externalização, o trabalho também passa a parecer aos pescadores proletarizados como externo. O fato de muitos pescadores, na transição para uma condição de trabalho – a de empregados de uma grande firma – que lhes sinaliza com a promessa de redenção econômica, os levam a se desfazerem de suas parelhas quando de sua admissão na EBR, colocando assim um grande obstáculo na sua permanência na pesca. Toco aponta para esta situação quando fala que

> [...] Hoje voltaram ao nada, porque todo mundo sabe que tu trabalhar de empregado tu tens aquele salário e quando tu é despedido, durante dois anos, ou três anos, como teve aí, ou quatro anos no estaleiro, aquele fundo que restou ali, fundo de garantia, seja o que for, é por um período curto e já foi-se, tchau, e o que eles venderam, quem vendeu a parelhinha que tinha botou, por exemplo, uma coisa melhor na casa, ou investiu num carrinho pra poder sair, porque tava empregado, aproveitar os momentos de folga, se foi. Hoje muitos tão a ver navio, hoje tem muitos aí que tão trabalhando de, como digo, de proeiro.

A aposta no estaleiro e em sua pretensa redenção econômica, agora que as operações de montagem de plataformas de petróleo foram suspensas, mostrou-se um equívoco, e para os trabalhadores desempregados que atuavam como pescadores artesanais e que se desfizeram de suas parelhas se torna difícil articular a volta à pesca, visto que não são mais proprietários de seus botes e redes, e acabam tentando retornar a uma área que tende a tornar-se mais exígua e mais sobrecarregada de trabalhadores. O que lhes resta por ora é participar de alguma parelha

na condição de proeiro. É de se supor que com a venda das parelhas houve de certo modo, em maior ou menor grau, uma concentração das parelhas em um número mais reduzido de pescadores, o que pode trazer novas consequências para a organização da pesca artesanal no estuário.

A quantidade de pescadores que se integrou nesta transição para o trabalho assalariado nas grandes empresas assombra Toco, que diz:

> [...] Aqui no Pontal mesmo tem vários [pescadores que se empregaram nas indústrias de Rio Grande], Cocuruto também tem vários, conheço a turma todinha, Norte, Quinta, na Quinta Secção da Barra, na Barra. Na Barra tem muitos deles que ainda trabalham, que saíram da pesca que tão trabalhando nas empresas ali como Tergrasa, Bianchinni, a Bunge, tem muita gente ali, na Yara tem muita gente trabalhando, abandonaram a pesca pra trabalhar nessas empresas. Quantidade, quantidade de gente.

Esta transição para a proletarização traz graves consequências para a reprodução da pesca, uma vez que afasta os pescadores da atividade produtiva para inseri-los na condição de assalariados. Partindo da análise da despossessão dos meios de produção por parte dos trabalhadores, fato que se caracterizou com a venda das parelhas de pescadores que se empregaram no estaleiro, se tem que

> [...] a objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos meios mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos de trabalho. [...] O trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. (MARX, 2010, p.80)

A dificuldade que se constitui para que o pescador que se afastou da pesca retorne à atividade por vezes é insuperável, forçando-o a trilhar um caminho sem volta rumo à proletarização. Por outro lado, não são raros os relatos de pescadores que em momentos de folgas semanais se dedicam à pescaria em tempos de safra. Esta prática, considerada irregular pelo Estado e realizada sob relativo sigilo, acaba por extenuar as energias dos pescadores que têm uma carreira profissional fora da pesca na busca de realizar o seu trabalho.

O pescador despojado de seus objetos de trabalho deve se limitar ao trabalho como proeiro na eventualidade de um retorno à pesca, ou se dedicar integralmente a atividades não-pesqueiras. Mané talvez seja um dos melhores exemplos do sujeito que permanece em trânsito entre as condições de pescador e assalariado. Descrevendo sua história de trabalho, Mané coloca que

> [...] Eu tenho trinta e dois [anos] com registro embarcado em pesca. Tenho três anos e oito meses na RTZ, naquela empresa que teve aqui de mineração,

> fazendo teste aqui. [...] Depois eu saí, aí fiquei um tempo desempregado, voltei pra pescaria de novo, aí passou um tempo e aí pintou a P-55, lá no dique seco. Eu tinha botado meu currículo pela internet, e a Nasa me chamou. Eu fui no escritório deles em Rio Grande e me fichei. Peguei com eles lá na elétrica. [...] Então quer dizer, eu comecei a trabalhar com eles lá, trabalhei um ano e oito meses lá com eles.

A intermitência de Mané entre a pesca e os empregos em empresas traz à tona o quadro que se apresenta para os trabalhadores que têm um histórico na pesca, guardada a especificidade de que, por ter na família outros membros que praticavam a pesca, nunca precisaram se desfazer de seus objetos de trabalho.

A principal distinção que é possível traçar entre o trabalho na pesca e o trabalho nas empresas, partindo da concepção de trabalho dos pescadores artesanais delineado anteriormente se encontra no estranhamento do trabalho presente na empresa capitalista, o que ainda hoje busca referencial em Marx para ser pensado.

O trabalho estranhado, forma preponderante do trabalho na sociedade capitalista, é aquele em que o trabalhador é despojado do controle sobre seu trabalho e coloca-o como a uma mercadoria qualquer passível de ser apropriada. Sendo o trabalho o processo pelo qual o ser humano medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza, na sociedade capitalista este trabalho defronta o trabalhador como uma externalidade, "[...] a energia espiritual e física própria do trabalhador, a sua vida pessoal [...] como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele" (MARX, 2010, p.83).

Marx desenvolve a reflexão a respeito do processo de estranhamento do ser humano em seu trabalho, alienando-o da vida em comunidade para deixá-lo exclusivamente na vida individualizada. Retomando os "Manuscritos econômico-filosóficos", se tem que

> Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero [humano]. Faz-lhe da vida genérica apenas um meio da vida individual. [...] O trabalho estranhado faz, por conseguinte: 3) do ser genérico do homem, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser estranho a ele, um meio de sua existência individual. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência humana. 4) Uma consequência imediata disto, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o estranhamento do homem pelo [próprio] homem. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. [...] A questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles [estará estranhado] da essência humana. (MARX, 2010, p.84)

Considerando que o trabalho não produz somente as mercadorias, mas também produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, se percebe que a relação, por muitas

vezes conflituosa no interior das comunidades pesqueiras, do trabalho na pesca e o trabalho em geral na sociedade capitalista, têm resultados que acabam por perturbar a organização produtiva e reprodutiva das comunidades pesqueiras. A resistência empreendida por estas comunidades diante da hegemonia capitalista e seu modelo de trabalho por vezes parece ter sido vencida, pois o apelo que a sociedade do capital faz se mostra muito sedutor.

Mané, tendo a visão em perspectiva de quem sintetiza a transição, expõe de forma muito didática este processo:

> [...] Então eles tiram o cara que tá trabalhando na pescaria, que ali ao menos o cara sabe o que matou, sabe o que vai ganhar, pra ir pra um serviço que: "Ah, vai ganhar bem", não, claro. Principalmente pra um cara que nunca trabalhou em outro ramo, sai da pescaria, vai pra ali: "Porra, tô ganhando mil e oitocentos reais por mês, tenho férias, tenho tudo e tal, todos os direitos, e pa-pa-pa, tenho cartão Unimed, tenho o cartão... Sodex. Bah, beleza". Mas quanto os caras tão ganhando nas tuas costas, meu amigo?

Fica explícito o caráter de fascínio e de exploração que o trabalho na sociedade capitalista exerce sobre os trabalhadores e, no caso aqui tratado, especificamente com relação aos pescadores artesanais e o estaleiro da empresa EBR. O estranhamento do trabalho corrói, a um só tempo, os laços que os pescadores estabelecem com a pescaria em si, seus objetos de trabalho; a concepção de si como pescador; os laços de pertencimento à humanidade; e os laços de solidariedade e comunidade que o vinculam a outros pescadores. Isto representa a tentativa de subsumir as comunidades pesqueiras ao pensamento único da sociedade capitalista, e tem como consequência mais grave a corrosão dos laços que unem o pescador, no particular, e a humanidade, no geral, à natureza.

2.5 Natureza ameaçada

O trabalho estranhado, no que diz respeito à relação dos seres humanos com a natureza, representa uma profunda ruptura, separando algo que é necessariamente unido. A organização da produção capitalista, pautada numa lógica linear derivada da ideologia do progresso, tem mostrado de forma inegável suas limitações ecológicas, econômicas e políticas: daí a agudização da crise estrutural vivenciada desde a segunda metade do século XX até os dias atuais.

A natureza para o capitalismo tem um papel diverso do que se pode perceber entre os pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos, distante de sua relação de harmonia e

luta. A externalidade da natureza é uma das principais fragilidades da sociedade capitalista que, embora tenha tentado se esverdear, esbarra no caráter insuperável de sua crise.

2.5.1 A alienação da natureza

O processo de estranhamento do trabalho tem como uma de suas consequências a alienação da natureza, seu afastamento da vida humana, realizando uma operação abstrata de separação do ser humano do meio no qual habita. Na sociedade capitalista, fundamentada na ideia absoluta de propriedade privada, na lógica do acúmulo e da velocidade, espaços que não tenham proprietário direto ou não sejam passíveis de apropriação tendem a ser relegados à condição de repositório de rejeitos (vide as áreas que são ocupadas com aterros sanitários ou lixões, ou as toneladas de rejeitos que são descartadas nos oceanos anualmente[23]), bem como as atividades que não movimentam recursos volumosos tendem a ser consideradas ineficientes para os fins do capital.

A alienação da natureza se fundamenta na prática que distancia o ser humano da natureza. O trabalho, ao não ser considerado em sua concretude, afasta aquele que trabalha da natureza em si. A despossessão dos meios pelos quais o trabalho se efetiva e o desaparecimento do produto do trabalho, que não pertence ao trabalhador, culminam, em última instância, na desresponsabilização por aquilo que não é seu dentro dos marcos da propriedade privada capitalista. Isto traz impactos gigantescos tanto na escala das grandes empresas quanto na escala da vida privada, na medida em que o processo de produção não contabiliza os custos ambientais e toma as forças produtivas da natureza (DIEGUES, 1983, p.7) como fornecidas "gratuitamente", desconsiderando completamente o tempo da natureza para constituir qualquer recurso. Bem como no consumo, modo pelo qual os sujeitos se afirmam na sociedade capitalista, que não consegue resolver de forma efetiva o problema do descarte.

Velasco busca problematizar a "conduta negligente do assalariado" diante da natureza, destacando que

> [...] A apropriação sucessiva dos espaços naturais pelo capitalista tem ido reduzindo a ritmo acelerado (inclusive no Terceiro Mundo) o número e a área dos "espaços de ninguém" e dos "espaços públicos" que, precisamente por sê-lo, eram "espaços de todos". [...] À vista desta distância imposta ao

[23] Cf. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/15/ciencia/1529079702_285280.html; https://www.nationalgeographicbrasil.com/2018/05/animais-plastico-uso-unico-oceanos-lixo; http://news.nationalgeographic.com/news/2014/07/140715-ocean-plastic-debris-trash-pacific-garbage-patch.

> trabalhador na sua relação com a natureza não-humana parece coerente (à luz da própria relação proporcional que no capitalismo se estabelece entre o grau em que algo é de alguém com o grau com que esse alguém se esforça para cuidá-lo) a relação do trabalhador consiste na atitude de descuido para com a natureza exterior à sua moradia. (VELASCO, 2008, p.145)

O que emerge deste trecho é o fundamento da dimensão política da crise estrutural do capital, que assume a forma de desresponsabilização em relação a tudo aquilo que escapa da esfera imediata do sujeito. Como o trabalhador não possui o que produz, nem aquilo com o que produz, e como só é possível se afirmar mediante aquilo que se possui, o sujeito despossuído não é responsável por nada, nem pelo mundo em que vive e trabalha.

Decorre disso a negação do sujeito na relação de produção, sendo que nela ele não se afirma. A automatização do sujeito por meio de seu trabalho opera uma cisão entre o ser e o produzir o sustento. Mesmo que o trabalho lide em proximidade com elementos diretos da natureza, como por exemplo, as tarefas realizadas no estaleiro que se davam às margens da lagoa, ela entra na relação de produção apenas como cenário, desprovida de uma maior relevância. O que é feito, onde é feito e com que finalidade perde importância pois, isolado, o sujeito busca pura e simplesmente sobreviver.

O sujeito isolado de si pelo trabalho estranhado tem rompida sua relação com sua vida genérica. O trabalho é esvaziado de sentido e o trabalhador passa a uma condição de expropriação de seu corpo inorgânico, a natureza (MARX, 2010, p.85). Ele deixa de ser fim, atividade livre e consciente pela qual o sujeito se afirmaria, para se tornar meio de existência física apenas. Neste processo, a natureza perde seu sentido enquanto espaço de vida, se afasta do humano, assim como a própria humanidade acaba por se afastar.

O outro torna-se, consequentemente, estranho, e este outro, em última instância, é todo o mundo externo ao sujeito, o que inclui de forma inescapável a natureza. Rompidos todos os laços que o prendiam ao seu trabalho, a si próprio, ao seu ser genérico e ao outro, efetiva-se a ruptura com a natureza, alienada do ser humano. A concentração das atividades produtivas nas cidades é a epítome da alienação da natureza (FOSTER, 2011, p.196), separando de um lado os espaços humanizados, civilizados e, de outro, a natureza, que por vezes se apresenta como espaço vazio, outras como espaço selvagem, ambos carecendo da intervenção humana. Este pensamento deixa de reconhecer que as atividades de baixo impacto ainda são atividades humanas, e que esses espaços vazios e selvagens são também espaços humanos.

Esta separação de espaços urbanos e não-urbanos, associando-os respectivamente com espaços humanos e espaços naturais, é o ponto alto daquilo que ficou conhecido como ruptura (ou falha) metabólica da relação dos seres humanos com a natureza.

2.5.2 A ruptura metabólica da sociedade capitalista

A concepção de trabalho elaborada por Marx e apresentada no início deste capítulo volta à discussão para compreender a teoria da ruptura (ou falha) metabólica sistematizada por Foster a partir dos escritos do próprio Marx. Inicialmente desenvolvida para dar conta da separação de cidades e campo na organização da produção capitalista e apontar a insustentabilidade deste modo de produção, a teoria da ruptura metabólica se apoia na irreparável cisão que se opera nas trocas que a sociedade capitalista realiza com a natureza. O deslocamento de matérias e energia que se faz tendo como destino final as cidades, os centros produtivos deste modelo de organização social, exerce uma disrupção na interdependência produtiva que une ser humano e natureza. Referindo-se particularmente à produção agrícola em larga escala e a grande indústria, Marx aponta que

> [...] a grande propriedade do solo reduz a população agrícola a um mínimo em diminuição constante e opõe-lhe uma população industrial cada vez maior, aglomerada em grandes cidades, gerando assim as condições para uma ruptura irremediável no metabolismo social, prescrita pelas leis naturais da vida; dessa ruptura decorre o desperdício da força da terra, o qual em virtude do comércio, é levado muito além das fronteiras do próprio país (Liebig). (MARX, 2017, p.873)

A necessidade de pôr em curso fluxos intensos e extensos de matérias e energia da periferia para o centro do sistema desnuda o caráter insustentável da sociedade capitalista pois, em última instância, realiza a cisão entre a periferia produtora e o centro consumidor, impedindo que os resíduos produzidos por este consumo retornem à natureza de modo ecologicamente adequado, realimentando o processo metabólico de ser humano e natureza. Organizada de forma linear, a produção capitalista é incapaz, de forma efetiva, de superar esta falha.

Aplicada especificamente ao caso estudado, dos pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos, a teoria da ruptura metabólica pode ser utilizada para se compreender o fluxo linear a jusante e a montante na produção pesqueira e sua inserção interdependente na economia capitalista global apartada da natureza.

Muito embora a organização da pesca artesanal resista aos movimentos de formatação impostos pela economia capitalista, a figura do atravessador acaba por realizar a conexão da produção pesqueira com o todo da sociedade, movimentando o pescado em seu fluxo rumo aos centros urbanos. Os caminhões frigoríficos que aguardam junto às comunidades para

comercializar o pescado tratam de conduzir a produção para os mercados consumidores e para as indústrias, como citado por Toco quando apontava que parte da produção era encaminhada para a "farinha". O atravessador, agente do mercado junto às comunidades pesqueiras, é responsável pelo abastecimento de um mercado insaciável e abstrato, que não tem suas necessidades supridas por valores de uso. O caminho que leva o pescado rumo aos grandes centros urbanos é o mesmo caminho da exploração do trabalho dos pescadores pelos atravessadores, e por ele vão ficando os recursos que se concentram nas mãos de quem não pesca.

Produzindo para o mercado abstrato, os limites que se impõem são os limites mesmos encontrados pelos cardumes para se reproduzir. O limite da depleção da natureza é a capacidade da própria natureza em permanecer viva. Nesse sentido a ruptura na relação metabólica entre os seres humanos e a natureza se faz sentir no caminho de sentido único do escoamento da produção pesqueira. Não há retorno viável dos resíduos provenientes do consumo pesqueiro que possam realizar uma superação desta ruptura primeiramente por se tratar a pesca de uma atividade extrativa. A promoção de políticas públicas efetivas para a pesca no que diz respeito à manutenção dos cardumes poderia ter maior funcionalidade caso houvesse um enfoque mais amplo, e não concentrado quase que exclusivamente sobre o pequeno pescador. Mané e Toco apontam neste sentido quando questionam a diferença de tratamento pelo órgão fiscalizador quando comparados aos grandes, ou seja, às empresas pesqueiras. Toco lembra de um curso marítimo que fez, em que

> [...] a gente debateu algumas coisas sobre a pesca, sobre também a fiscalização da maneira que ela é, que hoje eu acredito que o meio ambiente, o Ibama, a fiscalização dela é muito rigorosa em cima do pequeno, mas é uma lacuna muito grande entre os grandes, deixam muito a desejar.

Mané complementa, perguntando: "[...] [no] pescador pequeno, se eles [o Ibama] puderem botar o pé em cima, os grandes não botam por que?"

Diante disso, se vê que a ruptura metabólica não é um erro pontual passível de ajustes que podem superá-la, mas uma inscrição na própria estrutura da sociedade capitalista e replicada pelo Estado em suas relações. A incapacidade de criar alternativas que promovam uma atividade pesqueira que leve em conta a organização produtiva e de vida das comunidades é a demonstração da gravidade e da profundidade da ruptura da relação metabólica com a natureza no capitalismo. Abastecido o mercado, outras questões perdem importância e relevância.

> [...] O metabolismo social do capitalismo é cada vez mais divorciado do natural, produzindo várias cisões metabólicas e formas de degradação ecológica nos ciclos e processos naturais, o que leva à violação das leis naturalmente postas de recuperação da produção social que mantêm as condições da natureza. (FOSTER, 2010, p.25)

Atravessador e fiscais, mercado e Estado, portanto, mantêm os pescadores artesanais em meio a um ritmo ininterrupto de tensionamento e distensão, forçando-os a pescar o quanto puderem e não pescar nada, sem em momento algum consultá-los a respeito de sua própria temporalidade, comunidade e profissão. Quando ocorre, esta consulta é proforma, tendo pouco, se algum, resultado concreto que resulte no aumento da qualidade de comunidades pesqueiras ou natureza.

A ruptura metabólica, no entanto, não chega ao estuário apenas pelos caminhões dos atravessadores ou nas lanchas dos fiscais, mas de forma mais abrangente com o estaleiro, por meio da inserção do município de São José do Norte no mapa da produção de energia fóssil que alimenta o mundo moderno.

A dependência e o estímulo ao uso de fontes energéticas de origem fóssil, na contramão de uma macrorracionalidade social e ecológica (LÖWY, 2014, p.47), exige investimentos cada vez mais volumosos para realizar sua extração. É neste contexto que se instala o estaleiro EBR, visando produzir, e produzindo, uma plataforma para extração de petróleo – a P-74. Esta dependência se inscreve diretamente na ruptura metabólica do sistema capitalista, visto que os combustíveis fósseis representam a maior fonte energética em uso no mundo hoje[24] e também a principal responsável pelo aquecimento global e pelas mudanças climáticas.

Especificamente relacionado à pesca, o uso de derivados de petróleo se encontra tanto no abastecimento dos motores dos botes quanto no material plástico com que se confecciona os utensílios de pesca, como redes, cordas e boias. Isto insere a pesca no quadro da ruptura metabólica, em que a fonte energética que movimenta a economia é extraída em locais distantes daqueles nos quais ela é utilizada, fazendo fluir pelo globo os combustíveis fósseis e fortalecendo a dependência desta matriz energética.

Para além do consumo de combustíveis fósseis para alimentar a produção pesqueira, com o estaleiro São José do Norte a relação do estuário passou a ocupar um lugar de destaque no ciclo de produção de petróleo, contribuindo de forma efetiva para o agravamento da dimensão ecológica da crise ora em curso. Ao pôr em movimento uma produção linear cujos

---

[24] Cf. https://diplomatique.org.br/fossilizar-se-com-uso-de-combustiveis-fosseis-ou-fazer-parte-da-revolucao-energetica/

resíduos, na escala em que são emitidos, causam transformações que estão alterando a dinâmica da própria natureza, a ruptura metabólica se faz perceber para além de sua dimensão agrícola original, ocupando a totalidade do sistema produtivo capitalista. Sendo que a natureza é considerada uma "externalidade" em relação à economia capitalista, a tendência é que ela não entre nos cálculos das empresas pelo simples motivo de elevar astronomicamente os custos de produção e retirando o elemento de competitividade ou mesmo de acesso a produtos (ACSELRAD, 2009, p.48) caso fossem contabilizados os custos dessas "externalidades" naturais, como o tempo de fossilização do petróleo, por exemplo. Ocupando um papel secundário, a natureza perde importância diante do lucro.

> [...] O sistema voltado para o lucro é incapaz de regular de modo efetivo o sociometabolismo entre a sociedade humana e a natureza, numa escala que levaria décadas para ser recuperada, mesmo se o sistema fosse transformado de imediato. (FOSTER, 2010, p.25)

O tempo de realização do lucro na sociedade capitalista não pode considerar a temporalidade da natureza, seus ciclos e suas vidas sob o risco de travar todo o sistema. A incorrigível ruptura metabólica da sociedade do capital encaminha a humanidade para um derradeiro momento decisório, sob o risco das ameaças e os impactos sobre a vida humana e não-humana serem irreversíveis. E por mais que a natureza seja para a economia capitalista uma externalidade, um "fora" do sistema produtivo, de onde vêm os recursos e para onde vão os rejeitos, ainda assim o capitalismo identifica e reconhece uma natureza.

2.5.3 A natureza para o capital

As relações estabelecidas entre os agentes do sistema capitalista e a natureza diferem amplamente da relação de harmonia e luta presente entre os pescadores artesanais. A natureza é considerada pelo capital, necessariamente, como uma grande reserva de valores de uso potenciais que podem ser utilizados de forma direta ou indireta na produção e realização de valores das mercadorias (HARVEY, 2016, p.232), parcelada na forma de propriedade privada garantida pelo Estado, muito embora no primeiro capítulo se tenha evidenciado a fragilidade para algumas pessoas manterem sua propriedade e, além disso, sua moradia, suas memórias e sua história diante dos interesses de grandes investidores.

A sociedade capitalista industrial moderna dispensa os aspectos qualitativos da natureza, como a beleza e a saúde, considerando apenas as quantidades de matéria que podem ser extraídos (LÖWY, 1990, p.39). Os investimentos são realizados tendo em vista

exclusivamente o retorno financeiro que podem dar aos investidores. Por isso haverá necessariamente algum elemento que torne determinado empreendimento atrativo ao capital, seja acesso rápido ao oceano, a proximidade a um superporto, a fragilidade de lideranças políticas ou a carência econômica que possa assegurar vantagens fiscais às empresas, no caso de investimentos de grandes empresas na região do estuário da Lagoa dos Patos. No passado, a lagoa, vista como um reservatório de peixes, atraiu a atenção de indústrias frigoríficas que a percebiam exclusivamente como uma fonte para a exploração indiscriminada da pesca.

No sentido aplicado pelo capital à natureza, esta se torna meio ao fim da acumulação e da lucratividade, justamente por ser compreendida como recurso.

> [...] É essa natureza-recurso-energia, que submetida a uma finalidade própria ao capital – a acumulação da riqueza na sua forma abstrata (dinheiro) –, vai permitir um aumento exponencial da capacidade de trabalho, ou melhor, um aumento fantástico de transformação de matéria numa mesma unidade de tempo abstrato – ano, mês, dia, hora, minuto, segundo – e, assim, criar a ilusão de crescimento ilimitado de produtos materiais numa mesma unidade de tempo abstrato. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.328)

A velocidade de exploração dos "recursos naturais" equivale à velocidade do lucro, e na ideologia do progresso, esta lógica reverte em um suposto ganho para as pessoas e comunidades envolvidas nessa exploração. E, sendo recurso, a natureza precisa ser transformada para que, direta ou indiretamente, proporcione uma maior eficiência no acúmulo de riquezas. Considerando que existe uma certa dificuldade em assegurar a propriedade privada de parcelas da natureza que não sejam sólidas – como o ar que se respira ou os corpos d'água em que se realiza a pesca – o capital encontra formas de atuar para assegurar, às atividades que promovem maior competência, efetividade e lucratividade.

No estuário tal circunstância toma forma nas intervenções que se tem feito na dinâmica hídrica da lagoa, particularmente pela Superintendência do Porto de Rio Grande. Para assegurar o acesso desobstruído de assoreamento ao porto, os molhes sofreram uma alteração que os prolongou algumas centenas de metros, o que impactou a pesca no estuário, como menciona Mané:

> Outro baita erro que cometeram aí a respeito também foi o negócio dos molhes lá. Quando mexeram nos molhes não fizeram uma reunião com a Colônia de Pescadores, porque eles podiam reunir as quatro colônias: a de Rio Grande, São José do Norte, a de Pelotas, e de Arroio Sujo, eles podiam ter reunido presidente de cada uma delas ou representantes e perguntar pro pescador: "Vem cá, me diz uma coisa, o que eu posso fazer lá pra não prejudicar vocês? Por que a gente tem que aumentar os molhes, tal, qual o sentido, tal". Porque os molhes lá na Boca da Barra era assim: do Norte era não sei quantos metros na frente do Cassino. Então o rebojo, o vento sul dá,

> a água entra todinha, entendesse? A água salgada entra direto na Boca da Barra ali e vai direto à lagoa. Num dia a água correndo ali ela bota água salgada lá dentro da lagoa. Agora do jeito que tá, não tem condições mais. Bota água salgada ali pra dentro, leva três ou quatro dias, mais ou menos, pra salgar lá na lagoa se ela tiver doce aqui dentro.

A entrada de água salgada é fundamental para a renovação da piscosidade do estuário, e este fluxo foi afetado com as obras de extensão dos molhes. Ao trabalhar-para incrementar a eficiência do porto de Rio Grande, os fluxos migratórios dos peixes foram afetados, o que acabou prejudicando a prática da pesca artesanal. Embora a lagoa não seja passível de apropriação como o foi o território ocupado pelo estaleiro, existem formas pelas quais ela pode ser alterada para promover determinada atividade em detrimento de outras. A lagoa foi tornada mais adequada ao porto e menos adequada à pesca.

Do mesmo modo, o estaleiro da EBR ocupou um espaço que era usado para a pesca, próximo ao navio *Avanti*, afundado na década de 1980 após um incêndio. Sua instalação, com a retirada dos restos do navio, impediu o acesso a um importante pesqueiro no estuário, além de destruir parte das marismas[25]. Obviamente, todos os impactos causados pelo desenvolvimento capitalista não podem parecer deletérios, por isso a necessidade de constituir uma concepção de natureza e, respectivamente, de sustentabilidade, educação ambiental, etc., que promovam a lógica capitalista e a ideologia do progresso.

As limitações intrínsecas à própria racionalidade capitalista impõem a construção de uma narrativa integradora da natureza para o capitalismo, dado que a decomposição da natureza em mercadorias e direitos de propriedade privada são insuperáveis dentro dos marcos do sistema, e contestá-los equivaleria a contestar o funcionamento de seu motor econômico e negar a aplicabilidade de sua racionalidade à vida social. Nesse sentido, se percebe

> [...] como é importante que o capital vista o manto da responsabilidade ambiental como fundamento legítimo do ambientalismo das grandes empresas do futuro. Desse modo ele poderá dominar os discursos ecológicos – isso é, definir a natureza segundo seus termos (em geral monetizados, com o auxílio de análises de custos e benefícios) – e tentar resolver a contradição entre capital e natureza de acordo com seus interesses de classe. Em segundo

[25] "As marismas são consideradas verdadeiros ecossistemas úmidos formados por depressões próximas à foz de um rio que sofrem inundação pelas marés e pela descarga fluvial, podendo estar associado a regiões estuarinas e deltaicas. São ambientes onde existe uma grande quantidade de matéria orgânica que dá suporte a uma alta produtividade primária e contribui com até 70 toneladas de detritos vegetais para as teias alimentares associadas. Além disso, as marismas têm importante papel na atenuação dos processos erosivos costeiros e na oferta de abrigo para juvenis de diversas espécies de crustáceos, moluscos e peixes comerciais que utilizam esse ambiente para a reprodução, além de servir de local de repouso para aves migratórias". (www.zonacosteira.bio.ufba.br/marismas.html)

> lugar, quanto mais dominante for o motor econômico do capital nas várias transformações sociais que constituem o capitalismo mundial, maior será o domínio das regras que regem a relação metabólica do capital com a natureza nos discursos públicos, nas políticas públicas e na política *tout court*. (HARVEY, 2016, p.234)

Assim, a sociedade capitalista tenta naturalizar a visão de natureza entendida como coleção de recursos, eliminando pelo caminho quaisquer formas que contradigam o mascaramento que se coloca sobre sua relação predatória com a natureza. Este tipo de procedimento pode ser explicitamente testemunhado em quaisquer relatórios de impacto ambiental de projetos profundamente degradantes, quando se alega que tal ou qual empreendimento é sustentável ou promete realizar melhorias no ambiente afetado, bem como no esforço diuturno em eliminar formas diversas de se relacionar com a natureza, como é o caso dos pescadores artesanais.

Esta eliminação, caminho obrigatório para a hegemonia absoluta da racionalidade capitalista, passa pela efetiva desorganização dos modos de ser e viver destes grupos que se considera aqui como contra-hegemônicos, ainda que participantes periféricos da sociedade capitalista. E a ação de desorganização se torna mais efetiva quando desestrutura a forma pela qual estes grupos medeiam, regulam e controlam seu metabolismo com a natureza.

2.6 Transformações no trabalho e o trabalho na EBR

O trabalho na sociedade capitalista assume a forma de mercadoria, disponível para a compra no mercado e, como qualquer mercadoria, a queda de seus preços deve sempre ser maior para que o produto do trabalho ganhe competitividade. Ou isso, ou o nível de exploração aplicado sobre o trabalho deve aumentar para garantir esta competitividade. O trabalho, que na pesca tem um caráter concreto e é marcado por sua polivalência, diversidade, seu âmbito comunitário, a não exploração de sobretrabalho e a satisfação que gera no sujeito que o pratica é confrontado por sua abstração e seu rebaixamento que culminam sempre, na sociedade capitalista, no estranhamento do trabalho.

A mercantilização do trabalho transfere o poder de decisão sobre a realização do trabalho das mãos do trabalhador para as mãos daquele que o compra, desconsiderando o que estes sujeitos que tiveram o trabalho alienado de si possam pensar, precisar ou sentir (HARVEY, 2013, p.101). Esta transferência evidencia o agravamento da dimensão política da crise estrutural do capital. Para os pescadores artesanais que apostaram nas promessas de progresso anunciadas por agentes políticos e do mercado, os sujeitos deixam de empenhar

suas energias em que, em grande medida, eles decidem como, onde, quando e por quanto tempo as realizarão para atenderem a interesses alheios a eles, às comunidades e às regiões que habitam.

A polivalência do trabalho na pesca, por exemplo, que dá ao pescador a compreensão da totalidade do processo de captura, é substituída pelo fracionamento da atividade e a fragmentação do sujeito, que não vê mais diante de si o produto de seu trabalho como uma obra sua, mas como propriedade da empresa. Nisso, se torna explícito o poder do capital sobre o trabalho na sociedade capitalista industrial moderna, em que os trabalhadores perdem o controle sobre os instrumentos de produção e se tornam efetivamente "apêndices" da máquina, autômatos.

Fotografia 08 – Placa dentro da área do estaleiro, guindastes ao fundo.

Fonte: produzida pelo autor.

O trabalho no estaleiro São José do Norte, da EBR, nutre o germe da automatização presente nas relações que se estabelecem entre capital e trabalho, e lança os pescadores artesanais que se empregaram no estaleiro no mundo do trabalho flexível que ganhou força após a emergência do neoliberalismo. A concretude do trabalho, que toma o estuário da lagoa

como ambiente no qual se realiza para produzir e reproduzir a vida das comunidades pesqueiras, perde espaço para a sua abstração, em que o trabalho é confundido com o emprego.

2.6.1 O trabalho na era do trabalho abstrato

O controle da economia pelo capital financeiro faz com que as empresas busquem de modo incessante garantir altas taxas de lucratividade, "[...] exigindo e transferindo aos trabalhadores e trabalhadoras a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos, como os relativos à força de trabalho, além de exigir a 'flexibilização' crescente dos contratos de trabalho" (ANTUNES, 2018, p.30). Como mercadoria, o rebaixamento do custo do trabalho e a ampliação de sua exploração em unidades de tempo reduzidas se tornam uma condição para atender as exigências de competição do mercado. Os prazos de realização dos empreendimentos são dados e recai sobre os ombros dos trabalhadores seu cumprimento como forma de valorizar seus produtos.

Esta busca pelo cumprimento de prazos traz consigo a realização do mais-valor, parcela de trabalho não-pago ao trabalhador, tornando-o o que Marx chamou de trabalho produtivo (MARX, 2013, p.578). O tempo de duração de determinado empreendimento, tomando aqui os grandes projetos que se avizinharam à região do estuário, que foram executados ou que ainda buscam se instalar, é calculado visando a ampliação da extração do mais-valor e, geralmente, quando os prazos são antecipados, houve um incremento dos níveis de exploração dos trabalhadores no processo produtivo. Os trabalhadores, por meio de seu trabalho, tornam-se um meio direto de valorização do capital.

O estabelecimento de prazos para a realização de atividades produtivas cria entre os trabalhadores o sentimento de insegurança quanto ao futuro, seja o seu como indivíduo, seja de suas comunidades, no caso dos trabalhadores que veem estes grandes projetos ocuparem seus territórios e ficam em dúvida quanto ao que o empreendimento deixará de legado. Contraposto ao caráter até então perene da pesca, o estabelecimento de prazos insere a lógica da utilização do espaço por alguns anos para a geração do lucro e extração do mais-valor, contabilizado nos cálculos das empresas para, logo em seguida, arrumar as malas e partir para regiões mais atraentes para o capital, desorganizando de todas as maneiras possíveis a produção e reprodução da vida nos locais em que se instalam.

Esta facilidade para chegar, instalar-se, realizar o lucro e partir marca o período da flexibilização da economia, em que o capital torna-se fluído e encontra pouquíssimos obstáculos em seu caminho. Nesse sentido,

> Flexibilidade do lado da procura significa liberdade de ir aonde os pastos são verdes, deixando o lixo espalhado em volta do último acampamento para os moradores locais limparem; acima de tudo, significa liberdade de desprezar todas as considerações que "não fazem sentido economicamente". O que, no entanto, parece flexibilidade do lado da procura vem a ser para todos aqueles jogados no lado da oferta um destino duro, cruel, inexpugnável: os empregos surgem e somem assim que aparecem, são fragmentados e eliminados sem aviso prévio, como as mudanças nas regras do jogo de contratação e demissão – e pouco podem fazer os empregados ou os que buscam emprego para parar essa gangorra. (BAUMAN, 1999, p.112)

Essa flexibilidade que libera e desresponsabiliza o capital e aprisiona o trabalho, colocando a população trabalhadora diante das "alternativas infernais" de ter emprego (por quanto tempo?) e perder direitos ou manter os direitos e fechar postos de trabalho[26], pretende resumir a vida humana exclusivamente ao trabalho, convertendo o mundo em um local penoso e alienante (ANTUNES, 2018, p.25). Interessa ao capital não o trabalho que satisfaz às necessidades humanas, que produz valores de uso e pelo qual o sujeito que trabalha se realiza, mas apenas o seu caráter abstrato, despido de todas as suas especificidades, o trabalho como uma mercadoria qualquer.

Marx apresenta o trabalho em sua dupla dimensão, quando sob o comando do capital, destacando que

> Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso. (MARX, 2013, p.124)

Convertido em mero meio de subsistência para aquele que trabalha, o trabalho na sociedade capitalista industrial moderna tem como sua única função valorizar o capital. Sempre que o avanço técnico permite a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, pela mecanização e automação no processo produtivo, os trabalhadores são preteridos, substituídos por máquinas.

---

[26] Cf. https://www.valor.com.br/politica/6012617/bolsonaro-trabalhador-tera-de-escolher-entre-mais-direitos-ou-emprego

Enquanto o trabalho vivo não é substituído totalmente pelo trabalho morto, ele segue sendo espoliado, submetido à satisfação da necessidade de reprodução do capital e o uso que se faz do tempo excedente para a produção de mais-valor. Os sujeitos que trabalham, alienados dos instrumentos de trabalho e dos produtos de seu trabalho, acabam despojados do poder de decidir onde e para que fim serão aplicadas as suas energias, tendo de se submeter ao comando produtivo do capital. É por seu interesse que os trabalhadores despendem suas energias. Com isso, quanto mais os trabalhadores trabalham, mais rico o capital se torna, pouco importando para o capital se o trabalho é utilizado para a produção de alimentos ou plataformas para extração de combustíveis fósseis. Seu único interesse e, por consequência, para a sociedade capitalista, é sua reprodução, e nisto se encontra um dos maiores empecilhos para a significação do trabalho como ação que medeia, regula e controla o metabolismo com a natureza de forma livre e consciente.

O assalariamento e a alienação que equiparam o trabalhador a um objeto são as formas pelas quais o trabalho abstrato se realiza, e se espalham com o vento do progresso que deixa escombros por onde sopra. O trabalho no estaleiro se inscreve nesta dimensão abstrata, de trabalho como mercadoria disponível à compra e passível de um barateamento para que se amplie as taxas de extração de mais-valor, e Mané e Ricardo, particularmente, tiveram uma vivência em primeira mão para relatar.

2.6.2 A vivência de trabalho no estaleiro

A organização da produção industrial sofreu uma profunda transformação a partir da emergência do toyotismo na década de 1980, quando este modelo começou a se espalhar pelo globo como uma forma melhor adaptada a um contexto de crise estrutural do capital (ANTUNES, 2018, p.103). Em comparação com a organização fordista, este modelo apresenta as seguintes especificidades:

> 1) É uma produção diretamente vinculada à demanda;
> 2) Depende do trabalho em equipe, com multivariedade de funções;
> 3) Estrutura-se num processo produtivo flexível, que possibilita ao trabalhador operar simultaneamente várias máquinas;
> 4) Tem como princípio o *just-in-time*, isto é, a produção deve ser efetivada no menor tempo possível;
> 5) Desenvolve-se o sistema de *kanban*, senhas de comando para reposição de peças e de estoque, uma vez que no toyotismo os estoques são os menores possíveis;

> 6) Estrutura empresarial horizontalizada; a fábrica toyotista é responsável por aproximadamente 25% da produção, e a terceirização passa a ser central na estratégia patronal;
> 7) Desenvolve-se a criação de círculos de controle de qualidade, visando a melhoria da produtividade das empresas e permitindo que elas se apropriem do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalho. (ANTUNES, 2018, p.155)

Este diagnóstico da empresa toyotista permite compreender a inserção da EBR na atual organização do trabalho produtivo e das estratégias que são adotadas para maximizar os lucros pela empresa. A questão da produção sob demanda e do *just-in-time* ficam evidentes com a atuação na montagem da P-74, atendendo a uma encomenda da empresa estatal Petrobrás e trabalhando com prazos estipulados para a entrega da plataforma montada.

Mané dá uma descrição de sua admissão na EBR e das tarefas que desempenhou na empresa:

> [...] Eu assim que entrei ali [na EBR], entrei como lixador; aí fiquei quatro meses, três meses de experiência e no quarto eu passei a ressoldista. [...] Ressoldista é simplesmente ir naquela solda lá e verificar se ela tá soldada e qual soldador que soldou ela. Então vou pegar o número do sinete do soldador e vou pegar o número da peça, vou pegar aqueles dados todos, de todas as peças que tão soldadas, e vou passar pro inspetor. [...] Ele vai simplesmente conferir o meu relatório com o dele, e vai novamente verificar se tá como eu botei mesmo, entendesse, os dados. E vai chegar lá e conferir: peça tá soldada, o sinete é o mesmo, tal, aí ele vai dar baixa. [...] Ele dá baixa, o cara que fez a ultrassom vai ficar liberado pra ele fazer a ultrassom, ele vai lá, faz ultrassom, tá ok, tá ok, ela sai de circulação, ela já tá pronta, já tá liberada pra pintura.

Mané fazia parte da equipe de ressoldagem, que conferia o trabalho dos soldadores e encaminhava as peças para a pintura. Atuando no controle de qualidade do estaleiro, sua função era se assegurar que determinada quantidade de toneladas em peças fosse soldada, vistoriada, e encaminhada para a pintura por semana. No quarto mês de trabalho na EBR, Mané já havia sido promovido a inspetor de solda, junto a mais três colegas inspetores em sua equipe.

Conforme declara, Mané passou a desempenhar tarefas que exigiam um maior grau de responsabilidade na cadeia hierárquica sem sua remuneração ter acompanhado o aumento de suas atribuições, o que motivou uma ação na justiça por ter trabalhado dois anos e quatro meses como inspetor e receber como lixador.

Ricardo, durante o tempo que trabalhou no estaleiro, esteve junto à equipe de marinharia:

> A função que eu desempenhava na EBR ali era marinharia: serviço de cais, atracação, desatracação, cuidado da amarração de plataforma, manutenção

> do cais, e várias outras coisas. Quase serviços gerais, mas o essencial era isso: cuidar de amarração. A gente trabalhava em turno, geralmente nós trabalhava mais à noite, no nosso turno, mas existia quatro turnos aqui na EBR. [...] Quase cinquenta por cento ali, quase cinquenta por cento da marinharia era formada de pescador.

O desempenho de funções cuja proximidade com a pesca oportunizava um conhecimento prévio servia muito bem aos interesses da empresa, que pôde contar com uma mão de obra capacitada através da experiência profissional da pesca. O manuseio de cabos e a lida na água tornaram os pescadores interessantes para a empresa, um recurso humano valioso e pelo qual não precisariam se responsabilizar com a formação ou qualificação. Os contratadores da empresa "[...] gostavam muito do pessoal de pesca" justamente por trazerem consigo o aprendizado da profissão.

Se por um lado esta formação pesqueira foi um fator para a admissão dos pescadores no empreendimento, por outro, a empresa contou com esta experiência prévia para qualificar o seu plantel. O conhecimento de ventos e marés construído na prática pesqueira foi posto à disposição da empresa em seu processo produtivo e em sua valorização. O que até então era utilizado para a produção de valores de uso, em processos cujos fins os pescadores dominavam, passaram a servir como força de trabalho na composição da empresa.

As equipes, portadoras de metas, tinham de se responsabilizar pela entrega periódica de um conjunto de peças que juntas somavam determinada tonelagem. A preocupação de Mané como inspetor de solda também assegurava a valorização da empresa.

> [...] Botaram um encarregado da solda na nossa equipe que um dia eu cheguei pro cara e disse assim: "Meu amigo, não leva a mal: tá pendente aquela solda lá, essa aqui e aquela outra ali, essas três tem que tá soldado. Porque ele vai prender isso aqui, e já vai fazer duas semanas, e eu preciso dar baixa disso aqui. A Petrobrás tá exigindo. Que essas três peças aqui fecham um conjunto, e esse conjunto representa trinta toneladas. Mas essas trinta toneladas ela só vai ser representada trinta toneladas pronta se essas três pecinhas tiver soldada, e ela não tá".

A exigência de produtividade introjetada pelos trabalhadores realiza o objetivo do capital, e o uso que se faz da empresa contratante da EBR, no caso a Petrobrás, para jogar peso na responsabilização dos trabalhadores a respeito do cumprimento dos prazos serve para realizar a agenda da empresa e qualificá-la para futuros contratos, não necessariamente no estaleiro São José do Norte, visto que o capital que constitui a empresa não é local. Estas metas periódicas ainda estimulam a competição entre equipes como forma de agilizar a atenção aos prazos. Além disso, também há a competição e o assédio entre funcionários dentro da mesma equipe, como relata Mané:

> [...] Tinha um supervisor ali [na EBR], que até eu gostava muito dele. [...] E ele se dava muito bem comigo. Só que os módulos que eu cuidava era um, por sinal, que ele era responsável. E eu cheguei pra ele e disse: "Seu V., tem umas juntas aí que tá pendente, cara, e representa doze toneladas pra nós aqui, nós tamo precisando de nove pra dar baixa, fechar a semana, e aquelas três juntas lá..." "Ah, mas onde é, seu Manoel? O senhor vá lá e mostra pra mim". Fui lá e mostrei pra ele. Chamou o encarregado: "Oh, bota soldador aqui, ali e lá. Matar essa charada aí e nós aliviamos doze toneladas, tá pendente pra nós nove, mas essas três aí fecham doze". Aí o cara: "Não, vou botar, não sei o que". Aí o seu V. foi e disse pra mim: "Seu Manoel, o senhor pode dar baixa dessas três juntas". Eu olhei pra ele e disse: "Seu V., o senhor não leva a mal. Seu encarregado disse que vai botar os três soldador, então vou fazer o seguinte: agora como é nove horas da manhãs, três horas eu venho aqui, se tiver soldado ou alguém soldando eu dou a baixa, mas se não tiver eu não vou dar baixa". "Não, mas eu sou o supervisor, o senhor tem que dar baixa".

Se vê que muito da energia física e intelectual dos pescadores que foram trabalhar na EBR passou a ser aplicada na valorização do capital investido na empresa, o que não implicou em um retorno, nem imediato nem a longo prazo, para os próprios pescadores e suas comunidades. Pelo contrário, a desorganização da pesca artesanal pelo estaleiro implicou a dúvida a respeito do retorno à antiga atividade, por mais que a atuação ocasional seja uma alternativa viável para muitos trabalhadores. Demonstrando sua decepção diante das promessas feitas a respeito da redenção econômica que o empreendimento traria para o município, Mané aponta:

> [...] Então tudo isso eu acho que não foi o que a gente esperava, prejudicou demais, demais mesmo. Por que eu conheço gente aí que, olha, vendeu o que tinha, cara, pra se empregar achando que ia se aposentar dentro da EBR e não foi assim. Eu mesmo trabalhei dois anos e oito meses ali na EBR. Tem colegas meus que trabalharam quatro anos, e já foi posto na rua, que trabalhavam na pesca também. Hoje já fica indeciso, se vai pra pescaria, se volta pra esse ramo de trabalho [industrial], mas se voltar pra esse ramo, ou vai ter que ficar mais uns dois ou três meses ou vai ter que ir pra Candiota, pra outros lados.

Este depoimento de Mané explicita a condição do pescador que se transforma em operário, a passagem da realização do trabalho concreto para a prevalência absoluta do trabalho abstrato na sociedade capitalista industrial moderna. A dúvida que surge entre o retorno à pesca e a permanência no trabalho industrial aponta o enraizamento desta dimensão objetificada do trabalho e do trabalhador, vistos como emprego e empregado, forma de obtenção de subsistência individual e não mais realização de uma vida coletiva e inscrita no tempo.

Um dos argumentos mais fortes para o retorno à pesca é o aprofundamento da dimensão econômica da crise estrutural do capital, em que a prática pesqueira ainda representa uma última opção de trabalho para aqueles que não encontraram outras oportunidades, como revela Toco:

> [...] Conheço alguns que tão voltando, gurizada nova que fizeram curso de soldadores, foram soldar, outros foram esmerilhador, saíram fora e hoje retornaram para a pesca também por falta de opção. E a única coisa que eles sabem fazer, como não tem na área de estaleiro, não tem nada, a única coisa que eles sabem fazer é pescar, então tão voltando pra pesca.

A desestruturação da pesca artesanal não representa somente o ataque a uma forma de viver e produzir que não se integra de forma absoluta à lógica do capital, mas também às formas que estes grupos que contêm em si o germe da resistência se organizam, buscando afirmar a narrativa de externalização da natureza. Com isso se torna possível silenciar vozes críticas à relação metabólica que a sociedade capitalista estabelece com a natureza e sua insuperável ruptura, pois se institui a visão de natureza concebida pelo capital, decorrendo disso sua visão de sustentabilidade, de educação ambiental, de futuro.

A aposta na resistência se fundamenta pela necessária superação do sistema capitalista, de sua visão de natureza como externalidade e do trabalho como alienação. A vida das comunidades pesqueiras e seu desacordo em função dos valores e da ética capitalista apontam um caminho, que pode ser tomado como orientação para a organização do pessimismo diante da sociedade capitalista industrial moderna.

2.7 A natureza, o trabalho e o pessimismo organizado

A natureza e o trabalho concebidos pela ideologia do progresso receberam duras críticas de Benjamin em suas "Teses sobre o conceito de história". Em sua tese XI, o filósofo alemão denuncia o conformismo dos socialdemocratas que acreditam "nadar com a corrente" do desenvolvimento técnico, criticando o marxismo vulgar de Joseph Dietzgen que percebia o trabalho exclusivamente como o progresso da dominação da natureza, sem compreender os retrocessos sociais que trazia consigo o trabalho na sociedade capitalista. "[...] O trabalho, tal como agora é entendido [pela socialdemocracia], tem como finalidade a exploração da natureza, que é contraposta, com ingênua complacência, à exploração do proletariado" (BENJAMIN, 2013a, p.16). Esta crítica fundamenta-se inconfundivelmente na "Crítica ao Programa de Gotha", citado no início deste capítulo.

Institui-se, dentro da ideologia do progresso, uma relação antinômica entre natureza e trabalho, este se realizando apenas em função da dominação absoluta daquela. Isso, em última instância, dada a pertença do ser humano à natureza, sua irrealizável desconexão dela, leva à justificação da dominação dos seres humanos por outros seres humanos, não rompe com a cadeia de opressão que é inaugurada com a exploração concomitante do trabalho e da natureza, uma "tenebrosa condição de autodominação", no dizer de Harvey (2013, p.24).

O desenvolvimento técnico que despertava as energias destrutivas da guerra "[...] pela distância abissal entre os meios gigantescos de que dispõe a técnica, por um lado, e sua débil capacidade de esclarecer questões morais, por outro" (BENJAMIN, 1994a, p.61), se realiza na destruição da própria natureza de forma total e irremediável. "Dominação da natureza, assim ensinam os imperialistas, é o sentido de toda técnica" (BENJAMIN, 1995, p.69).

A visão pessimista do filósofo alemão alerta para a necessidade, para o bem da natureza e da própria humanidade, de interromper o trem do progresso, de acionar os freios de emergência por meio da ação revolucionária. Urge apressar-se nessa revolução, sabendo que "[...] não existe um único momento que não traga consigo a sua oportunidade revolucionária" (BENJAMIN, 2013a, p.177) pois, alcançado determinado ponto de desenvolvimento econômico e técnico pela atual classe dominante, tudo pode estar perdido (BENJAMIN, 1995, p.46).

Organizar o pessimismo, na visão romântica revolucionária de Walter Benjamin, passa por tecer a crítica a respeito dessa concepção de trabalho e de técnica, ressignificando-a de tal modo que deixe de representar a dominação da natureza e passe a ser a dominação da relação entre a natureza e a humanidade. A busca pela superação da ruptura metabólica inerente à sociedade capitalista implica a superação do próprio capitalismo enquanto modo hegemônico de produção e reprodução da vida. A disruptura ser humano/natureza deve ser substituída pela reunificação ser humano-natureza, e para tanto torna-se primordial considerar formas de sociabilidade que contenham em si a compreensão de integralidade da natureza.

Em convergência com este pensamento, Porto-Gonçalves coloca que

> [...] Questionar a dominação da natureza, o desafio ambiental em toda a sua complexidade, é (1) estar no centro da crítica do modo de organização societário que aí está e, ao mesmo tempo, (2) é colocar no centro do debate todos aqueles que, assimilados à natureza, foram dominados, oprimidos e explorados na medida em que o progresso e o desenvolvimento autorizam a dominação da natureza. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.455)

Este pensamento é fundamental para que se reconheça o papel dos pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos como agentes centrais para se estabelecer as

discussões a respeito da superação da visão dicotômica que separa ser humano e natureza, e sua contribuição para a construção de uma razão que tenha potência para reunificar o que o capitalismo cindiu. A forma pela qual se compreende e realiza o trabalho, a ação que medeia, regula e controla o metabolismo humano com a natureza, é principal para ressignificar a postura do ser humano diante do meio. Nesse sentido, a articulação entre a luta de classes e a luta em defesa do meio ambiente abre uma linha de reflexão que se coloca diretamente em oposição à dominação e à exploração da natureza (LÖWY, 2014, p.31).

A requalificação do trabalho passa pela eliminação do trabalho abstrato, voltando o sentido societal dominante para o atendimento das necessidades humanas e recuperando-o enquanto sinônimo de autoatividade, e por sua conversão em atividade realizada com base no tempo disponível, recusando a disjunção entre tempo de trabalho necessário para a reprodução social dos trabalhadores e tempo de trabalho excedente para a reprodução do capital (ANTUNES, 2018, p.114).

O trabalho como autoatividade e a dominação da relação com a natureza, retirando-a da égide do capital, são instâncias necessárias e fundamentais para a construção da via de superação da sociedade capitalista industrial moderna, sua ideologia do progresso e sua crise estrutural em três dimensões: ecológica, econômica e política. Os pescadores artesanais em sua relação de vida e trabalho com a lagoa oferecem elementos que contribuem no sentido de orientar esta superação, o que se apresenta como um fundamento constitutivo, sociológico, filosófico e político, para a Educação Ambiental. Importa, neste momento de reflexão da tese, compreender a forma pela qual os pescadores artesanais organizam sua existência, como constroem sua sabedoria e que elementos os constituem enquanto um grupo tradicional – em resumo, o que é e como se dá a experiência dos pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos.

RESISTÊNCIA CULTURAL}
Helio Bentes / Marcelo D2 / Vinicius Leonard Moreira

Busco nos mais velhos dos terreiros e tambores
Que assim fico mais forte, enfrento medos e minhas dores
No mundo de dinheiro, não se tem mais valores
Nos separam por classe, cores, escravos e senhores, é
Conquistar o meu espaço, eu olho pro futuro sem esquecer o passado
E se rebaixam assim mesmo, que é serem elevado
Nos querem de humildes para sermos humilhados
A rua cobra, e como cobra
Mas ajudar, que é bom, ninguém ajuda, é foda
Tu gosta de dinheiro, né?
Carro importado, pulseira de área VIP e uma puta do lado
Eu vou é de Ciata, velha guarda da Portela
Falo de João do Vale, de Zé Keti e Manacéia
Falo de coisas simples, falo do meu lugar
Eu falo do meu povo e da cultura popular
Vai vendo

Eu luto e não me rendo
Caio e não me vendo
Não recuo nem em pensamento
Sigo em movimento que pra mim é natural
De resistência cultural

O bicho pega mesmo é aqui na selva de pedra
De burro o lixo deles, abraçou? Já era
Te tornam militante com medo de militares
Cagando a ideologia e joga a ética pros ares
Sou moleque sinistro, entrego meu suor
Pelo o que eu tenho visto só vai de mal a pior
A paciência é curta, a ignorância é tanta
'Cê até mata um leão, mas não foge das antas
A rua cobra, e como cobra
Mas ajudar, que é bom, ninguém ajuda, é foda
Nas ruas desse mundo eu só quero andar
Toda vez que eu dou um passo o mundo sai do lugar
Buscar na sua própria vida a matéria prima
Eu posso até cair, mas dou a volta por cima
Com a chama na lenha eu me inflamo e me consumo
O que eu toco vira luxo, deixo o carvão em fumo
E canto

3 EXPERIÊNCIA, TRADIÇÃO E SABEDORIA

Os pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos inscrevem-se, costumeiramente, na classificação de comunidades tradicionais, conforme editado pelo Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, tomando por povos e comunidades tradicionais

> [...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)

Importa, neste momento, caracterizar a tradição e o tradicional. Para tanto, se recorre aos escritos do filósofo alemão Walter Benjamin que, em sua postura pessimista e melancólica, realiza a denúncia da ideologia do progresso e se posiciona na contramão do desenvolvimento histórico e técnico que legitima o poder dos grupos dominantes, defendendo a tradição dos oprimidos e a necessidade de se escovar a história "a contrapelo", fazendo emergir os conflitos e os embates que têm composto o histórico de lutas dos trabalhadores em busca de sua emancipação.

Benjamin compreende este conjunto de lutas, as lutas de classes, não como um *continuum* que otimistamente culminarão, de forma inevitável, na libertação da classe trabalhadora, mas como constelações formadas por inúmeros momentos explosivos que iluminam os embates presentes empreendidos pelos trabalhadores. O *continuum*, para Benjamin, é o da opressão, que tende a se agravar com o desenvolvimento técnico e econômico. A crise estrutural da sociedade capitalista em suas três dimensões não permite que se esqueça disso. As promessas de progresso não resultam em uma realidade de "anjos, riqueza e liberdade", somente em suas imagens.

Os pescadores artesanais, portadores de concepções de trabalho e de natureza que não se sintonizam com as concepções hegemônicas promovidas e difundidas pela sociedade capitalista, encontram-se, na tecitura social, imersos no conjunto de valores preponderantes da sociedade de mercado. Seu modo de vida tradicional diuturnamente sofre o assédio que intenta adaptá-los e formatá-los ao pensamento único capitalista. Seu modo de produzir e se reproduzir entra em desacordo com o resto da sociedade capitalista, forçando-os a seguirem o sentido da corrente do progresso sob o risco de serem dizimados.

Nesta conjuntura, a resistência à "tempestade" do progresso envolve um esforço grandioso que encontra subsídios na tradição para se sustentar. Esta tradição que, de maneira

dialética, se forma através da vida vivida dos pescadores, seu trabalho e sua cultura, se fundamenta naquilo que Benjamin chamou de experiência (*Erfahrung*), passada de geração em geração através da narrativa oral e cristalizada no cotidiano de trabalho destes grupos.

Fotografia 09 – Pescadores recolhendo rede, com o porto do Rio Grande ao fundo.

Fonte: produzida pelo autor.

Ao fim e ao cabo, a experiência se reproduz e a tradição se sustenta pela narrativa que assume a forma de sabedoria, tomando a "substância viva da existência" como fundamento para se realizar. A ruptura e o esvaziamento desta cadeia de transmissão representa o empobrecimento da experiência, que tem avançado a passos largos na sociedade capitalista industrial moderna. Compreender o que constitui esta experiência e quais elementos a ameaçam é objeto de reflexão neste momento.

3.1 Experiência

Walter Benjamin trata do conceito de experiência em diferentes momentos de sua vida, e em diferentes etapas de sua escrita. Interessa-nos aqui focar em sua construção

elaborada a partir dos textos “Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo” (BENJAMIN, 1994b, p.9-181; BENJAMIN, 2015, p.11-189), “Experiência e pobreza” (BENJAMIN, 1994a, p.114-119; BENJAMIN, 2013a, p.85-90; BENJAMIN, 1986, p.195-198), “O narrador” (BENJAMIN, 1994a, p.197-221) e os excertos contidos na obra “Passagens” (BENJAMIN, 2006).

A elaboração do conceito de experiência que, como a arte de narrar, atualmente se encontra em vias de extinção, parte diretamente da realidade de trabalho de grupos considerados tradicionais, em que o tempo do relógio ainda encontra dificuldades para tornar-se absoluto sobre o tempo da natureza e os sujeitos ainda não foram transformados em autômatos. A primeira distinção que se pode realizar a respeito do conceito de experiência, e que acaba por delineá-lo por contraposição, se trata da concepção de vivência.

3.1.1 Vivência e experiência

Vivência (*Erlebnis*) e experiência (*Erfahrung*), na construção benjaminiana, não são de modo algum excludentes. São complementares na formação do sujeito, na medida em que a vivência busca aquilo que é único e a sensação, ao passo que a experiência busca o sempre-igual, o que se mantém no tempo e resiste a sucessivas gerações (BENJAMIN, 2015, p.210). A vivência é fundamentada pelos momentos em que o sujeito, dedicando sua consciência à percepção imediata do meio e preparado para aparar os choques a que é submetido, se empenha em sentir plenamente o que se passa. Ligada exclusivamente ao desenvolvimento individual, a vivência ganha ênfase quando o sujeito se realiza distante do trabalho. As sensações que preenchem sua consciência são da alçada da vivência: o assombro de um fenômeno, o medo da tempestade, a paixão eufórica e a frustração dão forma à vivência, que carece do ócio para se fundamentar. Não prescinde da existência pública do sujeito para se realizar, pelo contrário: “A vivência é a sensação domesticada, que faz parte do recheio da existência privada” (BENJAMIN, 2015, p.339).

Estando o sujeito atento em aparar os choques que a realidade lhe aplica, tanto mais sua vivência é excitada e alimentada. A consciência e a atenção do sujeito diante de estímulos acabam por incorporá-los ao manancial da vivência. Nas palavras de Benjamin:

> Quanto maior é a participação do fator do choque em cada uma das impressões, tanto mais constante deve ser a presença do consciente no interesse de proteger contra os estímulos; quanto maior for o êxito com que ele operar, tanto menos essas impressões serão incorporadas à experiência, e

> tanto mais corresponderão ao conceito de vivência. (BENJAMIN, 1994b, p.111)

O choque de certo modo define a vivência do sujeito na sociedade capitalista industrial moderna, na medida em que Benjamin aponta-o como forma dominante da sensação, acentuado pelo processo objetivado de trabalho (BENJAMIN, 2015, p.344). A necessidade de permanecer constantemente atento, seja no trabalho fabril, seja na multidão, exige do sujeito o exercício constante de sua consciência no sentido de aparar os choques aos quais é submetido. O operário não é capaz de dedicar-se plenamente ao trabalho, não pode se perder na atividade, sob o risco de perder-se no trato com a máquina, que fere e mutila, incapacita e desmembra. Do mesmo modo na multidão, cada esbarrão, cada choque deve ser aparado, sob o risco do sujeito se perder em seu interior.

A vivência, portanto, distingue-se completamente da experiência devido ao seu caráter de choque. A consciência plenamente excitada na sociedade capitalista industrial moderna, com toda sua sobrecarga de informação, exige que o sujeito esteja plenamente dedicado à sua existência imediata e privada, dispensando seus desdobramentos mediados e públicos. O sujeito se reduz ao que sente em uma sociedade cuja experiência se encontra desvalorizada.

A permanência, sem valor para a vivência que se alimenta de momentos de choque, é imprescindível à experiência. Aquilo que se tem feito por gerações e permanece sendo feito é o substrato de toda experiência, e esta permanência emerge no trabalho que é realizado de forma artesanal, em que não apenas se realiza determinada atividade com um fim, mas se mistura esta atividade com a história do próprio grupo. Quando Benjamin afirma que “a experiência é o que fica do trabalho” (BENJAMIN, 2015, p.335), ele se refere não ao trabalho dentro da concepção de trabalho estranhando, mas o trabalho que se aproxima à concepção existente entre os pescadores artesanais, polivalente, diverso, comunitário e satisfatório, em que sua realização não obedece ao tempo do relógio, mas tem sua própria temporalidade, em que a narrativa é elemento constituinte de sua existência e a atividade congrega, e não isola. O sujeito que trabalha, aqui, está em contato com um trabalho que atravessa gerações, que permanece, que se realiza em seus próprios ritmos e que mantém seu caráter formativo.

> O que distingue a experiência da vivência é o fato de que a primeira não pode ser dissociada da ideia de uma continuidade, de uma sequência. O acento que recai sobre a vivência torna-se tanto mais importante quanto mais seu substrato for independente do trabalho de quem a vivenciou – trabalho que se caracteriza justamente por levar ao conhecimento da experiência, lá onde o outsider chega no máximo a ter uma vivência. (BENJAMIN, 2006, p.841)

A concepção de trabalho que os pescadores artesanais carregam consigo é fundamental para a compreensão da experiência no sentido que Benjamin lhe atribui. A realização deste trabalho que não se dá em separado das vidas dos sujeitos que o experienciam acaba por mergulhá-los em uma totalidade que os plenifica. O caráter formativo da experiência se evidencia com a manutenção desta continuidade, que insere o sujeito em uma tradição. O que, por um lado, se caracteriza como experiência para os "de dentro", constitui vivência para os "de fora" do grupo. A não ser que haja a disposição para tornar-se um membro da comunidade, a prática formativa assume um caráter passageiro ao sujeito que a vivencia. Tal não foi o caso do companheiro de Mariza que, embora não fosse um pescador de dentro da comunidade, foi recebido e transformou toda a sua vivência, por meio do trabalho, em experiência.

Para que este processo tome lugar o sujeito precisa se entregar plenamente à experiência, experienciando de forma plena sua existência. Benjamin associa à experiência a memória involuntária, não subordinada à tutela do intelecto (BENJAMIN, 1994b, p.106). Não disposta a aparar os choques da indústria e da multidão, a memória involuntária marca profundamente o sujeito, o constitui e em última instância, o define: de todas as coisas que diz e faz, o sujeito recorre eminentemente às suas marcas profundas para operar no mundo.

Realizando esta distinção entre memória voluntária e memória involuntária inspirado por Proust em seu "Em busca do tempo perdido", Benjamin analisa a obra do escritor francês, destacando que

> [...] até a tarde, em que o sabor da madeleine o houvesse transportado de volta aos velhos tempos [...], Proust estaria limitado àquilo que lhe proporcionava uma memória sujeita aos apelos da atenção. Esta seria a *mémoire volontaire*, a memória voluntária; e as informações sobre o passado, por ela transmitidas, não guardam nenhum traço dele. [...] Por isso Proust não hesita em afirmar, concludentemente, que o passado encontrar-se-ia "em um objeto material qualquer, fora do âmbito da inteligência e de seu campo de ação. Em qual objeto, isso não sabemos. E é questão de sorte, se nos deparamos com ele antes de morrermos ou se jamais o encontramos". (BENJAMIN, 1994b, p.106)

A memória involuntária não registraria informações ou armazenaria dados quaisquer, ela mantém aquilo que constitui a própria subjetividade do sujeito. Os objetos aos quais ela se vincula, como no caso da madeleine que transportou Proust à sua infância, podem muito bem ser as redes de seu Lica, que carregam a história de gerações inteiras de pescadores artesanais e que transportavam-no direto ao passado quando referidas ou manuseadas, ou a casa de Dona Deia que permanece de pé apenas em suas reminiscências, guardando todo o seu passado e o

de sua família. Estes objetos, que não são simples objetos protocolares que enfeitam um ambiente e dizem tão pouco de seu dono quanto diriam de qualquer outra pessoa, são os objetos biográficos (BOSI, 2006, p.441), que suportam a passagem do tempo junto com seus possuidores e se incorporam à sua vida, representando as experiências vividas. Estes objetos biográficos, por sua natureza mnemônica, são insubstituíveis. Perdidos os lastros, restariam as lembranças.

Fotografia 10 – Seu Lica remendando uma de suas redes.

Fonte: produzida pelo autor.

Ao redor destes objetos se cristaliza a experiência mesma em forma de aura. Pode-se considerar tanto as redes de seu Lica quanto a extinta casa de Dona Deia, enquanto de pé, como objetos inspirados pela aura construída através do trabalho, dotados de um sentido específico para seus respectivos donos e que diziam não apenas suas histórias individuais, mas todas as relações que eles estabeleceram com a comunidade na qual estavam inseridos. Passado individual e passado coletivo se conjugam para formar a experiência, tendo como lastro os objetos biográficos que perfuram o tempo e trazem o passado ao tempo presente. Estas “correspondências” (BENJAMIN, 1994b, p.133), que afloram livremente nos dias de

festa, ligando presente e passado, têm o poder constituído na experiência de estender a vida do sujeito para além de sua corporeidade, conectando a um corpo social que o contempla e o excede, estabelecendo os vínculos comunitários que ligam-no com os seus familiares e vizinhos, com sua espécie e com a natureza.

Em última análise, a experiência precisa fazer sentido para o sujeito que a vive. Na contracorrente de um trabalho abstrato, a experiência tem no trabalho com significado sua condição *sine qua non*, o trabalho no qual o sujeito se realiza e se afirma, e que é domínio dos mais velhos, que com o tempo e com as relações comunitárias e individuais que estabeleceram ao longo de suas vidas. O aprendizado formativo da pesca não apenas instrui o jovem pescador a manusear os apetrechos da pesca, mas o inicia na cultura do grupo. Toda a sabedoria que fundamenta um bom pescador é passado no convívio do trabalho, e o que se transmite nesses ensinamentos é a própria experiência, intergeracional e histórica (ou pré-histórica) que inaugura o grupo de pescadores.

> [...] Tais experiências nos foram transmitidas, de modo benevolente ou ameaçador, à medida que crescíamos [...] Sabia-se exatamente o significado da experiência: ela sempre fora comunicada aos jovens. De forma concisa, com a autoridade da velhice, em provérbios; de forma prolixa, com a sua loquacidade, em histórias; muitas vezes como narrativas de países longínquos, diante da lareira, contadas a filhos e netos. (BENJAMIN, 1994a, p.114)

O caráter formativo da experiência ganha relevância no contato entre velhos e jovens. Sendo que necessariamente a experiência pressupõe a continuidade da narrativa, das histórias contadas, cada ouvinte torna-se um narrador capacitado, uma vez que o que é narrado constitui o sujeito que narra e o que ouve, em uma mesma comunidade de sentido (GAGNEBIN, 2013, p.57). No entanto, com a ascensão da sociedade capitalista industrial moderna, há cada vez menos espaço para a experiência. Poucos ouvidos estão preparados para ouvir a narrativa da experiência, e pouquíssimas relações de trabalho oportunizam o tempo necessário para o florescimento da experiência. Na atualidade, o laço vivência-experiência tende a ser rompido, deixando solitária a vivência, que se isola e se absoluta a em tempos de pobreza de experiência.

3.1.2 Pobreza de experiência

Benjamin, em seu “Experiência e pobreza”, comentando o terror da Grande Guerra que se abatia sobre os combatentes que voltavam do campo de batalha, afirmava: “[...] está

claro que as ações da experiência estão em baixa, e isso numa geração que entre 1914 e 1918 viveu uma das mais terríveis experiências da história" (BENJAMIN, 1994a, p.114). Este breve trecho aponta para o papel cada vez menor que a experiência tem ocupado nas vidas dos sujeitos e grupos na sociedade capitalista industrial moderna inspirada pela ideologia do progresso.

Esta ideologia tem por princípio desqualificar tudo aquilo que permanece, e a experiência, matéria da tradição, tende a ser uma das primeiras vítimas de seu avanço. Tomada por atraso e obsolescência, a experiência, sob a ótica do progresso, aparece como negatividade, causa de fracasso econômico e não adaptação aos ritmos "naturais" do desenvolvimento técnico e econômico. A experiência que permanece na sociedade capitalista é uma experiência corrompida, uma não-experiência, impossível de ser transmitida porque não humaniza,

> [...] porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes. Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano. (BENJAMIN, 1994a, p.115)

O patrimônio cultural acumulado por gerações que empenharam suas vidas e seu trabalho em manter seus costumes e sua tradição começam, a partir da emergência da máquina e do industrialismo, a perder cada vez mais espaço e cada vez mais valor diante dos resultados imediatos, embora profundamente impactantes da economia de mercado. Destituído o valor da experiência, as pessoas tornaram-se pobres, deixando de existir algo que possa ser comunicado de uma geração a outra.

O trabalho objetivado da sociedade capitalista acentua o processo de empobrecimento de experiências intercambiáveis na medida em que o trabalhador torna-se um autômato numa linha de montagem. O estranhamento do trabalho rompe os laços que prendiam o sujeito ao produto de seus esforços, ao outro, a seu gênero, a si próprio e, em definitivo, à natureza. A fragmentação do sujeito impede a transmissão de uma palavra unificadora, e a dissolução da comunidade retira o espaço de reprodução da experiência do seu alcance. "[...] o operário não-especializado é o mais profundamente degradado pelo condicionamento imposto pela máquina. Seu trabalho se torna alheio a qualquer experiência. Nele a prática não serve para nada" (BENJAMIN, 1994a, p.146).

Se o trabalho tem por prerrogativa tornar vivências em experiências, o trabalho estranhado aprisiona o sujeito no isolamento da vivência do choque. A construção da subjetividade perde um elemento fundamental em uma sociedade pobre de experiências na medida em que os sujeitos se apartam do pertencimento histórico a um grupo comunitário. Os rastros são apagados, e a autoria assume um caráter transitório. Tudo o que se passa não toca o sujeito, o tangencia, pois não lhe diz respeito de forma total e ampla. O sujeito se isola em sua vivência privada, passando a viver uma vida focada no interior e individualizada. "[...] As inquietações de nossa vida interior não têm, por natureza, este caráter irremediavelmente privado. Elas só o adquirem depois que se reduziram as chances dos fatos exteriores se integrarem à nossa experiência" (BENJAMIN, 1994b, p.106).

A autoria se esvai justamente no momento em que a narrativa, forma de comunicação por excelência da experiência tradicional, perde importância diante da informação. Esta forma de comunicação, que assume ares de absoluta certeza, tende a sustentar o sujeito, ainda que explique a ele sobre si tão pouco que o impeça de compreender a interdependência existente, por exemplo, entre natureza e trabalho. A pretensão da informação de transmitir o acontecimento em si, esterilizado de qualquer viés, retira de si qualquer traço de autoria. A informação não é mergulhada na vida do sujeito que a comunica, portanto não traz nada dele, não encontra eco algum nas coisas e eventos que o constituíram historicamente. Não há rastros na informação, não são deixadas marcas.

A informação, datada e perecível, exige do interlocutor um esforço para manter-se sempre "bem informado", um processo que o mantém constantemente aparando os choques, consumindo a notícia mais atual, portanto o dado publicado mais recentemente, enquanto a narrativa resiste ao teste do tempo e se mantém sempre significativa enquanto existir a experiência.

> [...] a informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver. (BENJAMIN, 1994a, p.204)

O empobrecimento de experiências e o fenecimento da narrativa se expandem em uma conjuntura em que a comunicação destas experiências perde o sentido, envolvidas em um processo que desqualifica a própria experiência por se basear em um novo modo de viver e produzir que está em descompasso com o progresso, e faz isso por se fundamentar em uma forma de comunicação não esterilizada e não impessoal como é a narrativa. Este modo de

viver e produzir e se comunicar, entabulado pela sociedade capitalista industrial moderna, perde em produtividade, em velocidade e em competitividade se comparado ao modo maquinizo promovido pela ideologia do progresso. Se aprofunda o abismo que separa a vida em ritmo artesanal das comunidades tradicionais e a vida automatizada da sociedade capitalista, atribuindo a pecha de atrasada à primeira e de moderna à última.

Tal é esse abismo que a própria reprodução do grupo por vezes é questionada internamente. A dúvida de Mariza enquanto mãe pescadora a respeito do futuro dos filhos na profissão é sintoma do processo de empobrecimento da experiência tradicional:

> [...] A mãe pescadora, quando ela começa a pensar em ter que ajudar, mas ela sabe que tem os filhos, e que não sabe direito o que fazer. Eu lembro, assim, da minha vida, que eu não sabia direito se eu dava incentivo para os meus filhos pra que continuassem nessa área da pesca, ou se mostrava pra eles que seria bem melhor sair. Mas ao mesmo tempo, como a gente tinha um amor pela pesca, ficava difícil de dizer "tem que deixar", e é uma coisa real, que tem que se deixar cada um seguir o que quer da vida.

E finaliza:

> [...] quando a gente é mãe, começa mais uma preocupação, de estar, de "o que vamos fazer?", o que vai ser o futuro dos filhos com esta profissão que a gente ia vendo se terminando, e que a gente não queria que isso acontecesse. Então vivíamos momentos bem difíceis, bem difíceis.

A dúvida que traz insegurança a Mariza é traço da pobreza de experiência, pois aquilo que constitui e diferencia o grupo de pescadores artesanais, sua experiência, perde valor na sociedade capitalista. Esta pobreza, no entanto, não se restringe a aspectos interiores e subjetivos: é uma pobreza que se manifesta materialmente. Mariza, quando se preocupa com o futuro dos filhos, demonstra de maneira transparente este processo de empobrecimento interno e externo da comunidade, e sua angústia deriva de sua não aceitação em abandonar uma forma de viver e relacionar-se com a natureza e com o trabalho que, sob sua perspectiva, oferecem uma alternativa viável e sustentável às formas hegemônicas da sociedade capitalista.

Toco traz uma visão ampla sobre outras comunidades pesqueiras do interior de São José do Norte a respeito desse empobrecimento da experiência.

> [...] Eu conheço gente das Capivaras, Várzea[27], que abandonaram a pesca pra trabalhar na construção civil. Hoje também muitos voltaram, continuam pescando, alguns fazem até as duas coisas. Então não tem outra opção, tu vai fazer o que? Cursos: que tipo de cursos nós temos? Nenhum. [...] Ninguém dá cursos, ninguém prepara, ainda tão arcaico. [...] Então a pessoa vai fazer o

[27] Comunidades do interior de São José do Norte, dedicadas basicamente à pesca e à cebolicultura.

> que sabe, vai viver daquilo ali, daquela migalha, daquela migalha. Só com esperança em um dia melhor, mas um dia melhor tá difícil.

Por mais que o assédio sobre a forma de produção e reprodução da vida dos pescadores artesanais empurre-os a buscar formas alternativas de sobrevivência fora das atividades tradicionais do grupo, o simples fato de "fazerem o que sabem" aponta para a existência de um tipo de conhecimento que é diverso em forma e conteúdo daquele difundido e valorizado pelo conjunto da sociedade capitalista. A contradição presente no depoimento de Mariza que, ao mesmo tempo compreende a vida do pescador como uma vida de auto realização em sua relação de harmonia e luta com a natureza, também teme pelo futuro da pesca, encontra ressonância na fala de Toco quando ele aponta a saída, o retorno e, por vezes, a conciliação entre pesca e emprego fora da comunidade.

O caráter de arcaísmo denunciado por Toco, associando-o à prática pesqueira, é outro elemento que compõe o contexto de pobreza que a experiência dos pescadores enfrenta hoje. A dependência da atividade pesqueira, imposta pela falta de opções de empregabilidade em um "mercado de trabalho" formal expõe uma realidade na qual a precarização da vida de pescador obriga à dedicação de muita energia e esperança em dias melhores, que se mostram cada vez mais distantes.

A ruptura na cadeia da tradição compromete a transmissão da experiência. Em um contexto de desvalorização, a experiência que fundamenta e constitui o grupo acaba associada com valores defasados e em descompasso com o conjunto da sociedade. Toco expõe isso quando trata da redução das áreas de pesca, que passaram a ser ocupadas por indústrias na Quarta Secção da Barra, em Rio Grande:

> [...] então foi diminuindo as áreas, foi apertando mais, o pessoal também não foi se preparando, o pessoal ficou arcaico, ficou antigo, ficou aquela coisa velha, tu não consegue se sustentar, os jovens que chegam não entendem muito da pesca, que os que saem da pesca saem despreparados, não têm curso pra nada.

Verifica-se que a ideologia do progresso fincou raízes em meio às comunidades pesqueiras e se desenvolve em seu meio, descaracterizando gradual e ininterruptamente a experiência dos pescadores artesanais. A dúvida que se fundamenta, de um lado, na esperança, encontra, do outro, um contexto que desqualifica pela via econômica e cultural o modo de vida tradicional. Esse processo de pauperização da experiência tem como fim o apagamento de todos os rastros deixados (BENJAMIN, 1994a, p.117) pelos sujeitos, a abolição de todos seus vestígios sobre a terra. A construção destes sujeitos como autômatos

não pode abrir mão do trabalho de apagamento de suas raízes para que o projeto de sociedade capitalista industrial moderna tenha sucesso.

> [...] A perda da experiência está ligada à transformação dos seres humanos em autômatos, peças da linha de montagem, sem significado. Os choques da modernidade atingem as pessoas na economia, pela produção em série; na política, pelos golpes de Estado e os autoritarismos; na vida cotidiana, pelos perigos que o homem moderno recebe e devolve, como um autômato no meio da multidão; na arte e na literatura, porque as obras se tornam mercadorias. A extinção progressiva da experiência tira dos homens a história e o vínculo a uma tradição. (KRAMER, 2009, p.292)

O pescador que se torna operário tem enfraquecido, em maior ou menor grau, seu vínculo à tradição dos pescadores artesanais, empobrece buscando fugir justamente da pobreza. A experiência é abandonada, restando apenas a vivência e, em particular na indústria e na multidão, a vivência do choque, que provoca o comportamento reativo de autômatos (LÖWY, 1990, p.194).

Pertence ao discurso e à vida dos pescadores atualmente, em certa medida, a negação ao passado e afirmação das promessas de futuro redimido trazido pela ideologia do progresso. O passado e a tradição são considerados peso morto (MITROVITCH, 2011, p.44), um obstáculo para a realização dessas promessas redentoras e, por isso, precisam ser removidas do caminho. A trajetória linear do progresso exige que os rastros sejam apagados e que os sujeitos sejam tábula-rasa, justamente porque na relação com o passado e com a história, pelo viés de autoridade da experiência, uma autoridade que não precisa de comprovação outra que não a compreensão das potencialidades e limites da tradição, é possível identificar também as limitações inerentes à sociedade capitalista industrial moderna. A proposta de Benjamin, “[...] característica do romantismo revolucionário, é tecer relações dialéticas entre o passado pré-capitalista e o futuro pós-capitalista, a harmonia arcaica e a harmonia utópica, a antiga experiência perdida e a futura experiência liberada” (LÖWY, 1990, p.201).

Não por acaso, aquela experiência apontada como arcaica, pertence à harmonia arcaica referida por Löwy, e embora não pertença a um passado pré-capitalista, pertence a um passado em que as relações capitalistas não mantinham o domínio que mantêm e o desenvolvimento das forças produtivas dentro desse sistema ainda não ameaçava a vida na lagoa. Para realizar este movimento dialético entre passado e futuro é necessário, primeiramente, identificar a experiência dos pescadores artesanais.

3.1.3 A experiência dos pescadores artesanais

A experiência tradicional nas comunidades de pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos tem se construído desde meados do século XIX, com a chegada de imigrantes portugueses, junto aos africanos escravizados e indígenas que habitavam a região e conseguiram permanecer no local, mas lança raízes mais profundas se houver interesse e empenho por parte de pesquisadores em resgatar este histórico[28].

Fotografia 11 – Pescadores lanceando na lagoa.

Fonte: produzida pelo autor.

A transmissão desta experiência tem início cedo na vida dos jovens pescadores, quando ainda estão ocupando as carteiras escolares no ensino fundamental. Não há uma idade definida para que os jovens comecem a ajudar suas famílias nas atividades de pesca, mas costumeiramente entre os dez e os quatorze anos os meninos começam a conviver entre as parelhas de pesca, dando início à sua formação na experiência que compõe o grupo,

[28] Considerando que a experiência é formada pelo que permanece, e considerando os contatos interétnicos estabelecidos em toda a América Latina, é de se supor que existam permanências que não se resumem às trazidas pelos pecadores migrantes da Europa, mas também aquelas originárias dos africanos escravizados e dos indígenas autóctones, servindo de base para a construção de uma experiência crioula da pesca no estuário da Lagoa dos Patos.

aprendendo junto com as técnicas de manuseio de equipamentos, o conhecimento da dinâmica da lagoa, do clima, e da cultura do grupo. Toco descreve seus primeiros contatos com a experiência pesqueira e o conflito que geralmente se estabelece entre a formação na pesca e a educação formal:

> [...] Eu comecei na pesca desde pequeninho, como a gente, todo mundo, pessoal de campanha, abandona a escola com terceira, quarta série, cai com dez, onze anos na pesca. Por registro de documentação desde os quinze anos. Mas antes já pescava, bem antes, sem documentação. [...] Comecei trabalhando com o meu pai, na parelha do meu pai. Até os meus vinte, mais ou menos, eu trabalhei com o meu pai. A partir dos vinte anos, vinte e um em diante, eu comecei a trabalhar por minha conta.

A introdução na experiência pesqueira, além de fazer com que o jovem pescador tenha de optar entre a prática profissional e a educação formal, acaba, justamente por este conflito estabelecido, limitando o acesso à formação. A oferta de educação formal na comunidade do Pontal da Barra se restringia à quarta série do primário (equivalente ao quinto ano do ensino fundamental). A falta de acesso à formação funcionava como um mecanismo duplo para as comunidades pesqueiras, que acabava fortalecendo, em grande medida, a permanência na pesca: por as comunidades estarem voltadas à atividade pesqueira, o poder público oferecia formação mínima aos filhos dos pescadores; por o poder público oferecer uma formação mínima aos jovens, a permanência na pesca era reforçada. Ricardo, que trabalhou como professor durante um tempo alfabetizando as crianças da comunidade pesqueira do Pontal, confirma este quadro:

> [...] Na época era só pescaria, a gente saía da quarta série aqui, o que era o futuro da gente? A pescaria. Que na época que tinha parelhas e mais parelhas aqui, tinha muitos botes, parelhas fortes, parelhas de pescaria no caso. E todo mundo, o futuro do pessoal aqui, que o pessoal pensava, era a pescaria, não tinha outro meio de viver.

O principal meio pelo qual os filhos de pescadores acessavam o conhecimento a respeito do território que ocupam se dava na prática, conhecimento construído ao longo de gerações e testado *in loco*. A introdução no cotidiano de trabalho na pesca abria espaço para a formação através da experiência (MITROVITCH, 2011, p.167), passada através das narrativas ouvidas nos galpões, remendando rede, na praia, durante a manutenção das embarcações, ou nos espaços em que se dava o beneficiamento do pescado (descasque do camarão, filetagem).

O contato entre pais e filhos nos primeiros passos do jovem pescador em sua introdução na pesca é fundamental para a manutenção da experiência. Muitos dos pescadores

artesanais do estuário da Lagoa dos Patos são levados pelos pais a pescar, e as estratégias de convencimento não abriam mão da satisfação de pequenos desejos dos jovens para que se dedicassem à profissão. Mané conta a história da bicicleta Caloi prometida por seu pai ao seu irmão, Miguel:

> [...] Meu pai chegou pro meu irmão mais velho, o Miguelzinho, na Sexta-feira Santa, o pai tinha uma andaina aqui no Diamante, que hoje foi vendida pro seu Fernando, era dez vãos. Meu pai chegou pro Miguelzinho, meu irmão mais velho, e disse pra ele: "Vamo botar a rede hoje? Se eu matar mil quilo eu te dou uma bicicleta Caloi". Ele era pequeno, e ele queria uma Caloi, ele vinha pedindo há horas pro meu pai. "Então hoje tu vai pro mar comigo e nós vamos botar rede", "Tá". Aí eles foram. Chegou no outro dia, o pai veio com novecentos e noventa quilos de camarão, faltou dez quilos pra fechar os mil. Aí o Miguelzinho: "Pô, pai. Por pouco que não ganho a bicicleta, né pai? O senhor disse que se fosse mil quilos ia me dar uma bicicleta". Aí o pai pegou e disse: "Não, meu filho, agora eu vou te dar. Eu falei mil quilos mas a malhada foi boa igual, eu vou te dar a bicicleta". Aí comprou uma Caloi e deu pra ele.

Os mil quilos de camarão que garantiram a Miguel sua primeira bicicleta serviram como estímulo a entrar e permanecer na pesca, e mostraram ao jovem que sua presença entre os proeiros da parelha de seu pai era fundamental para a sobrevivência do grupo. Este episódio é representativo das lições que são dadas através da experiência, como aquele trazido por Walter Benjamin no início de seu "Experiência e pobreza", em que um velho, no leito de morte, diz aos filhos da existência de um tesouro enterrado em meio aos vinhedos que a família cultivava. Os filhos, na busca do tesouro, cavam o vinhedo mas não o encontram. Com a chegada do outono as vinhas da família produzem mais do que quaisquer outras da região. "[...] Só então compreenderam que o pai lhes havia transmitido uma certa experiência: a felicidade não está no ouro, mas no trabalho" (BENJAMIN, 1994a, p.114).

A bicicleta presenteada foi, para o menino Miguel, o tesouro escondido na lagoa, retirada pelas redes recolhidas por seus braços, por seu trabalho. O que para a mente pragmática pode ser entendido como uma compensação pela alienação de seu trabalho, no contexto da experiência é a lição dada que mostra a importância do trabalho para a manutenção da vida e dos costumes do grupo. A bicicleta, que teria naturalmente uma utilização lúdica, também serviria como meio de transporte para Miguel, empregada inclusive em tarefas que lhe exigiriam o deslocamento entre uma comunidade e outra.

Ricardo, como outros pescadores, teve uma introdução precoce no trabalho na pesca:

> [...] Quando tinha dez anos, eu trabalhava na pescaria já. Aos dez anos, no caso, era eu e o meu irmão do meio, o Rinaldo, e eu. O meu irmão mais velho morava com o vô e com a vó. A gente ia pro colégio, chegava em casa

> e o pai às vezes não tinha proeiro na época do camarão, a gente ia pro mar com ele.

Inseparável o aspecto lúdico que o trabalho assume para as crianças na comunidade pesqueira, em que os instrumentos de trabalho dos pais assumem o papel de brinquedos para as crianças. Em outro momento Ricardo já deixou explícita esta ludicidade da pesca, em que ele e o irmão aproveitavam o momento de repouso do pai para usar o bote e ensaiar os primeiros passos na pesca e aprender o básico da operação de equipamentos. Da mesma forma os fios, as boias e as chumbadas deixam de ser objetos de trabalho e assumem a função de brinquedo. Em "Rua de mão única", Benjamin já descrevia o caráter inventivo das crianças, que se apropriam dos materiais com que os adultos produzem a vida para dar-lhes outro sentido.

> [...] A Terra está repleta dos mais incomparáveis objetos da atenção e da ação das crianças. Objetos dos mais específicos. É que as crianças são especialmente inclinadas a buscarem todo local de trabalho onde a atuação sobre as coisas se processa de maneira visível. Sentem-se irresistivelmente atraídas pelos detritos que se originam da construção, do trabalho no jardim ou em casa, da atividade do alfaiate ou do marceneiro. Nesses produtos residuais elas reconhecem o rosto que o mundo das coisas volta exatamente para elas, e somente para elas. Neles, estão menos empenhadas em reproduzir as obras dos adultos do que estabelecer entre os mais diferentes materiais, através daquilo que criam em suas brincadeiras, uma relação nova e incoerente. Com isso as crianças formam o seu próprio mundo de coisas, um pequeno mundo inserido no grande. Dever-se-ia ter sempre em vista as normas desse pequeno mundo quando se deseja criar premeditadamente para as crianças e não se prefere deixar que a própria atividade – com tudo aquilo que é nela requisito e instrumento – encontre por si mesma o caminho até elas. (BENJAMIN, 2009, p.103)

A inventividade infantil, que dá novas combinações e disposições para os objetos do mundo dos adultos, serve de preâmbulo para a experiência formativa na comunidade pesqueira. Por meio da livre combinação de materiais, os filhos dos pescadores vão trilhando seu caminho até a atividade profissional. A brincadeira tem seu espaço na experiência tradicional e traz até as crianças das comunidades os fundamentos materiais para seu trabalho. Aqui se estabelece o ponto de diferenciação da educação formal e a experiência formativa, em que a primeira se empenha na formação de um sujeito genérico para atuar em um mundo fragmentado e indiferenciado, apto ao trabalho abstrato, enquanto que a segunda estabelece o foco em determinada atividade, e guarda em si traços comuns que a inter-relacionam com a vida vivida das comunidades tradicionais. Os jovens pescadores que abandonam o ensino escolar de modo algum encerram seu aprendizado. Este passa a tomar a forma do trabalho,

construído nas relações que se estabelecem entre os membros do grupo em suas vidas comunitárias. Pelo trabalho na pesca, forma-se o pescador.

As atividades que constituem a prática de um pescador, como referido no capítulo 2, caracterizam-se por seu aspecto polivalente. O pescador deve conhecer não apenas a dinâmica da lagoa e dos cardumes, mas a natureza climática, bem como a lida com fios e cordas, redes, a mecânica das embarcações, a fisiologia píscea e sua inserção no mercado. Seu Lica, anteriormente, já havia destacado sua entrada na pesca confeccionando redes a mão com fio Ursa. Mané destaca a complexidade desta tarefa quando aponta que "[...] isso aqui não é pra qualquer um, emendar fardinho, remendar rede, fazer rede, entralhar rede, não é pra qualquer um pescador. Eu sei fazer, graças a deus, tudo isso. O meu pai se aposentou como pescador e eu aprendi com ele".

O aprendizado que passa de pai para filho, mergulhado na vida dos próprios sujeitos envolvidos na vida comunitária, é a expressão da experiência formativa. O domínio de técnicas relacionadas à confecção de redes assegura aos pescadores o senso de autonomia diante da relação harmônica e de luta com a natureza, tanto quanto a propriedade de uma embarcação. Mané explicita isto quando narra o enfrentamento que teve quando seu pertencimento à comunidade pesqueira do Cocuruto foi questionado.

> [...] "[a carteira de pescador] é a minha prova [de pertencimento à comunidade], o que eu tenho tá aí. Agora se alguém tiver mais alguma dúvida, pega uma rede, bota aqui e manda eu remendar, pega uma rede, pede pra mim iniciar a fazer uma rede, pra ir tralhar, pra emendar, aí eu faço. Vão querer dizer pra mim que eu não sou pescador? Eu não sei qual é mais a minha profissão. A senhora [juíza] me desculpa, mas eu já tô chegando num ponto que eu nem sei quem eu sou mais".

A situação dramática pela qual Mané passou quando teve de se defender na justiça da acusação de não ser pescador deixou marcas profundas, e uma briga judicial que o desgastou. Ao mesmo tempo, ela demonstra que a experiência que constitui um pescador não apenas o capacita a realizar uma série de tarefas, mas é um traço indelével de sua identidade enquanto pescador, ao ponto dele questionar quem seria senão um pescador. Toda a experiência que o constitui foi objetada em uma audiência judicial, o que se soma ao contexto de pobreza de experiência. Ao desconsiderar a forma pela qual se dá a formação na pesca, e tomando a atividade da pesca artesanal sob a lógica do trabalho abstrato, a autoridade judicial desqualificou aquilo que torna Mané e outros pescadores e pescadoras sujeitos pertencentes a uma coletividade diferenciada diante da sociedade capitalista, acabando por desqualificá-los enquanto aquilo pelo qual se reconhecem.

Fotografia 12 – Pescadores retornando do lance com tainhas.

Fonte: produzida pelo autor.

A introdução na pesca, embora se dê majoritariamente durante o fim da infância e início da adolescência dos jovens das comunidades, também pode ocorrer durante a fase adulta, com a absorção de cônjuges pelo grupo para incremento de mão de obra, como aconteceu com Mariza, e também com Toco, conforme ele expõe:

> [...] Numa embarcação tu depende de mais dois tripulantes, e a única ajuda que eu tinha foi da minha companheira, da minha esposa, a Salete, que ela sempre trabalhou na remendação, ela sempre me ajudou em todo o serviço marítimo, sempre trabalhou junto ali, independente dela ser agricultora, ela sempre me estendeu a mão.

A inserção de cônjuges na experiência formativa pesqueira aponta para a importância da unidade familiar enquanto célula básica para a pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos. Embora Salete viesse de outro grupo, o dos pequenos agricultores, a necessidade de sobrevivência de sua família fez com que desempenhasse, inclusive, atividades de proeira na parelha de Toco.

A prática que traz aos pescadores um conhecimento empírico que não precisa se basear na comprovação, mas na autoridade construída na sucessão geracional entra em colisão

com o conhecimento científico que se quer hegemônico. O velho, detentor dessa autoridade, é contraposto pela razão dos especialistas, sejam eles especialistas em leis, sejam especialistas em ciências da natureza. A razão científica exclui a autoridade dos velhos, relegando-a ao papel de não-saber, uma não-razão, e isto se inscreve no contexto da dimensão política da crise estrutural do sistema capitalista. Ao esvaziar de significado e relevância o discurso da experiência, constituído na vida em relação íntima de harmonia e luta com a natureza e subsidiado por relações de trabalho concretas, que primam pela produção de valores de uso, a razão instrumental promovida pela ideologia do progresso tem em vista o silenciamento de quaisquer vozes que destoem de seu discurso linear. O apagamento dos rastros que os pescadores têm deixado ao longo de décadas acaba por ser o fim último desse conflito que se estabelece entre a experiência tradicional e a sociedade capitalista industrial moderna.

No entanto, existem iniciativas que objetivaram e objetivam o fortalecimento ecológico, econômico e político de grupos tradicionais e, no caso dos pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos, o trabalho da Pastoral da Pesca tentou promover condições que favorecessem a emancipação das comunidades pesqueiras.

3.1.3.1 O trabalho do Conselho Pastoral dos Pescadores

Mariza, desde a juventude, trabalhou junto à Igreja Católica, envolvida particularmente com os trabalhos de base realizados pelo Conselho Pastoral dos Pescadores, referido por ela como Pastoral da Pesca. Em uma conjuntura de fragmentação e empobrecimento das comunidades pesqueiras diante das transformações operadas a partir da dissolução das grandes parelhas e que se aprofundou com a promulgação da Lei da Pesca e o esvaziamento ocasionado pelo retorno dos catarinas a seu estado para trabalharem nas indústrias pesqueiras que floresceram por lá, se tornou necessária a busca por alternativas que promovessem a pequena produção destas comunidades.

Ainda que o empenho nas atividades da pastoral reduzissem seu tempo disponível para atuar diretamente na produção pesqueira, Mariza avalia que tenha sido muito proveitoso o período em que esteve envolvida com estas atividades. De acordo com ela,

> [...] Isso tava nos trazendo muitos recursos em questão de agregar valor, de aprender cursos, aprender a filetagem, aprender como trabalhar, até mesmo como tá usando a malha que tem que ser usada. Tudo isso foi acontecendo, foi se desenvolvendo, porque a pastoral buscava parceria com todos os órgãos, como a Furg, a Emater, o INSS, pra que eles pudessem se organizar.

O suporte prestado pela Pastoral da Pesca junto às comunidades pesqueiras do estuário da Lagoa dos Patos, longe de representar uma intervenção externa aos moldes do que traziam os atravessadores que promoviam a tecnificação da pesca e a competição entre unidades produtivas, se dedicou a construir junto com as pescadoras e pescadores mecanismos de participação e fortalecimento político, bem como o estímulo à adoção de práticas que visassem o incremento qualitativo da produção, como mencionado por Toco no capítulo 2.

De acordo com Mariza,

> [...] A Pastoral do Pescador começou a formar o Fórum da Lagoa dos Patos[29], foi onde surgiu em debate a maneira da gente conseguir o defeso da pesca na Lagoa dos Patos, que eu acho que isso foi de uma importância enorme pra lagoa, pro pescador, porque daí ele recebe... Claro que muitos reclamaram, porque ele recebe um salário mínimo e eles diziam que muitas vezes tiravam muito mais do que isso mensal pra sustentar suas famílias. Só que também a gente tinha que entender que eles tinham que preservar e cuidar, fazer o defeso da lagoa, pra poder cuidar do que tem, dos recursos que tem, dos filhotes. Então todo esse manejo com o bagre, com a tainha, com a corvina, com o camarão... eu acho que assim, basicamente, foi essas coisas assim, essas parcerias que a gente buscou, a Pastoral da Pesca, e formando associações pra poder organizar os pescadores melhor, que se unissem mais.

A questão do seguro-defeso[30] tornou-se uma necessidade com o aumento do poder de captura das parelhas e após a descaracterização do costume de interromper a pesca durante o período que se estendia do Natal até a Festa de Navegantes, em 2 de fevereiro (BRAVO, 2011, p.70), em que os pescadores se dedicavam ao reparo de embarcações e redes e permitiam a entrada do camarão no estuário, até hoje a pesca mais rentável para a economia pesqueira local. As transformações que se operavam e desconstituíram o costume da interrupção da pesca, motivados basicamente pelo espírito de competição que deu forma à pesca predatória, retirou do próprio grupo o controle sobre a realização da pesca, passando para as mãos do Estado algo que antes era conduzido pelos pescadores baseados em sua tradição.

---

[29] O Fórum da Lagoa dos Patos é uma instituição criada em 1996, a qual integra diferentes setores da pesca e serve de apoio à gestão da pesca artesanal e a sustentabilidade da atividade. Compõem esta instituição 25 entidades representando os pescadores (11), prefeituras (4), órgãos de fiscalização, desenvolvimento do setor e demais setores públicos (5) universidades (2), ONG (1), Marinha e Ministério Público Federal. Cf. COSTA, 2013.

[30] O seguro-defeso é um benefício ao pescador artesanal durante o período em que fica impedido de pescar em razão da necessidade de preservação das espécies. Os períodos de defeso por espécie para a área da Lagoa dos Patos são os seguintes: camarão-rosa, de junho a janeiro; tainha, de junho a setembro; corvina, de março a setembro; bagre, de junho a setembro.

Ao invés de representar uma intervenção que poderia descaracterizar a experiência dos pescadores, ou empobrecê-la, o trabalho da Pastoral da Pesca ofereceu a oportunidade de pescadores e pescadoras do estuário conhecerem outras iniciativas, outras experiências, práticas de outros grupos que ajudassem em sua organização e nas formas de lidar com os problemas que se apresentavam. Mariza continua:

> [...] Em noventa e seis que a gente começou um movimento forte, começamos a vir visitar as comunidades aqui, e a levar, porque a gente levou muitos pescadores pra conhecer outras comunidades pesqueiras, até mesmo em outros estados. Chegamos a este ponto de fazer seminários de pesca, e deles conhecerem a realidade de outros estados que estavam um pouquinho mais avançados, ou aqui mesmo, em alguns lugares que já tavam formando uma cooperativa pra poder, tipo ter um local aonde eles pudessem já, uma coisa maior, chegamos a este ponto de poder estar levando isso, tá conseguindo ter esse intercâmbio assim.

A iniciativa da Pastoral da Pesca, ao colocar em contato as comunidades pesqueiras do estuário da Lagoa dos Patos, e estas com comunidades localizadas fora desta região, passou a formar constelações. A possibilidade de troca de informações, técnicas, estratégias organizativas para resistir ao empobrecimento da experiência e fazer frente à homogeneização cultural empreendida pela ideologia do progresso. De certo modo, o intercâmbio de experiências pertencentes a grupos com dinâmicas, realidades e problemas distintos teve como mérito promover o encontro e a diversificação de posturas na resistência ao apagamento de rastros, muito embora o "cortejo triunfal dos dominantes" (BENJAMIN, 1994a, p.225) busque sempre marchar por sobre os oprimidos.

A experiência, que encontra terreno fértil nos meios artesanais, estabelece a conexão que unifica os oprimidos da história. As formas de compreender a natureza e o trabalho distintas das formas hegemônicas da sociedade capitalista resistem, dentro de suas possibilidades, ao avanço do progresso, e essa experiência, passada de geração a geração através da narrativa, se sedimenta na tradição, que se toma aqui como a tradição dos oprimidos.

3.2 Tradição

Benjamin traz em sua tese VIII "Sobre o conceito de história", que "A tradição dos oprimidos nos ensina que o 'estado de exceção' em que vivemos é na verdade a regra geral", e aponta que "[...] nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção" (BENJAMIN, 1994a, p.226). Com este trecho, é feita a denúncia do *continuum* da opressão da história dos

vencedores, à qual o filósofo alemão opõe a tradição que deriva dos oprimidos, descontínua, composta de momentos ditos “explosivos” diante da interminável sucessão de formas de opressão (LÖWY, 2005, p.122).

A tradição dos oprimidos implica a reabertura do passado pelo ponto de vista da resistência à linearidade histórica, que lhe impõe pontos de ruptura e alimenta as lutas de resistência atuais. Por meio da tradição rememorada, aqueles que resistem encontram nas lutas passadas contra o progresso energias para empreender a sua própria luta.

Tal é a natureza da tradição na concepção benjaminiana, que se presta a “escovar a história a contrapelo”, buscando aquilo que se afasta do cortejo triunfal dos vencedores e se coloca na sua contramão. Cada luta contra a opressão, passada e presente, é um lampejo que constitui uma constelação, nunca definitivamente perdido para a experiência tradicional. Justamente por posicionar-se na contracorrente da história, interrompendo o progresso linear em seus momentos explosivos, a tradição tem de ser relegada ao ostracismo pelos agentes promotores da sociedade capitalista industrial moderna, e cabe inicialmente compreender o que caracteriza esta tradição dos oprimidos na atualidade.

3.2.1 Tradição e tradicional na sociedade capitalista

O trabalho que escapa das determinações do estranhamento capitalista tem o poder de transformar as vivências em experiências, ou seja, aquilo que a princípio marca o sujeito pelo apelo que lhe é feito enquanto indivíduo e que é interpelado pela consciência acaba, inserido em um contexto que não impede a compreensão integral de ser no mundo como o do trabalho concreto, assumindo um caráter coletivo na medida em que o individual entra em contato com os valores, práticas e teorias que fundamentam o grupo. A sucessão de gerações na experiência se sedimenta na forma de tradição, que dispensa quaisquer outras justificativas que não a da autoridade que se constitui exatamente nesta sucessão de gerações.

A tradição se perpetua pela transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares (THOMPSON, 1998, p.18), valendo-se da memória coletiva, involuntária, para sustentar-se. O aprendido da tradição pela experiência não é aparado pela consciência por não ser choque. O sujeito que vive a tradição não se nega – se afirma, se realiza.

Presente em grande medida nos países do sul global, os povos que mantêm a tradição são portadores de uma cultura distinta da norma hegemônica capitalista, têm um conjunto de mitos próprios e estabelecem uma série de relações com o mundo natural distintas daquelas

vigentes na sociedade capitalista industrial moderna (DIEGUES, 2008, p.18). Sociologicamente, se pode afirmar que as culturas tradicionais

> [...] Estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; e também, percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos. (DIEGUES, 2008, p.84)

A fração da natureza à qual estes grupos se associam e com a qual estabelecem suas relações – no caso estudado, de harmonia e luta – representa uma porção importante de seus traços identitários, que acaba condicionando a forma pela qual os sujeitos que pertencem a esses grupos se reconhecem. O íntimo contato com a lagoa e o conhecimento de suas características instituem o ser pescador no estuário da Lagoa dos Patos. Esta fração da natureza, portanto, constituiria o território dos pescadores artesanais, ao qual se busca garantir direito de acesso, controle ou uso dos recursos naturais existentes (DIEGUES, 2008, p.85).

Diegues levanta uma série de elementos que caracterizam culturas e sociedades tradicionais e que se julga relevante reproduzir aqui:

> a) Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
> b) Conhecimentos aprofundados da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração a geração pela oralidade;
> c) Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
> d) Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
> e) Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
> f) Reduzida acumulação de capital;
> g) Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
> h) Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
> i) A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
> j) Fraco poder político, que, em geral, reside com os grupos de poder dos centros urbanos;

> l) Autoidentificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras. (DIEGUES, 2008, p.90)

Objetivamente, o processo de contato e aproximação de agentes do mercado ou do Estado que representam os interesses e valores capitalistas inserem elementos desorganizadores em meio às sociedades tradicionais. Entre os pescadores artesanais da Lagoa dos Patos, pode-se destacar a industrialização da pesca pós-década de 1970 sob o patrocínio da Lei da Pesca, a proliferação de atravessadores adquirindo o pescado direto das comunidades, e o desenvolvimento industrial ao redor do estuário, com seu movimento mais atual no estaleiro da EBR.

Este contato e esta desorganização têm ocasionado um processo de desestruturação da cultura tradicional justamente ao descaracterizar e esvaziar de sentido a experiência. Ao mesmo tempo em que a ideologia do progresso anuncia promessas de um futuro que não se realizam, ela também empobrece a experiência e influencia negativamente a reprodução do grupo. Quando os sujeitos não conseguem vislumbrar a permanência na atividade como uma possibilidade viável, quando elementos externos dificultam a existência do grupo, quando seus modos de viver e produzir sofrem ataques e começam a perder sentido diante da conjuntura social, passamos por um episódio de empobrecimento da experiência.

> [...] O mercado, ao penetrar na comunidade, o faz redefinindo o conjunto de relações sociais, em especial, ao instituir o individualismo e o utilitarismo, o que altera as instituições tradicionalmente construídas para a apropriação e manejo dos recursos pesqueiros. (MARRUL, 2003, p.79)

A introdução do maquinário na pesca, com vistas a uma maior captura e, por consequência, uma maior dedicação a alimentar o mercado, pode ser considerada um dos momentos originais da desqualificação da tradição e da perda da experiência. Em outra pesquisa, realizada com velhos pescadores artesanais que vivenciaram grandes transformações na pesca desde meados da década de 1960 (BRAVO, 2011), foi possível registrar alguns aspectos do saber-fazer artesanal, em que os cardumes eram identificados por um olheiro que os observava de um ponto elevado na beira da praia, a abordagem do cardume era tangencial para evitar sua plena força, capaz de virar um bote a remo e destruir as redes, o reparo de embarcações e apetrechos era feito durante o período que se estendia do Natal à Festa de Navegantes, aguardando a entrada do camarão no estuário. O desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo que exige menos esforço por parte dos pescadores, também transforma o modo pelo qual se compreende a relação com a lagoa: o olheiro foi substituído

pelo ecobatímetro, o motor permitiu um ataque mais direto aos cardumes e o mercado com seu apetite insaciável estimulou a pesca predatória.

Thompson lança as raízes desse processo de transformação pelo qual as sociedades tradicionais vêm passando e aqui se identifica como a pobreza de experiência:

> [...] A revolução industrial e a concomitante revolução demográfica foram o pano de fundo da maior transformação histórica, ao revolucionar as "necessidades" e destruir a autoridade das expectativas baseadas nos costumes. É isso sobretudo o que estabelece a distinção entre o "pré-industrial" ou "tradicional" e o mundo moderno. As gerações sucessivas já não se colocam em posição de aprendizes umas das outras. [...] Essa transformação, essa remodelagem da "necessidade" e essa elevação do limiar das expectativas materiais (juntamente com a desvalorização das satisfações culturais tradicionais), prossegue hoje com pressão irresistível, acelerada em toda parte pelos meios de comunicação universalmente disponíveis. (THOMPSON, 1998 p.22)

A transformação dos sujeitos em autômatos com a forma pela qual a sociedade capitalista industrial moderna produz e se reproduz afasta a experiência de suas vidas, isolando-os na vivência, rompendo os laços que os unem à tradição e aos interesses e valores comunitários. A autoridade da experiência e da tradição entram em choque com a razão científica da modernidade em sua pretensão de se tornar hegemônica. O confronto que se estabelece entre o saber tradicional e o saber científico se dá em detrimento do primeiro, que é deslegitimado por se basear em uma razão empírica, ignorado e desprezado o conhecimento tradicionalmente acumulado. A ideologia do progresso, nivelando todos os grupos pelo grau de satisfação das "necessidades" remodeladas e pelo acúmulo material disponível desqualifica as formações sociais tradicionais por serem menos eficientes nestes quesitos.

O saber tradicional, que compreende os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua na realização de diversas atividades, o manejo das relações estabelecidas com a natureza, as interdições sobre áreas ou épocas do ano para conservação de espécies, é esvaziado de sentido e tratado como uma não-razão. Com isso se constrói a narrativa da desorganização e da inépcia destes grupos tradicionais diante da salvaguarda da natureza e da produção de riquezas com o explícito objetivo de suprimir formas alternativas de relacionar-se com a natureza através do trabalho. Desse confronto entre saberes resulta uma realidade que "[...] além de ameaçar as condições de reprodução social e física das chamadas 'populações tradicionais', expropria seus conhecimentos e saberes, inviabilizando sua reprodução cultural e desestruturando fatores de identidade étnica" (ALMEIDA, 2004, p.42).

A mesma tecnologia que trouxe uma maior produção por unidade de tempo para os grupos tradicionais, no caso dos pescadores artesanais, tornou obsoleta a existência do olheiro, que por meio da experiência passada de geração a geração aprendeu a identificar um cardume se deslocando na lagoa; o ataque tangencial aos cardumes, técnica desenvolvida pelo grupo em um contexto em que as forças da natureza precisavam ser respeitadas pelo bem da vida e da segurança dos pescadores; a suspensão da pesca durante o mês de janeiro para reparos nos apetrechos e embarcações e um momento para reforçar os laços familiares e comunitários, bem como permitir o acesso desobstruído de cardumes ao estuário. Esta obsolescência do saber tradicional pelo desenvolvimento técnico, que traz consigo os valores promovidos pela ideologia do progresso, é sintoma da pobreza de experiência: não existe sabedoria significativa a compor as relações entre velhos e jovens. A tradição perde sentido diante do desenvolvimento técnico, que redunda, em última instância, no pleno esgotamento da natureza por meio da desorganização das sociedades que estabeleciam relações com a natureza distintas daquelas estabelecidas pela sociedade capitalista.

Cabe destacar que o pleno esgotamento da natureza culmina com o desaparecimento de grupos tradicionais que têm por território a área esgotada. No entanto, o caráter em última instância só seria efetivo diante da ausência de resistência por parte do grupo oprimido, o que não é a realidade para o caso estudado. Para a tradição, enquanto houver uma pessoa que lembre, nada está perdido. Por isso as relações que se estabelecem entre memória e tradição importam para que se organize a resistência à tentativa de apagamento feita pela sociedade capitalista.

3.2.2 Memória e tradição

A tradição, tendo como forma preponderante de transmissão a narrativa oral, se fundamenta no recurso à memória para se manter. Benjamin, em “O narrador”, afirma:

> A reminiscência funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração. Ela corresponde à musa épica no sentido mais amplo. [...] Ela tece a rede que em última instância todas as histórias constituem entre si. [...] Em cada um [dos narradores] vive uma Scherazade, que imagina uma nova história em cada passagem que está contando. (BENJAMIN, 1994a, p.211)

O ato de lembrar dá ao sujeito que narra, que nas comunidades tradicionais é o portador da sabedoria, aquele que se utiliza da experiência vivida junto ao grupo para mergulhar nela os jovens que passam por sua iniciação, o material com o qual construir sua

narrativa. Cada lição e cada ensinamento que é transmitido pela oralidade vem carregado com a autoridade de quem experienciou aquilo, seja em primeira mão, tendo vinculado a sua história à história narrada, seja tendo ouvido de outros e incorporado à sua própria história a sabedoria ensinada.

Diferentemente da vivência, que deposita seus registros na memória voluntária, aparando com a consciência os choques que a indústria e a multidão lhe aplicam, a experiência e seu fundo sedimentado, a tradição, registram na memória involuntária todos os seus recursos. É memória trabalhada no tempo e nos ritmos de vida artesanais, sem pressa, preocupada com a coesão geral e não com o fato em si. Memória que se desenvolve no ritmo da costura da rede, da pintura do bote, da filetagem do peixe e do descasque do camarão. Em grande parte, ela unifica uma palavra dita com uma ação feita, e ilustra o trabalho realizado nos galpões das parelhas.

A memória institui o sujeito pela via da tradição, é aquilo que permanece e persevera, que unifica e distingue. Ela traz autenticidade à tradição pois resiste à prova do tempo, não é reprodutível por meios técnicos, não se presta à mercantilização. A reminiscência, este elemento que compõe uma memória completa que vem à tona da consciência quando se narra, é o lampejo fundamental para a construção da narrativa da tradição dos oprimidos. Subsídios para as lutas de resistência do presente, ela traz do passado a energia que fortalece aqueles que lutam para transformar a realidade de opressão e oferecer esperança de um futuro que negue a linearidade do progresso. Benjamin, na tese VI “Sobre o conceito de história”, afirma:

> Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. [...] O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. (BENJAMIN, 1994a, p.224)

O papel revolucionário da memória torna-se essencial para a tradição que se vê ameaçada, e extirpa quaisquer traços de acomodação com o estado das coisas. Nesse sentido, o testemunho de Dona Deia serve tanto como demonstração da devastação que a ideologia do progresso promove, apagando os rastros, quanto a trincheira que é cavada pela reminiscência para resistir a esse apagamento.

3.2.2.1 O desenraizamento da Praia do Norte

O local em que se instalou o estaleiro São José do Norte, da empresa EBR, foi durante várias gerações uma comunidade de pescadores. Os habitantes da Praia do Norte tiveram de ser removidos do local para que a planta do estaleiro pudesse ser construída, e ao desterritorializar os pescadores tomou curso um processo abrupto de fragmentação da comunidade seguido do apagamento de seus rastros materiais: as casas e galpões dos pescadores e a praia foram destruídos.

Dona Deia foi uma das pessoas removidas de sua casa e, ao mesmo tempo em que narra sua história profundamente alijada de quaisquer laços materiais, resiste com todas as suas energias à tentativa de apagamento a que se dedicaram os representantes do capital no local. Sua história na Praia do Norte tem início há mais de meio século atrás.

> Morava ali desde o meu casamento, meu filho. Casei-me aqui, meus pais moravam aqui, aí eu me casei em casa, foi tudo em casa. Foi casamento lindo. Aí a casa já tava pronta, porque ele [o marido] fez casa antes de nós casar, teve dois anos pronta a casa aqui. Quando eu me casei vim direto pra casa, foi dali pra aqui. Tive os filhos tudo, sou mãe de seis filhos, e criei ainda uma neta, tudo ali, tudo pescando, ele pescando, os filhos pescando. De repente surge isso aí, com essa idade toda, o que você acha? Sem nunca se mexer pra lado nenhum...

Embora Dona Deia já fosse moradora da Praia do Norte enquanto vivia na casa dos pais quando solteira, a formação de um novo núcleo familiar, inserido na tradição da pesca, foi um marco em sua história de vida. O marido e os filhos pescadores, o comércio que atendia aos pescadores das parelhas, com suas portas de frente para a praia, construíram uma série de reminiscências que a tornam uma parte significativa para a comunidade pesqueira da Praia do Norte e Cocuruto.

O enraizamento, o estabelecimento de uma identidade vinculada a uma tradição tem relevância para as pessoas implicadas em um processo de desterritorialização.

> [...] Saí da casa dos meus pais para aqui. Você tá vendo, da casa dos meus pais para ali, dali agora para aqui. [...] A gente sabe que aqui, isso aqui, é coisa material, mas a gente se enraíza ali naquele ali né? E a gente sabe que aqui tudo fica. Mas por causa dos filhos mesmo que eu tenho mais coisa. E tu vê que eu podia, com o dinheiro aquele que eu peguei de quinhentos mil, pegar e ir pro Norte, ir pra outro lugar, ficar tranquila, mas não, eu tenho os filhos pescando aqui, como é que eu vou deixar os filhos?

Dona Deia enfrentou um processo violento de ruptura com sua comunidade. Ao mesmo tempo em que tudo o que lhe era familiar na paisagem, a praia, as casas, a vegetação, cursos d'água e dunas, se dissolveu com a chegada do estaleiro, as pessoas com quem havia há meio século construído suas memórias, sua experiência e suas vivências, foram dispersadas

pela chegada do empreendimento. A expressão que ela utiliza para se referir a seu vínculo com a comunidade – enraizamento – sintetiza de forma muito certeira todo o processo pelo qual os moradores da Praia do Norte passaram: raízes que têm sido cultivadas, alimentadas, nutridas por gerações em vidas de experiência e tradição foram repentinamente arrancadas para dar lugar àquilo que se prometia como redenção e fortuna. Dona Deia, no entanto, continua resistindo. Suas raízes não ficaram expostas no ar, foram enterradas próximo à comunidade não por qualquer motivo que não sua contrariedade em aceitar a pobreza de experiência que lhe foi imposta pelos representantes do estaleiro.

A permanência nas adjacências da Praia do Norte é uma demonstração de resistência, um esforço que é feito para assegurar aos filhos pescadores que perderam acesso à praia condições mínimas para que possam se manter em atividade. Mas não apenas os filhos tomam a referência de Dona Deia como resistência.

> [...] Tem um rapaz que tem um barquinho lá pra fora, era meu vizinho ali, ele e a esposa dele, volta e meia eles vêm aqui: "Ah, Dona Deia, ainda bem que a senhora ficou aqui pra nós vir aqui, que saudade dali", todo chorando, ele chorava e ela chorava que nem criança. Quando pegaram a derrubar as casas ali, ela chorava: "Dona Deia, que pena que eu tenho que deixar a senhora aqui". "Não, eu não, é a colocação de vocês que vão perder, e a nossa aqui também".

O sentimento de perda que o desenraizamento causa encontra algum consolo no exemplo de Dona Deia. A saudade, a nostalgia, no entanto, marcam tanto ou tão mais quanto sua abnegação em recusar-se a entregar sua experiência e a de sua comunidade por qualquer quantidade de dinheiro que a empresa tenha a oferecer.

> [...] A nossa casinha, que era de madeira, era de madeira caída, tinha quebrado, e eu entrei pelo banco e tirei empréstimo de material pra fazer, pela pensão que ele [o marido] me deixou, salariozinho, mas eu conversei com esse gerente e ele me deu o valor da casa pra mim pagar descontando por mês, mas eu fiz a casa. Quando a casa tava prontinha, tu precisava ver a casa que ficou, entra esse aí e me derruba a casa. Diz o chefão assim pra mim: "Olha, quando a senhora sair dali, não olha mais pra trás". Eu digo: "Por quê?" "Não, porque pode a senhora se emocionar". Não ia me emocionar?! Saber que eu tinha uma casinha de madeira caída, consegui fazer uma e... acabou.

O processo de desenraizamento se mostra duplamente dramático: ao mesmo tempo em que é rompido o vínculo à comunidade através da desterritorialização, se busca apagar a memória pela destruição do lastro material que subsidia a reminiscência. A recomendação para que Dona Deia não testemunhasse a destruição da casa foi redundante: ela tinha plena consciência de que suas raízes restariam expostas a despeito do que visse.

A dor causada pela remoção de sua comunidade acometeu outros vizinhos e, embora Dona Deia hoje tenha oitenta e cinco anos de idade, para os velhos a ruptura é muito pior.

> [...] Ali morreu gente que tiraram dali, pegaram depressão, e morreram. Um morreu ali, a mulher morreu ali, e só dizia: "Que eu vou fazer da minha vida?" Morreu, coitadinho. Se deitou, deu aquele negócio, como é... da depressão, e o outro saiu, antes de uma semana morreu lá no Norte, meu vizinho de frente assim, morreu. Coitadinho. Foi embora chorando, a mulher chorando, e ela dizia pra ele: "Não chora, marido. Não chora". E ele, coitado, morreu. Ele não comia mais. "O que eu vou fazer? Setenta, quase oitenta anos naquele lugar. Pra onde eu vou?" Pescador. Morreu, tinha setenta e oito anos.

A forma da expulsão talvez seja a mais violenta e mais dramática dentre as estratégias de empobrecimento da experiência. Para os mais velhos, tendo de "[...] partir para a frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco, sem olhar nem para a direita nem para a esquerda" (BENJAMIN, 1994a, p.116), este processo pode levar ao caminho do apagamento não apenas identitário ou da memória, mas do próprio corpo físico. A resistência de Dona Deia, que para os interlocutores do estaleiro pode parecer teimosia ou insistência em manter um modo de vida que está fadado ao desaparecimento, para os pescadores que se mantiveram, como seus filhos, na região e para aqueles que buscam seu comércio para resgatar na memória as imagens que as constituíram, serve de referência para a luta contra a perda ou morte da experiência. A luta diária de Dona Deia é um destes lampejos que, iluminados pela tradição, compõem a resistência ao nivelamento operado pela ideologia do progresso. E em meio a recuos e permanências, a tradição da pesca vai sobrevivendo como pode.

3.2.3 A tradição das comunidades pesqueiras

Pesca artesanal e pesca tradicional são termos que coincidem no léxico pesqueiro, e o tradicional deriva da tradição que se constitui da sedimentação da experiência que atravessa gerações e busca manter sua essência tanto quanto lhe permita a necessidade de sobreviver em uma sociedade que busca homogeneizar as formas de relação com a natureza pelo trabalho. Passada adiante pela oralidade, a tradição se reproduz nas próprias relações produtivas da comunidade, em que as formas pelas quais os pescadores se relacionam com a lagoa são reatualizadas diante das transformações que são impostas à natureza por iniciativas mais impactantes, geralmente de grandes empreendimentos como o porto de Rio Grande, o polo naval e industrial, o estaleiro da EBR e a possibilidade de uma planta de mineração no interior

de São José do Norte; mas também a exploração intensiva realizada pela frota pesqueira oceânica, que afeta diretamente o acesso de cardumes ao estuário da Lagoa dos Patos, e a descarga de águas contaminadas com agrotóxicos das granjas no entorno da Lagoa dos Patos (BRAVO, 2011, p.74-79).

O progresso, inevitável e irresistível na sociedade capitalista, tem feito sentir seu peso sobre as comunidades pesqueiras do estuário da Lagoa dos Patos, desorganizando suas formas de produzir e se reproduzir, desestruturando sua tradição e esvaziando de sentido sua experiência. O recurso à memória, que guarda as imagens de um período em que as coisas eram diferentes do que são hoje, serve de amparo para a subjetividade que se vê submetida a um processo de empobrecimento e privação da experiência. Estas reminiscências, que lampejam com a energia que alimenta a resistência, compõem a constelação que ilumina a luta que os pescadores artesanais empreendem para manter viva sua tradição.

A memória do trabalho realizado de forma coletiva trazida por Toco ilustra o processo de fragmentação pelo qual passam as comunidades pesqueiras da atualidade.

> Antes a gente compartilhava o serviço. Tu ia puxar uma embarcação, ia todo mundo junto. Puxava aquela [embarcação], puxava duas, três, quatro embarcações encarreiradas, todo mundo participava. [...] Até pra pintar uma embarcação, antigamente... eu cansei de fazer isso, de juntar dois ou três e pintar o bote do fulano, depois ir lá e pintar o meu, e assim por diante. Cansamos de fazer. Ajudar, porque todo pescador não pode ser só pescador. Ele tem que entender um pouquinho de cada coisa pra poder se safar: mecânica, tem que saber um pouquinho, porque dando uma zebra no motor, não sendo muito grande, tu faz. Aí o fulano: “Meu amigo lá não sabe fazer mas eu sei, eu vou lá e ajudo ele, ele compra as peças e eu troco”. Era uma troca de favores.

Esses laços de solidariedade que reforçam o vínculo de pertencimento ao grupo também são destacados por Mariza:

> Um pescador jamais deixaria um outro pifado, como eles dizem, pifou o motor, e tá lá e às vezes tá noite, chegou a noite, a madrugada, ninguém deixa. Ele tá lá, às vezes a embarcação dele é menor, mas ele tá puxando, ele vem, vai chegar bem mais tarde, mas ia puxar aquela embarcação, dar um cabo e trazer até a comunidade.

O trabalho realizado em regime de mutirão e a preocupação com a segurança de outros pescadores compunham a tradição das comunidades do estuário. A troca de favores mantinha a comunidade unida, para além de laços familiares. O enfraquecimento do espírito de coletividade e a ascensão de valores e práticas individualistas têm alterado a unidade

comunitária, instaurando a lógica da competitividade em meio aos pescadores. Dando prosseguimento ao seu relato, Toco destaca que

> [...] Duns anos pra cá teve uma grande reviravolta, uma reviravolta grande [...] Não foi pelas obras do estaleiro, porque até antes disso já começou, devido acho que, sei eu, o pessoal não tem mais aquela coisa de grupo. Terminou aquela coisa de grupo, sabe, e isso tanto o Cocuruto quanto o Pontal, é uma família só, bem dizer, porque são tudo parentes. Então vem buscando de São José do Norte pra cá, todos eles têm vínculos uns com os outros, de familiares. Então não sei o que houve, essa coisa de família foi se desfazendo, foi se desfazendo a união, a pesca foi decaindo também, e alguns foram se debandando pra um lado, outros pra outro, então essa coisa acho que terminou.

A decadência dos torneios de futebol amador, que representavam um momento de congregação entre comunidades, é um sintoma da crise dos laços de solidariedade que uniam pessoas, famílias e grupos. Ainda de acordo com Toco,

> O futebol era o único local, aquele momento, aquele dia, de lazer que a turma tinha. Era ir pro futebol. Chegava lá, se unia todo mundo. Pessoas de localidades que tu passava meses sem ver, tu via naquele dia, trocava ideia, conversava. Era uma coisa. Hoje não existe mais futebol. Futebol no município terminou. Como tudo, a própria união, e como eu tava dizendo, a união em grupo, em família, em localidade, se terminou. O futebol foi o primeiro a começar a terminar [...] E isso era o único lazer que a turma tinha, da minha época de guri, era o que tinha. “Pô, vai ter futebol”, “Show de bola”. Todo mundo corria pra lá.

A decadência e fragmentação da comunidade têm repercussões na prática da pesca, e esta é a forma concreta da desorganização da tradição. A comunidade, que outrora era formada pela conjunção de famílias, em que laços matrimoniais e de compadrio ampliavam o grupo e aumentavam as perspectivas de sucesso econômico da comunidade. Na atualidade, em relação com as consequências herdadas das transformações ocorridas a partir da implementação da Lei da Pesca no estuário, a comunidade pesqueira tem entrado em um processo de rápida dissolução, em que a família estendida passa a dar lugar à família nuclear, e a pesca se torna cada vez mais uma atividade precarizada. Esta realidade de decadência de alguma forma se ajusta com a realidade de enraizamento dos pescadores, formando um quadro em que os sujeitos envolvidos na atividade pesqueira ficam divididos entre a tradição e sua negação na sociedade capitalista industrial moderna. Toco segue nesse sentido:

> A raiz desse pessoal tá ali, na pesca. Então tudo que tu não conseguiu, tu deu zebra lá, as coisas não deram certo, aonde tu vai voltar? Pras tuas raízes, aquilo que tu sabe fazer de melhor, é pescar, então tu volta pra pesca. Só que a pesca hoje, pra nós, virou assim, como vou te dizer, num aperto é a única salvação. Não é pra tu ganhar dinheiro. É pra te manter. É pra te sustentar.

> Pra comer, bem dizer. [...] Pesca é exclusivamente pra tu comer e se vestir, manter o que tu tens. [...] Acredito eu que muitas dessas comunidades aí continuam na pesca por falta de opções.

A conciliação da tradição da pesca em uma sociedade em que a tradição se desvanece se mostra na contramão de qualquer esperança sensata aos olhos de Toco. A perspectiva pessimista a respeito do futuro da pesca é preponderante, dados todos os ataques que os pescadores artesanais vêm sofrendo ao longo das últimas décadas. Como um último recurso, a pesca tem sido relegada a um segundo plano como estratégia de sobrevivência, conseguindo garantir minimamente a subsistência dos sujeitos envolvidos em sua prática.

Esta condição de precarização, que alimenta a competitividade entre os pescadores em um clima de confronto de todos contra todos, tônica da ideologia do progresso, dissolve os laços de solidariedade grupal e isola os sujeitos, tendo consequências deletérias para a manutenção da tradição. Quando a pesca se torna secundária para uma comunidade pesqueira, se tem noção do grau de empobrecimento material e espiritual pelo qual ela passa.

No entanto, por mais empobrecida que a experiência possa estar se tornando nas comunidades pesqueiras, ainda se vê os jovens em contato com os velhos aprendendo deles as velhas histórias e mantendo viva a fagulha da tradição. Ainda que esteja se tornando, de acordo com Toco, atividade de subsistência, há o enraizamento dos pescadores, o que pode ser interpretado como uma permanência da tradição a despeito das adversidades impostas às comunidades. A formação na pesca, o contato com a experiência e a tradição não desapareceram de todo, muito embora continuar na pesca seja um desafio diário a todos pescadores e pescadoras: a pesca predatória no oceano, a disputa injusta por territórios, o embate com o autoritarismo de agentes fiscalizadores.

Mariza realiza uma outra leitura a respeito da desunião dos pescadores artesanais, oferecendo um contraponto ao que Toco coloca:

> [...] Às vezes, nas reuniões do Fórum da Lagoa, alguns pescadores diziam: "Ah, mas o pescador é tão desunido". Eles costumam até hoje às vezes usar esse termo. Eu sempre fui em defesa disto, eu sempre disse: "Eu nunca achei o pescador desunido". Ele existe, claro, ele tem aquela hora que ele sai pra pescar e que ele tá ali no bote dele, e ele vai lancear, e ele tá em função do que é dele. Mas quando eles tão em terra, eu sempre achei muito lindo.

E é novamente no recurso às lembranças de períodos que precederam o início da dissolução dos laços comunitários que Mariza busca as referências para subsidiar sua posição:

> [...] Hoje em dia existem esses estaleiros mas não existia há um tempo atrás. Eram todos que se uniam pra puxar as embarcações pra ajudar o pescador. Ajudar a um, vinham todos ajudar aquele, e assim iam, uns ajudando os

> outros. Eles ajudavam pra fazer as andainas pro camarão, tinha um dia que tiravam pra... "Hoje vamos fazer as andainas de fulano", aí juntavam duas parelhas, porque às vezes tinha que ter mais botes pra eles usarem um motorzinho e cravar os calão pra fazer as andainas, e era uma união de pescadores, de parelhas, parelhas pequenas já, que a gente fala parelha, parelha enorme que era, mas hoje em dia são pequenas, de uma embarcação. Inclusive quando eu já tava casada meu marido sempre teve uma embarcação só, e os outros amigos nossos também, eles se uniam pra fazer as andainas, eles se uniam pra puxarem as embarcações pra cuidarem delas, alguns sabem mexer num motor, outros não sabem, então aquele que sabe ia lá, aquele que sabia fazer uma rede de saco, e até mesmo a rede que era proibida, a rede de arrasto, a prancha, o outro ajudava. Então eu às vezes dizia: "Não falem que são desunidos, porque a gente vê muita união aí".

A reminiscência que funda a cadeia da tradição e responde ao estímulo do presente buscando no passado da comunidade o subsídio para lidar com os problemas atuais, do mesmo modo que compreende a necessária existência de uma coesão mínima para a permanência do grupo, também identifica a invasão do território da comunidade e a interdição da prática pesqueira. Mané traz da memória o pesqueiro que existia nos destroços do navio *Avanti* e como esta fração do território foi subtraída das comunidades pesqueiras:

> [...] Como o pessoal lanceava ali mesmo [nos destroços do *Avanti*], a tainha, na época do rebojo mesmo, a boia deles passava arrastando quase o barranco ali, hoje já não pode, tem ferros, tem boia, ficou uma coisa assim, muito no ar a respeito disso aí [...] Na minha opinião prejudicou demais. [...] Ali o pessoal dava lances e matava bastante peixe, que era perto do *Avanti*, onde a profundidade é um pouquinho maior. Então quer dizer, tudo aquilo ali já parou.

O processo de empobrecimento da experiência e dissolução dos laços comunitários denunciado por Toco encontra sua contraparte na postura de Mariza diante das acusações de desunião dos pescadores. Embora ela recorra às reminiscências de um período distante algumas décadas da atualidade, sua crítica serve para compreender que as comunidades pesqueiras continuam em um processo de produção e reprodução da vida. Afinal, se hoje os pescadores artesanais vivem em uma condição de precarização de suas atividades, de algum modo estas são aprendidas e realizadas.

E a permanência da tradição importa na medida em que, por sua própria natureza, ela se coloca na contracorrente de uma forma de produzir e reproduzir-se que acaba, em última instância, por destruir as duas principais riquezas da humanidade: a natureza e o trabalho. Ao compreendê-las de modo diverso da visão hegemônica da sociedade capitalista industrial moderna, as comunidades tradicionais, em específico as comunidades pesqueiras do estuário da Lagoa dos Patos, oferecem alternativas à tempestade do progresso que amontoa escombro

sobre escombro. Essas alternativas, entre os grupos tradicionais, se manifestam sob a forma de sabedoria.

3.3 Sabedoria

Walter Benjamin, quando desenvolveu seu ensaio "O narrador", em que trata da extinção da narrativa na sociedade da informação e a decadência da experiência na modernidade, trata da sabedoria inerente aos grupos tradicionais.

> [...] Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada. Para obter essa sugestão, é necessário primeiro saber narrar a história (sem contar que um homem só é receptivo a um conselho na medida em que verbaliza a sua situação). O conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria. A arte de narrar está definhando porque a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção.

A visão de Benjamin, melancólica e pessimista, encontra eco entre os pescadores artesanais, que veem a tradição herdada de seus antepassados se aprofundar em colapso safra após safra, pondo em dúvida a validade de encaminhar os filhos na formação tradicional do grupo, questionando a possibilidade de sobreviver na atividade, enfrentando diversos tipos de adversidades, desde impactos ambientais de outras atividades que se dão na lagoa e no oceano, até o assédio que sofrem por parte de agentes do mercado e do Estado.

Por outro lado, o pessimismo de Benjamin é organizado, e isto também encontra eco entre os pescadores, seja na determinação em resistir a todas adversidades e construir um caminho que tome por base a tradição e a experiência da pesca, seja no enraizamento que se nega a deitar armas e sempre oferece àqueles que buscam outras alternativas um local para o qual voltar se nada mais der certo. Esta possibilidade de retorno demonstra que apesar de todas as dúvidas e questionamentos, os jovens continuam em certa medida entrando em contato com a experiência da pesca.

A forma pela qual os velhos se utilizam para comunicar aos jovens a experiência construída e transmitida por gerações é a sabedoria. "[...] O conhecer do velho pescador se traduz pela sabedoria, algo distinto do saber-fazer. A sabedoria não diz respeito ao manuseio de um apetrecho de pesca, mas onde e quando utilizá-lo" (DIEGUES, 1983, p.195).

Colocados em relação, velho e jovem comungam do interesse convergente de manter a narrativa em curso, e nessa relação coroada pela oralidade, o velho é sábio pois soube não

apenas “[...] acolher a experiência viva da tradição como também transmiti-la, comunicá-la” (PEREIRA, 2006, p.71).

De cada uma das narrativas colhidas nesta pesquisa se pôde observar o substrato que compõe a experiência no sentido que lhe atribui Benjamin, qual seja a sabedoria acumulada historicamente, cuja abertura para intervenção do passado no presente estabelece uma correspondência e torna o tempo do agora um momento explosivo. No recurso ao passado e à história do grupo vicejam as referências para a solução dos problemas que se apresentam na atualidade.

Este momento de superação das condicionantes que obstaculizam a plena realização das comunidades tradicionais representa, em última instância, a superação da sociedade pautada na lógica capitalista industrial moderna e na ideologia do progresso. O tempo homogêneo e vazio do progresso se desfaz diante dos momentos explosivos da tradição dos oprimidos, ao mesmo tempo em que busca uniformizar de forma linear todas as distintas caminhadas de diferentes grupos humanos, portadores de diferentes culturas, diversas formas de organizar as relações que mantêm entre si e com a natureza.

Considerando que a experiência é o que permanece, sabedoria acumulada, as gerações atuais de grupos tradicionais são herdeiras das gerações anteriores, e sua herança, sua sabedoria, lhes foi legada por herdeiros de outras gerações. Essa cadeia da tradição, em conjunto, forma uma constelação que inspira a vida e o trabalho na experiência, tomando de fontes tão diversas quanto a tradição dos oprimidos reunidos na América Latina, povos autóctones, africanos e europeus. Essa constelação ilumina a luta contra o nivelamento empreendido pela sociedade capitalista.

A sabedoria presente nas palavras de Dona Deia, que por mais que mostre uma postura de resignação e impotência diante de um adversário infinitamente mais forte, que conta com o suporte do Estado para atingir seus objetivos quando ameaça: “[...] ‘Se a senhora não sair, vai ser a senhora e a justiça. Vai ser a senhora, a justiça e a EBR’”, resiste de forma exemplar e oferece aos outros moradores da comunidade uma referência para organizarem seu pessimismo. Sua preocupação em se manter na área adjacente ao estaleiro, onde antigamente se localizava a comunidade da Praia do Norte, não se deve a questões individuais apenas, mas a questões coletivas, que transcendem os limites de sua família. Dona Deia é uma referência comunitária, uma das guardiãs da sabedoria do grupo, muito embora os traumas que tenha sofrido dificultem sua transmissão sem riscos para ela. Os últimos tempos foram de experiências que não são comunicáveis sem dor. A cada depoimento esta dor emergia sob a forma de frases do tipo: “Como é que eu vou ficar assim?”, “A quem eu vou reclamar?”, “Não

tenho nada a fazer", "Eu saí bem magoada de lá", "E é isso, meu filho, que eu tenho a te dizer". Feridas abertas por um processo de empobrecimento da experiência abrupto e violento compartilhado pelas comunidades que historicamente têm visto seu modo de vida ser fragmentado pelo progresso.

A estratégia que se tem construído para superar esta pobreza atual propõe a interrupção da linearidade do progresso que tem desestruturado as comunidades pesqueiras e se volta para a experiência, para a tradição e sua sabedoria subjacente em busca de alternativas para o estado de coisas que tem levado à fragmentação da comunidade. A memória se torna, nesse sentido, uma arma para a luta de resistência, por mais que as reminiscências sempre façam lembrar do que foi e do que é, do passado difícil porém digno, e do que se tem sofrido no presente. A busca da sabedoria do passado para constituir um futuro melhor, inserida no que se denominou romantismo revolucionário, guarda energias que podem estar disponíveis à Educação Ambiental na construção de uma sociedade socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Capítulo 4

TIERRA QUEBRADA
Diego Enrique Perez

Viento del norte
que abrazas mi luna distante
Tierra quebrada
transitar de los pies cansados.

Fondo del alma
son tus ojos claros
poema y luz
Y del rocío se formó tu canto y el mio.

Una canción no es canción
si no hay con quien compartirla.
Y una ilusión no es ilusión
morada es camino y guía.

De tus corrales
vi salir viejas tempestades
amanecido fue tu corazón con el mío
Dame coraje para resistir
la tormenta y
que del rocío se formen tu canto y el mío

Una canción no es canción
si no hay con quien compartirla.
Y una ilusión no es ilusión
memoria es camino y guía.

Madres y Abuelas caminaron con sus pañuelos
Plaza de Mayo lloraste por los que se fueron
pasos cansados, grito memorioso rueda sin fin
y en el rocío se fundió tu llanto y el mío

Una canción no es canción
si no hay con quien compartirla.
Y una razón no es razón
si es sangre, bala y herida

4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A realidade de crise estrutural da sociedade capitalista, que se manifesta através de suas três dimensões: ecológica, econômica e política, e se mantém e reproduz levada pelos ventos de tempestade da ideologia do progresso, exige uma interrupção, pelo bem da vida humana e não-humana no planeta. A necessidade de impor limites à intervenção humana inspirada pelos valores da sociedade capitalista industrial moderna, que se pauta na destruição das duas maiores riquezas da humanidade: a natureza e o trabalho, ascende ao primeiro plano das ações humanas para a garantia da vida digna. Uma das ferramentas com as quais se pode contar para "acionar os freios de emergência" do avanço do progresso é a Educação Ambiental, processo político e pedagógico que se dedica à construção de uma subjetividade interessada na defesa e conservação da vida no planeta.

Tomada como atividade integrante da cultura humana, a educação é entendida aqui como trabalho "[...] voltado para a aquisição/produção do conhecimento, pela práxis e no movimento de constituir-se humano" (LOUREIRO e FRANCO, 2014, p.157), e a Educação Ambiental estaria preocupada, particularmente, com a aquisição e produção de conhecimentos concernentes às relações que os seres humanos estabelecem entre si e com a natureza, visando a promoção de condições de vida dignas para todos. Em uma sociedade marcada pela ruptura metabólica nas trocas realizadas com a natureza, mais do que em qualquer outro momento da história, é necessário produzir uma consciência integrada e integradora, preocupada com a reconexão entre ser humano e natureza.

A compreensão de que o gênero humano encontra-se fora da natureza e de que a natureza é uma externalidade à forma pela qual se produz e se reproduz a vida no sistema capitalista (LEFF, 2002, p.128), aprofundada pela ideologia do progresso, deve ser desconstruída para dar lugar a uma outra compreensão das relações que o ser humano estabelece com a natureza, em que ambos sejam concebidos como natureza e em que não existam externalidades à forma pela qual os humanos produzam e reproduzam a vida. Enfim, que se compreenda a técnica que medeia o contato humano com a natureza não mais como dominação desta natureza, mas volte, na condição de criação humana, a estabelecer o controle e os limites da intervenção humana na natureza (BENJAMIN, 1995, p.69).

Dominada esta relação pelos princípios da defesa incondicional da vida humana e não-humana, pela sustentabilidade ambiental e pela justiça social, se reuniria as condições necessárias para superar as contradições estruturais da sociedade capitalista, e estaria em curso o processo de construção de um modelo alternativo de sociedade. Os esforços que a

Educação Ambiental realiza vão ao encontro justamente dessa construção do "outro mundo possível", preocupada em promover em todos os espaços as condições para fortalecer a participação ativa de sujeitos e grupos na melhoria das relações com a natureza, a autonomia de grupos sociais na construção de alternativas de organização econômica, social e política que estejam afinadas com a sustentação da vida, o amplo direito à informação como condição para a realização política de sujeitos, e a problematização da realidade estabelecida nas relações entre seres humanos e natureza.

Deve-se, no entanto, especificar a qual práxis educativa se inscreve esta proposta de Educação Ambiental, vista a diversidade teórica existente em seu campo. Buscando se afastar de uma Educação Ambiental "homogênea e vazia", que possa estar em consonância com a ideologia do progresso, se realiza um recorte epistemológico que estabelece algumas diretrizes que orientam a Educação Ambiental a cumprir seus objetivos de forma explícita e competente.

4.1 Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória

Considerando que o debate ambiental e a Educação Ambiental são eminentemente políticos por seu enfoque na emancipação e na transformação social, cabe realizar o acréscimo de denominações a fim de especificar que vertente da Educação Ambiental se mostra mais adequada para construir junto a sujeitos e grupos os instrumentos que permitam-lhes operar o movimento de superação da sociedade capitalista industrial moderna e projetar as linhas gerais de um outro mundo possível, dialetizando a denúncia e o anúncio (FREIRE, 2010, p.92).

A Educação Ambiental que se defende e promove nesta pesquisa se inscreve, como referido no capítulo 1, na macrotendência crítica, dispondo da tripla denominação: crítica, transformadora e emancipatória, que em conjunto delimitam um universo conceitual, teórico e epistemológico, considerando

> - crítica – por situar historicamente e no contexto de cada formação socioeconômica as relações sociais na natureza e estabelecer como premissa a permanente possibilidade de negação e superação das verdades estabelecidas e das condições existentes, por meio da ação organizada dos grupos sociais e de conhecimentos produzidos na práxis;
> - transformadora – por visar a mais radical mudança societária, do padrão civilizatório, por meio do simultâneo movimento de transformação subjetiva e das condições objetivas;

> - emancipatória – ao almejar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais pela intervenção transformadora das relações de dominação, opressão e expropriação material. (LOUREIRO, 2012a, p.88)

Ao apontar a corrente da Educação Ambiental à qual se compartilha, encaminha-se o que é considerado, conforme apontado por Velasco (2008), como sendo uma suposta Educação Ambiental, conteudista, normativa, instrumental, acrítica, etapista e ahistórica, ideologicamente neutra. Assume-se como referência fundamental para esta proposta de Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória as ideias de Paulo Freire e da educação popular por considerá-las "[...] uma excepcional porta de entrada teórica para quem se inicia no campo, em função de sua vocação problematizadora" (LAYRARGUES, 2014, p.11).

Nesse sentido, cabe explicitar o processo político e pedagógico pelo qual a realidade é desvelada, dando início ao ato de conscientizar-se em relação com o outro no mundo.

4.1.1 Crítica e conscientização

Crítica e consciência surgem, na teoria freireana, como partes de um mesmo processo em que o sujeito emerge de uma compreensão mágica do mundo, em que os fatos, dotados de um poder superior, dominam o sujeito de fora e o forçam a submeter-se docilmente, sendo próprio deste sujeito "[...] o fatalismo, que leva ao cruzamento dos braços, à impossibilidade de fazer algo diante do poder dos fatos, sob os quais fica vencido o homem" (FREIRE, 2014, p.138), para uma compreensão crítica, as coisas e os fatos como se dão na existência empírica, considerando suas relações causais e circunstanciais.

Nesse sentido, a criticidade,

> [...] para Freire, é a capacidade do educando e do educador refletirem criticamente a realidade na qual estão inseridos, possibilitando a constatação, o conhecimento e a intervenção para transformá-la. Essa capacidade exige um rigor metodológico, que combine o "saber da pura experiência" com o "conhecimento organizado", mais sistematiza. (MOREIRA, 2016, p.97)

E a conscientização,

> [...] compreendida como processo de critização das relações consciência-mundo, é condição para a assunção do comprometimento humano diante do contexto histórico-social. No processo de conhecimento, o homem ou a mulher tendem a se comprometer com a realidade, sendo esta uma possibilidade que está relacionada à práxis humana. É através da conscientização que os sujeitos assumem seu compromisso histórico no

> processo de fazer e refazer o mundo, dentro de possibilidades concretas, fazendo e refazendo também a si mesmos. (FREITAS, 2016, p.88)

A crítica e a conscientização devem partir, necessariamente, da concretude de sujeitos e grupos, de "nossa própria vida" (MÉSZÁROS, 2008, p.59), para que, a partir dela, possa oportunizar uma compreensão explícita da realidade vivenciada. Mitos e ocultamentos e distorções perdem força diante do desvelamento que toma caminho em suas consciências. Mas não apenas a compreensão, pois não basta ao sujeito crítico entender a realidade na qual está inserido; deve intervir ativamente para transformá-la (MARX, 2007, p.539). Esta é uma preocupação e uma proposta da vertente crítica da Educação Ambiental.

Em uma conjuntura em que os pescadores artesanais têm se envolvido em diversos conflitos, por exemplo, importa discernir quais são as determinantes que encerram a disputa pelas águas do estuário. É imprescindível para a compreensão crítica da realidade que os mitos e as distorções sejam postas a nu. O estaleiro e o anúncio de redenção econômica não representaram o desenvolvimento social das vidas das pessoas nas comunidades pesqueiras no estuário da Lagoa dos Patos: pelo contrário, para algumas delas foi uma dura realidade de expropriação que resultou, em alguns casos, em adoecimento e morte.

A origem conflituosa das relações que se estabelecem entre os fiscais do Ibama e os pescadores também é motivo de reflexão e ação para a Educação Ambiental crítica. Com suas consciências mergulhadas nos parâmetros e valores de uma sociedade que tende a ver os pescadores como criminosos em potencial e que tende a criminalizar a pobreza, muitas vezes os fiscais do Estado reproduzem um comportamento punitivista em seu trato com os pescadores. Sendo que uma queixa frequente de diversos pescadores é a forma pela qual as abordagens são feitas, seria de se pensar que o mais adequado para os pescadores seria a suspensão da fiscalização[31]. No entanto, se sabe que com as transformações que a pesca sofreu ao longo de seu processo de tecnificação, os antigos sistemas de manejo ecossistêmico foram desconstituídos, tendo o Estado que assumir essa função que antes estava a cargo das próprias comunidades.

---

[31] Medidas nesse sentido não resolveriam problema algum, e também não foram aventadas pelos pescadores. Mas tem se visto, particularmente a partir da gestão do governo Bolsonaro, que a realidade dos fiscais do Ibama em outras regiões do país e em outras atividades, como a fiscalização sobre o desmatamento ilegal da floresta amazônica , é de violência e risco de suas vidas, amplamente divulgado pela mídia (https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro/tocaia-garimepiros-atiram-em-equipe-do-ibama-durante-operacao-em-area-indigena-no-para/; https://noticiais.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/08/27/corrupcao-grilagem-e-violencia-como-o-crime-organizado-destamata-a-amazonia.htm; https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/24/queimadas-disparam-mas-multas-do-ibama-despencam-sob-bolsonaro.htm). O que se torna evidente com essa situação, para a Lagoa dos Patos, é que a presença de fiscalização como ela se dá criminaliza o pequeno pescador, mas a ausência de fiscalização permitiria ao grande empresário da pesca esgotar completamente a lagoa.

Uma proposta crítica de Educação Ambiental partiria da realidade concreta dos sujeitos, de seu conhecimento e de sua sabedoria para, a partir dela, fundamentada também no conhecimento organizado, elaborar planos de ação educativa que visassem demonstrar, de modo diverso à postura criminalizadora adotada em grande medida pelo Estado, a importância do período de suspensão das atividades de captura, tal como se realizava nos tempos em que não se pescava durante o período entre Natal e Navegantes. Nesse sentido teríamos, entre os pescadores artesanais, uma correspondência, uma conexão entre o tempo de agora e o passado, proporcionada por uma ação em Educação Ambiental crítica.

Fotografia 13 – Botes e trapiches em São José do Norte.

Fonte: produzida pelo autor.

Desponta, no entanto, a realidade da sociedade capitalista industrial moderna e sua ideologia do progresso, que, motivada por um ideal de obsolescência absoluta, tende a desqualificar tudo o que é velho e exaltar a novidade pela novidade, cada vez mais rápida tornada velha. O passado, nessa ótica, é necessariamente ruim, e o futuro, dentro do *continuum*, é necessariamente bom. Cabe à vertente crítica da Educação Ambiental não apenas explicitar as causas e circunstâncias das experiências e vivências de sujeitos e grupos,

mas enfrentar a ideologia do progresso que tende a apagar os rastros deixados pelo caminho, dificultando assim a concreção de qualquer ação em Educação Ambiental.

A Educação Ambiental crítica, compreendida aqui como uma filosofia da educação "[...] que busca reorientar as premissas do pensar e do agir humano, na perspectiva de transformação das situações concretas e limitantes de melhores condições de vida dos sujeitos" (TORRES, FERRARI, MAESTRELLI, 2014, p.14), está empenhada diretamente no processo de conscientização destes sujeitos, no qual se possa identificar de forma elucidada o conflito que se estabelece, basicamente, entre as concepções de natureza e trabalho na sociedade capitalista e as concepções de natureza e trabalho de comunidades tradicionais, tomadas aqui como um contraponto ecologicamente sustentável e socialmente justo às formas hegemônicas do capitalismo.

Deste processo de conscientização emerge um sujeito apto a realizar a problematização da realidade, de valores, atitudes e comportamentos em práticas dialógicas. A conscientização pela crítica é um "[...] processo de mútua aprendizagem pelo diálogo, reflexão e ação no mundo" (LOUREIRO, 2012a, p.80). Este processo desconhece barreiras e está apto a ser trabalhado tanto junto aos pescadores artesanais, aos fiscais do Ibama, aos trabalhadores da cidade e do campo e seus filhos, sendo que a conscientização é condição para que se efetive o comprometimento de sujeitos e grupos diante do contexto histórico-social e, em definitivo, diante da natureza.

O material com o qual a Educação Ambiental crítica trabalha inunda os sentidos dos sujeitos: a vida cotidiana e os problemas ambientais que afligem, de forma diversa mas irrevogável, todas as pessoas. Não se trata de uma abstração ou a repetição de um mantra, pois é a vida vivida o ponto de partida para a Educação Ambiental crítica. Constatação, conhecimento e intervenção sobre a realidade para transformá-la são premissas básicas, e em um contexto de crise estrutural do capitalismo, a transformação se torna uma questão de sobrevivência.

4.1.2 Crise e transformação

A crise estrutural do capital se manifesta em suas três dimensões: ecológica, econômica e política. Resumidamente pode-se apontar que a dimensão ecológica se manifesta pelo desperdício inerente à produção capitalista, com a depredação da natureza e a geração de índices elevados de poluição, sintetizados pelo conceito de ruptura metabólica; a dimensão econômica se manifesta na necessidade de constante crescimento e acúmulo de capital, que

geram inevitavelmente crises de superacumulação, desdobrando-se em capacidade produtiva ociosa, excesso de mercadorias e estoques, excedente de capital-dinheiro e grande desemprego; a dimensão política se manifesta pela perda, por parte das comunidades, do poder de decidir sobre seus rumos, dando início ao conflito que se estabelece entre os habitantes dos locais que se tornam atrativos para atividades produtivas capitalistas e os investidores que financiam e promovem estes empreendimentos.

A superação desta crise não virá da racionalidade que a produziu, mas de propostas que emerjam de uma racionalidade contra-hegemônica, que não reproduza a estrutura da crise. Nesse sentido, ganha relevância a postura transformadora da Educação Ambiental, preocupada em operar mudanças radicais na organização social e produtiva. Somando-se à postura crítica, a Educação Ambiental transformadora trabalha com um sujeito crítico e transformador,

> [...] formado para atuar em sua realidade no sentido de transformá-la, [...] consciente das relações existentes entre sociedade, cultura e natureza, entre homens e mundo, entre sujeito e objeto, porque se reconhece como parte de uma totalidade e como sujeito ativo do processo de transformações sócio-histórico-culturais. (TORRES, FERRARI, MAESTRELLI, 2014, p.15)

Consciente de seu papel no mundo, do lugar que ocupa e de seu poder de realizar, coletivamente, transformações efetivas nesse mundo, o sujeito da Educação Ambiental se empenha em pôr em movimento as forças que transformarão as subjetividades e as condições objetivas rumo a uma forma ambientalmente sustentável e socialmente justa de organização social e produtiva. A contradição definitiva do sistema capitalista, que destrói as duas maiores riquezas que o sustentam, a natureza e o trabalho, deve ser superada por uma postura radical que vá na raiz dos problemas e que compreenda que o capitalismo, por sua natureza, é irreformável.

A transformação subjetiva e objetiva deve se dar com vistas à construção de uma sociabilidade que, de um lado, esteja preocupada com a produção prioritária de valores de uso, negando assim a tendência decrescente do valor de uso, razão principal do atual contexto de desperdício de recursos naturais inerente à produção voltada para a satisfação das necessidades do capital; e de outro lado, que estabeleça o foco no trabalho concreto, aquele que se realiza com vistas a um fim específico, e não seja tomado pela lógica do trabalho abstrato, formador, em última instância, do mercado de trabalho, do trabalho estranhado e da alienação.

É preciso a construção de uma outra sociabilidade que supere a carência reprodutiva do capital, que quanto mais produz, mais devastação e mais pobreza gera. Nesse sentido, a concepção que os pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos têm a respeito da natureza e das relações que estabelecem com ela através do trabalho serve como balizador para ações transformadoras justamente por se posicionarem na contracorrente da sociedade capitalista industrial moderna. A relação de harmonia e luta que os pescadores têm com a natureza é um contraponto fundamental à forma pela qual a sociedade capitalista se relaciona com a natureza. Do mesmo modo, o trabalho dos pescadores, polivalente, diverso, comunitário, satisfatório e que valoriza o tempo livre, oferece referências que subsidiam a Educação Ambiental transformadora em sua operacionalização.

Estas concepções alternativas de natureza e trabalho são aspectos fortes para a Educação Ambiental na medida em que se compreende o ser humano

> [...] Como aquele que transforma a realidade pelo papel ativo que desempenha nela e com ela. [...] É com seu trabalho que o ser humano vem alterando o mundo natural de acordo com suas necessidades, e estas mediações propiciam não apenas a emergência da transformação, mas também o processo de conhecimento, que é cultural. (LOUREIRO e FRANCO, 2014, p.160)

Considerando que a Educação Ambiental é eminentemente política, torna-se evidente que a dimensão da crise estrutural do capital sobre a qual ela tem mais influência e mais poder transformador seja a dimensão política. A perda do poder de decidir sobre os rumos da comunidade se insere na lógica de alienação promovida pela sociedade capitalista, que isola o sujeito dos laços que o ligam ao outro, à comunidade, ao gênero humano e à natureza. Atuando no sentido de conscientizar para a transformação, o primeiro passo que a educação deve dar para alcançar seus objetivos é criar junto aos sujeitos o desejo de se transformar para, logo em seguida, transformarem seu mundo objetivo.

A experiência da Pastoral dos Pescadores junto aos pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos exemplifica iniciativas desse tipo. Por meio do trabalho de base, no contato com outras comunidades do estuário e de fora do estado do Rio Grande do Sul, os pescadores puderam amadurecer sua participação política e conseguiram organizar um fórum que promove o diálogo e a tomada de decisão a respeito da vida e do trabalho dos pescadores na Lagoa dos Patos.

Assim, a Educação Ambiental assume seu caráter de práxis social

> [...] que contribui para o processo de construção de uma sociedade pautada por novos patamares civilizacionais e societários distintos dos atuais, na qual

> a sustentabilidade da vida, a atuação política consciente e a construção de uma ética que se afirme como ecológica sejam seu cerne. (LOUREIRO, 2009, p.90)

Tendo a política como um aspecto central, um dos meios que a Educação Ambiental transformadora se utiliza para atingir seus fins radicais é o fomento à participação. Em um movimento dialógico e dialético, a participação ocupa um espaço de destaque na relação política e pedagógica ao mesmo tempo em que instrumentaliza o sujeito a participar em instâncias não exclusivamente educativas formais. Pelo diálogo, o sujeito se forma e se capacita para intervir politicamente em sua própria realidade, dando curso à necessária transformação da sociedade capitalista.

Reflexão e ação tornam-se o mote da Educação Ambiental ora apresentada, que de modo integrado e concomitante, também se preocupa em romper os laços de opressão que tendem a atar forte sujeitos e grupos, impedindo-os que se realizem enquanto tais.

4.1.3 Emancipação

A ideologia do progresso, inimiga da conscientização, da crítica e da transformação, se coloca em contraposição também à emancipação dos sujeitos. A Educação Ambiental dentro da perspectiva da emancipação deve se posicionar contrária à ideologia do progresso e suas promessas de redenção econômica, que na verdade fortalecem os laços de dependência dos oprimidos em relação a diferentes agentes que representam o campo dos opressores: no caso estudado esses laços prendem os pescadores às indústrias instaladas no estuário, ao estaleiro e aos atravessadores.

A ruptura com esses laços de opressão é preponderante para a realização plena da Educação Ambiental, pois não há possibilidade de diálogo digno, portanto efetiva participação, quando se nega a palavra ao outro.

> [...] Uma educação emancipatória é uma experiência política fundamental para a efetivação da democracia, até porque a democracia sem emancipação social é de uma fragilidade absurda pela vulnerabilidade em que vivem os indivíduos atrelados a condições de opressão, mais passíveis de manipulação ideológica e política, interditados de ser o que potencialmente são pelas condições materiais e culturais a que são acometidos, levados a confundirem direitos do cidadão com benesses estendidas pelas mãos dadivosas de uma classe dirigente nos atos [de] clientelismo e assistencialismo (LOUSADA e FIGUEIREDO, 2013, p.111)

A crítica e a conscientização que encaminham a ação transformadora exigem um sujeito emancipado para que se efetivem plenamente. Nesse sentido, torna-se uma impossibilidade a realização da Educação Ambiental que não busque superar a ideologia do progresso, que nivela todos sujeitos e grupos com sua homogeneização e seu esvaziamento. Volta novamente à discussão a concepção do trabalho dos pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos, que por suas características escapa do trabalho que aliena o sujeito que trabalho. A emancipação de sujeitos e grupos passa pela emancipação do trabalho, forma pela qual o ser humano medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza.

O trabalho entre os pescadores guarda em si a produção de valores de uso, não submetido à extração do mais-valor que submete o trabalhador aos interesses do capital. Este trabalho estaria mais próximo da atividade livre e consciente que afirma o sujeito enquanto tal, e também serviria de referência para a elaboração de propostas da Educação Ambiental de cunho emancipatório.

O sujeito emancipado, fim primeiro e último da Educação Ambiental, é o ser "[...] que se realiza pela manifestação livre e consciente em um processo de interdependência com o outro, a sociedade e o planeta" (LOUREIRO, 2009, p.128). Cabe destacar, porém, para fins de compreensão de método, limitações e potencialidades da prática educativa, que "ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão" (FREIRE, 2015b, p.71). Isso significa dizer que a emancipação é um processo que se dá coletivamente, na relação que o sujeito estabelece com o outro e com a natureza. Ninguém é sujeito da emancipação de ninguém.

Inspirados pela crítica e pela transformação, os sujeitos da Educação Ambiental se empenhariam na produção de "brechas históricas" no sistema social (LOUREIRO e FRANCO, 2014, p.165) que possibilitariam a criação de processos sociais emancipatórios. Conscientizados e organizados politicamente, sujeitos e grupos reuniriam as condições materiais necessárias para fazer frente à alienação replicada em cada relação de trabalho estabelecida sob os marcos da sociedade capitalista.

A Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória se organiza, portanto, como uma práxis política e pedagógica que almeja, pela via dos oprimidos, refletir sobre a realidade concreta atual, identificar os problemas que atingem sujeitos e grupos e compreender suas causas e circunstâncias, organizá-los politicamente para que possam projetar soluções possíveis a estes problemas, encaminhando com isso seu processo emancipatório. Através da reflexão e da ação a Educação Ambiental estrutura seu caminho como práxis com potencial revolucionário. Imprescindível, para esta tese, o papel que a

experiência (*Erfahrung*) da tradição dos oprimidos tem para a elaboração desta Educação Ambiental.

4.2 Educação Ambiental e experiência

Crítica, transformação e emancipação são fundamentos essenciais para que a Educação Ambiental atinja seu propósito radical e revolucionário de encaminhar a superação da sociedade capitalista, suas contradições devastadoras e sua ideologia do progresso. Esta superação toma por princípio a utopia que move sujeitos e grupos a buscar uma realidade liberta das amarras da opressão. Para tanto, o caminho a ser trilhado deve partir, necessariamente, daqueles que têm o pleno potencial para transformar a realidade: os oprimidos.

De acordo com a teoria freireana, cabe aos oprimidos da história organizar a transformação, pois

> [...] esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. [...] Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos. (FREIRE, 2015b, p.41)

O desejo de superar a opressão coincide com o desejo de superar o sistema que hoje se funda na opressão e se esforça para mantê-la. Neste ponto, Freire e Benjamin coincidem quando apontam o grupo que traz consigo a potência da transformação, e interessa aqui compreender quais são as contribuições que o filósofo alemão pode oferecer a uma Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória.

Os oprimidos, que contam seus números aos milhões no mundo globalizado, mergulhados plenamente em uma realidade que busca privá-los da pronúncia de sua palavra, trazem consigo os elementos capazes de pôr em curso a superação da sociedade capitalista industrial moderna. A ideologia do progresso e sua tempestade que vai reunindo os destroços daquilo que permanece, que vai apagando os rastros deixados por sujeitos e grupos, tende a destruir a experiência tradicional, isolando-os na vivência do choque, fazendo parecer natural que este isolamento seja a forma de organização definitiva, rompendo quaisquer laços que unam sujeitos e grupos, que instituam comunidades e que reconectem ser humano e natureza.

É possível que este isolamento seja o primeiro obstáculo que a Educação Ambiental tenha de vencer para instituir o caminho da transformação. Romper o isolamento é reconectar

a parte ao todo, é reunir aquilo que foi cindido de forma arbitrária, para que novamente ser humano e natureza se tornem um só.

Fotografia 14 – Placa informativa em local de circulação no estaleiro São José do Norte.

Fonte: produzida pelo autor.

O isolamento na vivência, que homogeneíza e automatiza os sujeitos, retirando deles qualquer lastro que os vincule a algo que transcenda sua corporeidade, caminha na contramão de qualquer proposta que prime pela dignidade humana e pela defesa da vida. “Em Educação Ambiental, a negação da homogeneidade simplificadora e o respeito à diferença de ideias e modos de viver são fundamentais e coerentes com a visão de ambiente enquanto complexidade do mundo” (LOUREIRO, 2009, p.22). Cabe destacar que a negação à homogeneidade e o respeito à diferença evocam a superação dos mecanismos que preservam a opressão, por isso o caráter radical e revolucionário que a Educação Ambiental deve assumir. Torna-se uma tarefa impossível lutar com os oprimidos sem lutar contra a opressão. Por isso, mais do que qualquer coisa, a Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória deve ser, também, anticapitalista.

Sendo que nas relações de produção e reprodução que o capitalismo estabelece o sujeito é isolado não apenas dos objetos com os quais ele teria o poder de transformar o mundo, mas também com o produto de seu trabalho, os laços de pertencimento à humanidade e à natureza, de solidariedade e de comunidade, acaba sendo isolado de si e em si. Absolutiza-se a sensação e o privado, culminando no individualismo e na realização através do ter, uma vez que não lhe é permitido ser. Sendo o sujeito um despossuído e responsável apenas pelo que tem, o outro, a comunidade, a humanidade e a natureza acabam por não lhe dizer respeito. A suposta Educação Ambiental admite esse isolamento como natural, e busca realizar sua ação na mudança de comportamento. No entanto, "[...] defender a ideia de que mudar comportamento é sinônimo de mudar a realidade é apostar que as relações se dão sempre do indivíduo para o outro, por somatório e bom exemplo. Aqui não há dialética entre eu-outro, mútua determinação" (LOUREIRO, 2012a, p.79).

A sociedade capitalista, pobre em experiências, empobrece todo sujeito que se isola na vivência. Carente de lastros que o vinculem a algo maior que si, o sujeito isolado e pobre perde um elemento fundamental para compreender seu pertencimento à comunidade, à humanidade e à natureza. E é neste sentido que a experiência (*Erfahrung*) pode contribuir para uma proposta de Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória. A partir da experiência das comunidades de pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos se buscou encontrar elementos gerais para a construção da práxis educativa que ora se apresenta.

4.2.1 Experiência, tradição e Educação Ambiental

A experiência que funda a tradição dos oprimidos, a experiência formativa, que se contrapõe ao nivelamento do progresso, é um elemento primordial para a Educação Ambiental, primeiramente por estabelecer entre velhos e jovens uma comunidade de sentido. Na atualidade veloz e competitiva da sociedade capitalista industrial moderna, poucas são as oportunidades em que as palavras dos velhos são consideradas válidas, e a lógica da obsolescência atinge a tudo e a todos. Aquilo que durante muito tempo explicou o funcionamento do mundo para os sujeitos que participavam da tradição dos oprimidos foi gradualmente sendo esvaziado de significado, e cada vez menos as sucessivas gerações se colocam na posição de aprendizes umas das outras.

O primeiro passo na relação que a Educação Ambiental pode estabelecer com a experiência e com a tradição dos oprimidos está em posicionar-se contrária ao processo de empobrecimento da experiência. Como racionalidade alternativa à razão instrumental

capitalista, a experiência traz consigo a sabedoria acumulada por décadas e séculos no trato com a natureza, na forma de mediar, regular e controlar o metabolismo de grupos tradicionais com a natureza, e este outro modo de conceber a natureza e o trabalho são fundamentais para a construção de uma transição para outro modelo de produzir e reproduzir a vida na Terra.

Particularmente, para as vertentes crítica, transformadora e emancipatória da Educação Ambiental, é interessante esta conjunção com a experiência e com a tradição na medida em que oferecem os subsídios necessários para fundamentar sua práxis. Como um desdobramento desse primeiro passo está o que a experiência e a tradição têm a oferecer à crítica e à conscientização dos sujeitos envolvidos no processo político e pedagógico da Educação Ambiental. Justamente por oferecer formas diversas de compreender o mundo e as formas de relacionar-se com ele, a experiência tradicional apresenta um contraponto necessário à razão hegemônica na sociedade capitalista, em especial a respeito da natureza e do trabalho.

Leff denomina este processo de saber ambiental, que "[...] emerge de uma razão crítica, configurando-se em contextos ecológicos, sociais e culturais específicos e problematizando os paradigmas legitimados e institucionalizados" (LEFF, 2002, p.168). Os problemas ambientais são perceptíveis na forma de produzir e reproduzir-se da sociedade capitalista, mas a ideologia do progresso contemporiza-os colocando como alternativa à devastação da natureza e a exploração do trabalho a estagnação, o atrase e a pobreza. A destruição das duas maiores riquezas da humanidade justifica-se pela ideologia do progresso e força os sujeitos e grupos a escolherem seu destino dentre as alternativas infernais impostas pelos agentes do mercado e do Estado a serviço do capital. Neste contexto de pobreza de experiência, "[...] ficamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do 'atual'" (BENJAMIN, 1994a, p.119).

A racionalidade que produziu a crise é incapaz de produzir sua solução, e é por isso que este primeiro desdobramento da oposição ao empobrecimento da experiência deve ser o reconhecimento da razão e da sabedoria tradicional. A pobreza de experiência se inscreve no esforço da sociedade capitalista industrial moderna em emudecer as vozes dissonantes, apagar os rastros, por isso importa estabelecer um contato íntimo entre Educação Ambiental e experiência tradicional. Obviamente não se propõe, tal como no processo de emancipação referido anteriormente, submeter a razão científica à hegemonia da razão tradicional, mas estabelecer entre estas duas razões um processo de convergência e cooperação.

> [...] Abre-se dessa forma um diálogo entre ciência e saber, entre tradição e modernidade. Este encontro de saberes implica processos de hibridação cultural, onde se revalorizam os conhecimentos indígenas e os saberes populares produzidos por diferentes culturas em sua coevolução com a natureza. (LEFF, 2002, p.168)

A ciência em comunhão com a sabedoria ganha a potência de romper com a razão instrumental, para a qual os fins justificam os meios, e estes fins sempre são o acúmulo de capital e a concentração de riquezas nas mãos de poucos investidores. A concepção de natureza enquanto espaço em que sujeitos e grupos se realizam, seu território, e as formas de relacionar-se com ela dão substância à crítica da Educação Ambiental. Compreender a natureza não como uma coleção de recursos a ser explorada mas como o corpo inorgânico do ser humano ressignifica a forma pela qual os sujeitos e grupos se portam diante dela. Reflexão e ação ganham profundidade iluminadas pela constelação da tradição. Nas palavras de Leff,

> [...] o saber ambiental emerge como um processo de revalorização das identidades culturais, das práticas tradicionais e dos processos produtivos das populações urbanas, camponesas e indígenas; oferece novas perspectivas para a reapropriação subjetiva da realidade; abre um diálogo entre conhecimento e saber no encontro do tradicional com o moderno. (LEFF, 2002, p.169)

Nesse sentido, o segundo desdobramento do primeiro passo na convergência entre Educação Ambiental e experiência tradicional se encontra no caráter transformador, para a norma imposta pela sociedade capitalista industrial moderna, do trabalho entre as comunidades tradicionais.

O trabalho para a experiência tradicional se distancia da concepção de trabalho na sociedade capitalista. Este é o trabalho estranhado, que aparta e isola o sujeito do outro, da comunidade, do gênero humano e da natureza. O trabalho que funda a experiência e que é por ela reproduzido é o trabalho que se considera nesta tese o trabalho livre (FREIRE, 2015b, p.113), dotado de características que afirmam o sujeito em sua totalidade, e não nega-o.

Dentre estas características afirmativas do trabalho destaca-se primeiramente sua polivalência. Ao sujeito da experiência não basta realizar uma tarefa isolada que acaba, ao fim e ao cabo, por fragmentá-lo e automatizá-lo. É necessário, além de conhecer a dinâmica da natureza em sua totalidade, identificar que o trabalho não é uma parcela, mas também uma totalidade. Composto de diversas etapas, a visão de conjunto do processo laborativo oferece ao sujeito uma concepção integral da atividade produtiva, o que firma o trabalho como produtor de valores de uso e contraria a concepção absoluta do trabalho abstrato que impera na sociedade capitalista. Muito embora hajam aptidões e destaques entre os sujeitos

envolvidos no trabalho da experiência, todos os trabalhadores conhecem o processo como um todo. Lembrando que o operário não-especializado encontra-se alijado de qualquer experiência, para o qual a prática não serve para nada, para o trabalhador que se mantém em contato com a tradição, a visão de conjunto e a prática integral lhe oferecem as condições de se afirmar e se diferenciar, estabelecendo um aspecto importante para a construção de sua subjetividade.

A diversidade do trabalho da experiência é outra de suas características afirmativas. Muito embora haja uma divisão de gênero na realização do trabalho, regra rompida eventualmente, não se faz uma escala de importância nas atividades destinadas a homens e a mulheres. No caso estudado, tanto a captura quanto o beneficiamento do pescado são essenciais para a realização da comunidade. Em uma sociedade pautada pela opressão, aquela exercida sobre a mulher trabalhadora acaba sendo mais pesada e penosa. Por isso o caráter diverso do trabalho da experiência importa para uma Educação Ambiental transformadora, buscando romper não apenas com a opressão de classe, mas também com a opressão de gênero.

O caráter comunitário tipifica a reintegração do sujeito no grupo, e também afirma o trabalho da experiência. Diferente do trabalho tomado na sua abstração, que isola o sujeito na vivência do choque, rompendo todos os laços que ele mantém e acaba por aliená-lo, o trabalho comunitário retoma os vínculos que unem o sujeito à sua comunidade. O trabalho não se encerra no indivíduo, e não é tarefa fragmentada e abstrata, mas evoca o pertencimento a uma coletividade que excede a corporeidade imediata do sujeito, é trabalho para o grupo e, portanto, para o bem comum. Reforçando os laços comunitários, o sujeito faz parte, primeiramente, de uma família, que pode ou não estender-se a toda comunidade, pois ela não é uma família nuclear, formada pelo casal e seus filhos, mas a família estendida, que compreende algumas gerações, parentes e agregados, na qual todos são fundamentais para a sobrevivência do grupo. Esta disposição comunitária oferece ao sujeito raízes que o vinculam a um coletivo que o engloba e estabelece sua identidade de grupo. Efetivamente, na comunidade tradicional o sujeito não existe isolado, ele é sempre reconhecido como pertencente a um grupo e isto, em última instância, vincula-o a um território, uma fração da natureza com a qual se identifica e que encaminha a formação de sua subjetividade.

A satisfação que o trabalho da experiência proporciona ao sujeito que trabalha se configura como outra de suas características afirmativas e, de certo modo, ela sintetiza a prática laborativa das comunidades tradicionais. Sendo que o trabalho intelectual de conhecer a natureza e suas especificidades converge com o trabalho físico, que cuida de um processo

produtivo integral; considerando também que mulheres e homens desempenham tarefas de fundamental importância para a manutenção do grupo em sua atividade produtiva; e levando em conta que cada sujeito só existe no pertencimento ao grupo e este à natureza, o trabalho que se realiza na comunidade tradicional satisfaz na medida em que afirma o sujeito como ser humano, pois por sua prática ele constrói o mundo conforme sua vontade. Além disso, o trabalho da experiência, por mais que exija do sujeito que trabalha a disposição de lutar por sua sobrevivência, também ensina-o a contemplar a natureza e sua própria natureza, proporcionando momentos que não se passam exclusivamente no processo produtivo. A valorização do tempo livre, dado que não há exploração de sobretrabalho, talvez seja uma das maiores potencialidades que o trabalho da experiência tenha a oferecer à Educação Ambiental de cunho transformador.

Dotado de uma concepção de trabalho livre, o sujeito da experiência potencializa a Educação Ambiental com a força transformadora de quem tem a consequência de que através da prática é possível mudar o mundo, embora se interponham em seu caminho inúmeros e poderosos obstáculos. A aproximação e integração da Educação Ambiental com a experiência tradicional tem, por meio de um processo dialético, a virtude de promover ambas: a experiência tradicional se fortalece com os subsídios da Educação Ambiental para organizar a luta contra o empobrecimento da experiência, e a Educação Ambiental toma referenciais concretos para efetivar sua práxis política e pedagógica.

O terceiro desdobramento que se dá deste primeiro passo e que importa sobremaneira à Educação Ambiental é a disposição da tradição dos oprimidos em momentos explosivos. O *continuum* da história é o dos opressores, este inimigo que não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 1994a, p.225), e a tradição se manifesta como a ruptura desta continuidade, a produção das "brechas históricas" no sistema social necessárias à emancipação.

Estes momentos explosivos, que interrompem a sucessão interminável de formas de opressão, conectam o presente ao passado do grupo e tomam deste a inspiração para a luta de resistência que a tradição dos oprimidos empreende contra as forças niveladoras do progresso. Numa conjugação singular do tempo e tomando a alegoria de Benjamin do salto do tigre em direção ao passado (BENJAMIN, 1994a, p.230), esta luta busca salvar a herança dos oprimidos e nela tomar inspiração para interromper a catástrofe contínua representada pelo progresso (LÖWY, 2005, p.120).

Na experiência e na tradição o recurso ao passado é constante, e nele se buscam as referências para organizar a prática do grupo, sua resistência e a energia que faz perseverar. No entanto, a onipresença da ideologia do progresso tenta de todas as formas esvaziar de

significado o recurso ao passado, e o assédio dos opressores tenta quebrar o ímpeto dos oprimidos, convencendo-os de sua pretensa impotência e condenando-os a conformarem-se com o estado das coisas.

O perigo que ameaça a tradição e os que a recebem, mencionado por Benjamin em sua tese VI "Sobre o conceito de história",

> [...] é aquele em que surge a imagem autêntica do passado. Por quê? Provavelmente porque nesse momento se dissolve a visão confortável e preguiçosa da história como "progresso" ininterrupto. O perigo de uma derrota atual aguça a sensibilidade pelas anteriores, suscita o interesse dos vencidos pelo combate, estimula um olhar crítico voltado para a história. (LÖWY, 2005, p.65)

E neste ponto cabe mais uma situação em que a experiência tradicional e a Educação Ambiental se auxiliam mutuamente. Compreendendo a importância de não se deixar cativar pelos interesses dominantes, cabe à Educação Ambiental em sua relação com a experiência permanecer vigilante para as tentativas de conformar a tradição e esvaziá-la de seu potencial de luta; por outro lado, compete à tradição dos oprimidos oferecer o instrumental necessário para retirar das lutas passadas a energia para empreender as lutas presentes.

Os momentos de perigo despontam constantemente e é necessário que o sujeito da experiência, ou o sujeito da Educação Ambiental, esteja preparado para organizar-se para a luta de resistência, retirando do passado a energia para enfrentar os problemas presentes tendo em vista a construção de um futuro melhor. Por aí passa o caminho da emancipação dos sujeitos, da ruptura com o *continuum* da opressão. É um caminho duro, mas que não cessa de ser construído; uma série de batalhas que têm sido perdidas, mas que nem por isso permite que aqueles que lutam se deixem vencer, pois "[...] também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer" (BENJAMIN, 1994a, p.224).

Caracterizado este primeiro passo que a Educação Ambiental pode estabelecer no sentido de opor-se ao empobrecimento da experiência produzido pela ideologia do progresso, fundamentando sua práxis junto à tradição dos oprimidos, cabe encaminhar o passo seguinte, que diz respeito às questões metodológicas quanto à operacionalização desta convergência.

4.2.2 Educação Ambiental e romantismo

A ideologia do progresso, que tem avançado sobre o mundo de forma inevitável e irresistível desde o século XIX, alcança o século XXI como uma ameaça real ao bem-estar e à vida humana e não-humana na Terra. A sociedade capitalista industrial moderna se institui

sobre a destruição das duas maiores riquezas da humanidade – a natureza e o trabalho –, e sua realização impõe, em última instância, o comprometimento da vida. Benjamin, diante deste quadro que se apresentava desde a primeira metade do século XX, toma dos surrealistas a noção de pessimismo integral,

> [...] sem exceção. Desconfiança acerca do destino da literatura, desconfiança acerca do destino da liberdade, desconfiança acerca do destino da humanidade europeia, e principalmente desconfiança, desconfiança e desconfiança com relação a qualquer forma de entendimento mútuo: entre as classes, entre os povos, entre os indivíduos. (BENJAMIN, 1994a, p.34)

Fotografia 15 – Guindaste do estaleiro São José do Norte.

Fonte: produzida pelo autor.

Este pessimismo, que ao invés de levar o sujeito à inação, desperta as forças dispostas à luta pela transformação social. O futuro do progresso exige um otimismo cego, uma confiança absoluta de que as coisas, no tempo homogêneo e vazio do sempre igual, serão boas. Este futuro bom, no entanto, nunca chega. É uma promessa que nunca se cumpre, se renova geração após geração. O presente, por outro lado, é de agruras e negação, em que sujeitos e grupos são levados ao sacrifício para a realização do progresso.

O pessimismo desorganizado imobiliza, retira a potência da ação do alcance do sujeito. Por isso Benjamin prima por organizar o pessimismo, que significaria "[...] simplesmente extrair a metáfora moral da esfera da política, e descobrir no espaço da ação política o espaço completo da imagem. Mas esse espaço da imagem não pode de modo algum ser medido de forma contemplativa" (BENJAMIN, 1994a, p.34). A disposição para a ação que Benjamin evoca se inspira na aposta de Pascal, que não é um objeto de demonstração empírica, mas

> [...] uma opção na qual os indivíduos põem em jogo sua vida e sua ação. O marxismo também está baseado numa aposta, que ao contrário da de Pascal é estritamente imanente e histórica: a possibilidade de realização do socialismo, e sua vitória na confrontação com a barbárie. Nenhuma demonstração "científica" pode garantir essa vitória: também neste caso, ela é objeto de uma aposta na qual os indivíduos e os grupos jogam sua vida e seu futuro comum. Como toda aposta, ela implica um risco, um perigo de derrota, e a esperança de um sucesso. (LÖWY, 2004, p.13)

A esperança de sucesso na luta, esperança de sucesso na emancipação e derrota da opressão também mobiliza o pensamento freireano, "necessidade ontológica" e "imperativo excepcional e histórico" (STRECK, 2016, p.161). Do mesmo modo que o pessimismo desorganizado imobiliza, a esperança sem crítica não movimenta, fica estagnada, é "pura espera". A aposta, o pessimismo e a esperança exigem a participação ativa, a constante busca por transformação e a disposição para transformar-se. Pessimismo e esperança caminham juntos no intuito de extirpar da tradição o conformismo dentro desta proposta de Educação Ambiental inscrita no romantismo revolucionário utópico. Carregando consigo os signos da crítica, da transformação e da emancipação, esta práxis política e pedagógica busca nos valores do passado as esperanças para construir a utopia pós-capitalista, socialista e sem classes (LÖWY, 1990, p.160).

A ruptura do *continuum* do progresso é uma necessidade para a efetivação desta utopia, e isto se dá por meio do salto do tigre, o desvio pela experiência da tradição para o futuro liberto. A resistência, que se alimenta da cultura tradicional, é o mote principal para a Educação Ambiental que se inspira na tradição dos oprimidos. E "[...] para defender-se da dominação como um todo, os 'alimentos' são variados de acordo com as circunstâncias e as histórias de vida de cada pessoa ou grupo" (GARCIA, 1980, p.111), o que implica o contato cada vez mais frequente e cada vez mais íntimo entre a Educação Ambiental e esta tradição, buscando nela sua experiência. A inspiração pré-capitalista para a utopia do futuro pós-capitalista fortalece e orienta a práxis da Educação Ambiental, que reúne as condições materiais e espirituais para oferecer a sujeitos e grupos as ferramentas necessárias para que

seus sujeitos construam a transição para uma sociedade ambientalmente sustentável, socialmente justa e liberta de todo e qualquer tipo de opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza de experiência, que desfaz os laços que unem o sujeito ao grupo e à natureza, e o isolamento na vivência do choque, que transforma o sujeito que trabalha em autômato, compõem o pano de fundo sobre o qual se desenvolve a crise estrutural da sociedade capitalista. Em suas três dimensões constitutivas, esta crise representa uma contradição que não consegue ser desfeita dentro dos marcos estabelecidos na sociedade capitalista. Ecológica, econômica e politicamente a crise se institui, e sem superação da razão que a fundamenta torna-se inviável superá-la.

Um dos movimentos possíveis para superar a formação social que inaugura e aprofunda a crise, e que está diretamente implicada com ela, passa pela Educação Ambiental. Embora não seja a única práxis capaz de realizar este enfrentamento com a crise, que não é qualquer crise, mas uma crise sistêmica, a Educação Ambiental está organizada e dispõe das ferramentas teóricas e metodológicas e a disponibilidade para a ação capazes de, atuando entre os trabalhadores e filhos de trabalhadores, construir junto a eles alternativas ao capitalismo.

Particularmente em sua vertente crítica, transformadora e emancipatória, a Educação Ambiental pode tomar da experiência dos grupos tradicionais os subsídios para fundamentar sua práxis, e isso exige do educador ambiental uma abertura para compreender o movimento de avanço por um desvio que passa pelo passado. Deste passado que lança raízes em um passado pré-capitalista, em que tanto a natureza quanto o trabalho são compreendidos de forma diversa daquela hegemonicamente promovida pela ideologia do progresso, a Educação Ambiental se inspira para reunir elementos de fundamental importância.

Sendo que a natureza é a realidade sobre a qual o ser humano se constitui e, na relação com ela, ele a transforma e a si próprio por meio do trabalho, cabe ressignificar estas duas concepções, que na sociedade capitalista assumem ares de preocupação secundária diante da reprodução do capital. As concepções de natureza e de trabalho que emergem da experiência das comunidades tradicionais, ainda que tenham estabelecido trocas com os valores promovidos pela ideologia do progresso e, tanto ou tão mais desesperançados quanto o senso comum da sociedade capitalista, integrado parcelas de sua razão pragmática e utilitarista em seu próprio meio, carregam a potência de oferecer uma alternativa à hegemonia devastadora e alienante do capitalismo.

Para operacionalizar este movimento, o educador ambiental, e a Educação Ambiental, precisam existir para além da academia. Por mais que a Educação Ambiental seja uma práxis

eminentemente política, ela também está inserida na crise estrutural do capital, e a dimensão política desta crise não permite que o educador ambiental lhe escape sem ter que realizar um esforço constante de reflexão e ação. Para promover uma Educação Ambiental que seja crítica, transformadora e emancipatória, o sujeito da Educação Ambiental e o educador ambiental precisam estar em íntimo contato com o cotidiano de trabalho dos oprimidos pelo sistema. É uma modalidade de educação que, seguindo a orientação freireana, se faz junto aos oprimidos.

Entre as comunidades tradicionais, o movimento dialético que o educador ambiental dá início oferece oportunidades de enriquecimento mútuo das vivências e das experiências de lado a lado: ao colher da tradição dos oprimidos os elementos que compõem sua experiência, o educador ambiental entra em contato com uma racionalidade que não se inscreve absolutamente na ideologia do progresso, e obtém daí elementos concretos a partir dos quais construir a sua utopia, ao mesmo tempo em que organiza e sistematiza o conhecimento proveniente da sabedoria tradicional para formar o que Enrique Leff denominou “saber ambiental”.

Isso não implica dizer que o saber tradicional deva se sobrepor ao conhecimento científico, dando início a uma tirania da tradição, mas deve-se reconhecer que, por força do empobrecimento da experiência, fica cada vez mais e mais difícil encontrar a experiência tradicional. O avanço que as forças do capital têm feito sobre comunidades tradicionais com a intenção de explorar economicamente seus territórios (desde indígenas e quilombolas que têm enfrentado o apetite devastador do agronegócio, grupos de agricultores familiares que têm se batido contra a mineração, comunidades caiçaras e de pescadores artesanais que têm confrontado a especulação imobiliária, o desenvolvimentismo industrial e a pesca predatória feita por grandes grupos pesqueiros), sem mencionar o risco que lideranças de grupos tradicionais têm corrido quando se posicionam firmemente contrários à ideologia do progresso, representa o aprofundamento da pobreza da experiência. É necessário que o educador ambiental não apenas domine as teorias concernentes à sua área, mas que faça um uso delas para contrapor-se ao empobrecimento da experiência.

O momento político que se tem vivenciado exige que a Educação Ambiental retome seu status político e assuma seu papel transformador de maneira integral, e do que se conseguiu refletir a partir do que foi reunido nesta tese, um dos pontos de partida para a transição são as comunidades tradicionais. Operando, como escreveu Walter Benjamin, um salto de tigre do presente para o passado e para o futuro é possível fundamentar a utopia da

Educação Ambiental com os elementos da tradição dos oprimidos, num desvio pelo passado e pela ruptura do *continuum* do progresso para construir o futuro liberto da humanidade.

Esta Educação Ambiental fortalecida pela tradição deve, então, alcançar o conjunto da sociedade, trazer para todas as relações pedagógicas em que a Educação Ambiental se envolve, sejam formais, informais ou não-formais, a sabedoria tradicional advinda da experiência e a forma diferenciada de compreender a natureza e o trabalho, concepções fundamentais para operar uma transformação efetiva na sociedade.

Para o educador ambiental convencido da validade desta aproximação cabem uma série de ações para efetivar esta Educação Ambiental potencializada pela experiência. A primeira delas é identificar as comunidades tradicionais de seu entorno. Existindo legislação e conhecimento teórico que tipifica e caracteriza as comunidades tradicionais como grupos diferenciados, com formas próprias de organização social, ocupação e uso do território, cabe ao educador ambiental elencá-las e conhecê-las, estabelecendo uma rede de comunidades tradicionais próximas à sua área de atuação profissional ou militante.

Feito este levantamento, a segunda ação exige que o educador ambiental entre em contato com a comunidade tradicional e identifique sua história. Dotadas de uma ampla diversidade, as comunidades tradicionais contam com formações do mesmo modo variadas, e os maiores aliados do educador ambiental nesta tarefa são os velhos, tanto por terem vivenciado uma parcela maior da história do grupo, quanto por terem o trabalho da memória como uma função ativa, lembrando a sua experiência e a de outros com mais facilidade que os sujeitos que estão envolvidos em atividades produtivas ativamente dentro do grupo.

Esta aproximação coloca o educador ambiental em contato não apenas com a história do grupo, mas dentro dela é possível reconhecer os fios que tecem a trama da experiência do grupo, e como uma terceira ação, se deve buscar esta experiência a partir das concepções que o grupo tem de natureza e trabalho. Estes dois conceitos são centrais para uma Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória, e a partir deles emergem as formas pelas quais os grupos tradicionais concebem o seu território e o modo de se relacionar com ele.

Numa quarta ação, importam para o educador ambiental, ciente do processo de empobrecimento da experiência, os conflitos que envolvem aquela comunidade, a fim de identificar quais são e qual a magnitude das ameaças sofridas pelo grupo. Compreender como se dá a relação que a comunidade estabelece com a sociedade capitalista oferece uma visão de quais são os enfrentamentos que ela deve fazer e quais são os pontos de resistência que precisam ser destacados e fortalecidos.

Em sua prática profissional ou militante, o educador ambiental pode integrar a experiência identificada dos grupos tradicionais ao conhecimento científico e sistematizado e pode, por outro lado, trabalhar junto à comunidade para que se fundamente o saber ambiental. Este conhecimento híbrido, produto do encontro de duas racionalidades, tem a potência de oferecer alternativas à razão instrumental e utilitarista prevalecente no capitalismo.

O saber ambiental exige também, e mais importante, uma postura política atuante, e o educador ambiental não pode se furtar desta tarefa. Em contato com as comunidades tradicionais e com seus momentos explosivos, que trazem do passado e de suas lutas a energia para encaminhar a luta do presente, o educador ambiental deve se esforçar para levar esta experiência para seu local de atuação profissional e militante, atentando para a promoção destes momentos junto à própria comunidade, buscando sempre extirpar o conformismo da tradição.

O educador ambiental, apropriado de seu papel político e em contato com a experiência, pode realizar o salto de tigre e amplificar a ruptura com o *continuum* do progresso, e a tradição dos oprimidos pode ensinar que para lidar com os problemas do presente e construir um futuro socialmente justo e ambientalmente sustentável, deve-se buscar subsídios, referências e fundamentos no passado.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 156 p.

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. **Terra e mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima:** tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São José do Norte-RS. 2007. 343 f. (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida. Amazônia: a dimensão política dos "conhecimentos tradicionais", In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 37-56.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. 325 p.

ARCARY, Valério. O capitalismo pode conhecer uma "morte natural"?: anotações sobre um prognóstico marxista da crise final. **Margem Esquerda:** ensaios marxistas, São Paulo, n.3, p.147-160, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 145 p.

BENJAMIN, Walter. **Documentos de cultura, documentos de barbárie:** escritos escolhidos. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1986. 201 p.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994a. 253 p. (Obras escolhidas, v.1)

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire:** um lírico no auge do capitalismo. 3.ed. São Paulo: Brasiliense,1994b. 271 p. (Obras escolhidas, v.3)

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 277 p. (Obras escolhidas, v.2)

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação.** 2.ed. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2009. 176 p. (Coleção Espírito Crítico)

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. 1167 p.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013a. 261 p. (Filô/Benjamin)

BENJAMIN, Walter. **O capitalismo como religião.** 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2013. 192 p. (Marxismo e literatura)

BENJAMIN, Walter. **Baudelaire e a modernidade.** 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 347 p. (Filô/Benjamin)

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 13.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 484 p.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Decreto.** Brasília, DF: DOU, 8 fev. 2007. Seção 1, p. 316.

BRAVO, Maicon Dourado. **Na maré das lembranças:** memória, pesca artesanal, globalização e educação ambiental no contexto da Laguna dos Patos. 2011. 103 f. (Mestrado em Educação Ambiental) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.

COSTA, Aléssio Almada da. **A educação ambiental como proposta crítica para práticas emancipatórias com pescadores artesanais:** um estudo de caso no estuário da Lagoa dos Patos, extremo sul do Brasil. 2013. 341 f. (Doutorado em Educação Ambiental) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2013.

COSTA, Cristiane Simões Netto. A empresarização do espaço em cidades locais: um estudo no município de São José do Norte. 2017. 234 f. (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral:** memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 136 p. (Leitura, escrita e oralidade)

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983. 287 p. (Ensaios, v.94)

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada.** 6.ed. São Paulo: Hucitec/Nupaug, 2008. 198 p. (Ecologia e cultura, v.1)

DUARTE, Rodrigo A. de Paiva. **Marx e a natureza em O Capital.** 2.ed. São Paulo: Loyola, 1995. 110 p. (Filosofia)

ESTALEIROS DO BRASIL – EBR, POLAR MEIO AMBIENTE. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Estaleiro São José do Norte**. Polar Meio Ambiente, Jul, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza.** 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 240 p. (Pensamento crítico, v.8)

FOLADORI, Guillermo. O capitalismo e a crise ambiental. **Revista Outubro.** n.5, p.117-125, 2001.

FOLADORI, Guillermo. Degradação ambiental no socialismo e no capitalismo. **Revista Outubro.** n.13, p.37-46, 2005.

FOLADORI, Guillermo. A reedição capitalista das crises ambientais. **Revista Outubro.** n.17, p. 191-207, 2008.

FOSTER, John Bellamy. Marxismo e ecologia: fontes comuns de uma Grande Transição. **Lutas Sociais.** São Paulo, n.35, v.19, p.81-97, 2010.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx.** 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 418 p.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 2010. 176 p.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 36.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. 189 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 51.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015a. 143 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 59.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015b. 253 p.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de Freitas. Conscientização. In: STRECK, Danilo R., REDIN, Euclides, ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p.88-89.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. 114 p. (Estudos, v.142)

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Porto Alegre: L&PM, 2015. 392 p.

GARCIA, Pedro Benjamin. Educação popular: algumas reflexões em torno da questão do saber. In: BEZERRA, Aída & BRANDÃO, Carlos Rodrigues (orgs.). **A questão política da educação popular.** 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. p.88-121.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 24.ed. São Paulo: Loyola, 2013. 348 p.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 297 p.

KRAMER, Sonia. Educação a contrapelo. In: SOUZA, Solange Jobim e & KRAMER, Sonia Kramer (orgs.). **Política, cidade, educação:** itinerários de Walter Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. p.289-304.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. A dimensão freireana na Educação Ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; TORRES, Juliana Rezende (orgs.). **Educação ambiental:** dialogando com Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2014. p.7-12.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade.** São Paulo, v.18, n.1, p.23-40, jan-mar 2014.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2002. 239 p.

LOPES, Diogo Luiz de Alcantara. **Produção do camarão-rosa *Farfantepenaeus brasiliensis* em sistemas com mínima renovação de água.** 2012. 119 f. (Doutorado em Aquicultura) – Instituto de Oceanografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009. 150 p.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sustentabilidade e educação:** um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012a. 128 p. (Questões da Nossa Época, v.39)

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Sociedade e meio ambiente:** a educação ambiental em debates. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012b. p.17-54.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo & FRANCO, Jussara Botelho. Aspectos teóricos e metodológicos do círculo de cultura: uma possibilidade pedagógica e dialógica em Educação Ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; TORRES, Juliana Rezende (orgs.). **Educação ambiental:** dialogando com Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2014. p.155-180.

LOUSADA, Vinícius Lima; FIGUEIREDO, Amilton de Moura. A educação profissional e tecnológica como contramarcha. In: PEREIRA, Vilmar Alves; DIAS, José Roberto de Lima; ALVARENGA, Bruna Telmo. **Educação popular e a pedagogia da contramarcha**: uma homenagem a Gomercindo Ghiggi. Passo Fundo: Méritos, 2013. p.101-120.

LÖWY, Michael. **Romantismo e messianismo:** ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin. São Paulo: Perspectiva/USP, 1990. 213 p. (Debates, v.234)

LÖWY, Michael. Michael Löwy: entrevista. Entrevistadores: E. Sader, I. Jinkings. **Margem esquerda:** ensaios marxistas, São Paulo, n.4, p.9-20, 2004.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio:** uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". São Paulo: Boitempo, 2005. 160 p.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, Salvador, n.67, v.26, p.79-86, 2013.

LÖWY, Michael. **O que é ecossocialismo?** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2014. 128 p. (Questões de Nossa Época, v.54)

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia:** o romantismo na contracorrente da modernidade. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2015. 287 p. (Marxismo e literatura)

MARRUL FILHO, Simão. **Crise e sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros.** Brasília: Ibama, 2003. 148 p.

MARX, Karl. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007. 614 p. (Marx-Engels)

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010. 190 p. (Marx-Engels)

MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012. 140 p. (Marx-Engels)

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. 894 p. (Marx-Engels)

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017. 980 p. (Marx-Engels)

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral.** 5.ed. São Paulo: Loyola, 2005. 291 p.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. **Revista Outubro.** n.2, p.7-15, 2000.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural da política. **Margem Esquerda:** ensaios marxistas, São Paulo, n.9, p. 96-113, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 126 p. (Mundo do Trabalho)

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2011a. 158 p. (Mundo do Trabalho)

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2011b. 1102 p. (Mundo do Trabalho)

MITROVITCH, Caroline. **Experiência e formação em Walter Benjamin**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 180 p.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História e memória:** a cultura popular revisitada. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2003. 153 p.

MOREIRA, Carlos Eduardo. Criticidade. In: STRECK, Danilo R., REDIN, Euclides, ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p.97-98.

NEBEL, Gitana Cardoso da Silveira. **Conflitos ambientais no Pontal da Barra – Pelotas/RS – desde uma perspectiva etnográfica na educação ambiental.** 2014. 206 f. (Mestrado em Educação Ambiental) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

PINASSI, Maria Orlanda. A hora e a vez da práxis: breve ensaio sobre a recusa da ordem. **Margem Esquerda:** ensaios marxistas, São Paulo, n.10, p.89-102, 2007.

PEREIRA, Marcelo de Andrade. **O lugar do tempo:** experiência e tradição em Walter Benjamin. 2006. 117 f. (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

POCHMANN, Marcio. O Estado e seus desafios na construção do desenvolvimento brasileiro. **Margem Esquerda:** ensaios marxistas, São Paulo, n.15, p.34-43, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 461 p.

RIO GRANDE MINERAÇÃO – RGM, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO E ESTUDOS AMBIENTAIS – CPEA. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Projeto Retiro.** CPEA, Abr. 2014.

ROIG, Danúbio Amorim; MACHADO, Carlos RS. A gestão dos conflitos socioambientais em São José do Norte (RS): contradições entre discursos e ação política no bem estar da população. In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano dos; MASCARELLO, Marcela de Avellar (orgs.). **Conflitos ambientais e urbanos:** casos do extremo sul do Brasil. Porto Alegre: Evangraf, 2015. p.157-173.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 18.ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. 174 p.

SILVA, Sérgio de Souza Brasil. A barbárie como civilização. **Margem Esquerda:** ensaios marxistas, São Paulo, n. 15, p.101-112, 2010

STRECK, Danilo R. Esperança. In: STRECK, Danilo R., REDIN, Euclides, ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p.161-162.

THERBORN, Göran. Depois da dialética: teoria social radical em um mundo pós-comunista. **Margem Esquerda:** ensaios marxistas, São Paulo, n.10, p.109-127, 2007

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493 p.

TORRES, Juliana Rezende; FERRARI, Nadir; MAESTRELLI, Sylvia Regina Pedrosa Maestrelli. Educação ambiental crítico-transformadora no contexto escolar: teoria e prática freireana. In: TORRES, Juliana Rezende (orgs.). **Educação ambiental:** dialogando com Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2014. p.13-80.

VELASCO, Sírio Lopez. **Introdução à educação ambiental** ecomunitarista. Rio Grande: Ed. FURG, 2008. 188 p.